

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

LUANA ISABELLE BEAL

**O PAPEL SOCIAL E POLÍTICO DAS FORÇAS ARMADAS:  
UMA PROPOSTA DE MODELO TEÓRICO EXPLICATIVO**

Porto Alegre

2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

LUANA ISABELLE BEAL

**O PAPEL SOCIAL E POLÍTICO DAS FORÇAS ARMADAS:  
UMA PROPOSTA DE MODELO TEÓRICO EXPLICATIVO**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira de Castro.

Porto Alegre

2021

#### CIP - Catalogação na Publicação

Beal, Luana Isabelle  
O papel social e político das Forças Armadas: uma proposta de modelo teórico explicativo / Luana Isabelle Beal. -- 2021.  
126 f.  
Orientador: Henrique Carlos de Oliveira de Castro.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Forças Armadas. 2. Papel social. 3. Papel político. I. Castro, Henrique Carlos de Oliveira de, orient. II. Título.

LUANA ISABELLE BEAL

**O PAPEL SOCIAL E POLÍTICO DAS FORÇAS ARMADAS:  
UMA PROPOSTA DE MODELO TEÓRICO EXPLICATIVO**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira de Castro.

Aprovada em: Porto Alegre, 12 de abril de 2021.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira de Castro – Orientador  
UFRGS

---

Prof. Dr. Luis Gustavo Mello Grohmann  
UFRGS

---

Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins  
UFRGS

---

Prof. Dra. Sofia Isabel Vizcarra Castillo  
UNISINOS

*À minha querida professora, Sonia Maria Ranincheski (in memoriam)*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento concedido e à Universidade Federal do Rio Grande do Sul pela excelência no ensino, a qual pude desfrutar no decorrer da graduação e do mestrado, bem como pela estrutura e pelos servidores que viabilizam seu funcionamento. Ainda, ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e aos colegas da Linha de Pesquisa em Cultura Política, do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Cultura Política, Estado e Relações Internacionais (CESPRI), do Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia (ISAPE) e do *World Values Survey* Brasil, grupos que me permitiram ter um grande aprendizado coletivo e dos quais me orgulho de integrar.

Agradeço ao Prof. Dr. Luis Gustavo Mello Grohmann, ao Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins e à Profa. Dra. Sofia Isabel Vizcarra Castillo pela disponibilidade, atenção e gentileza em avaliar e contribuir com esta dissertação. Estendo meu agradecimento ao Prof. Dr. Rodrigo Stumpf González e ao Prof. Dr. Alfredo Alejandro Gugliano que, também, fizeram parte da minha formação em Ciência Política. Do mesmo modo, desejo agradecer às pessoas que estiveram ao meu lado nesta jornada acadêmica, preenchida com bastante trabalho, amizade e incontáveis momentos alegres: Adriana, Ana Paula, Débora, Flávio, Greice, Jéssica, Marielli e Sofia. Além disso, às amigas da graduação: Beatriz, Débora, Laís, Larlecianne, Marcela e Valeska, que compartilharam os estudos sobre Forças Armadas com muito bom-humor.

Agradeço aos meus pais, Anilton e Margarete, e à minha irmã, Geórgia, pela paciência, imenso apoio e amor. Ao carinho dos meus outros familiares e, também, à Ana Paula, Lara e Eduardo pelo companheirismo e incentivo. Ademais, agradeço à Dra. Stefania Teche, à Dra. Márcia Santanna e ao Dr. Fernando Kowacs pelo cuidado com a minha saúde.

Agradeço, novamente, ao Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins por ter despertado em mim, lá no segundo semestre da graduação, o interesse em compreender as Forças Armadas. O assunto desta dissertação é fruto do que aprendi contigo ao longo desses anos, desde teus ensinamentos sobre os militares até nossos diálogos sobre filosofia, história, política e sociologia. Entretanto, me responsabilizo por quaisquer equívocos ou insuficiências do conteúdo. Mais importante, a convivência contigo me ensinou a superar obstáculos e a buscar ser uma pessoa melhor. Sabes que devo muito a ti.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira de Castro, por ser minha referência dessa “arte” que é pensar ciência dentro e fora da universidade, por

encorajar o descobrimento de novos caminhos e conhecimentos, por aceitar e embarcar no meu tema de pesquisa e por todo o acompanhamento, tanto no desenvolvimento acadêmico, teórico e metodológico para a construção deste trabalho, quanto no consolo e amparo emocional, no qual és essencial. Este trabalho certamente não teria sido concluído sem tua ajuda e, principalmente, estes últimos dois anos não teriam sido tão especiais sem ti.

Por fim, meu maior agradecimento é para a Profa. Dra. Sonia Maria Ranincheski, a quem dedico esta dissertação. Ela foi a verdadeira razão pela qual eu escolhi cursar o mestrado em Ciência Política. Se cheguei até aqui, foi porque ela deu início a este processo. A inspiração para unir as Forças Armadas, a Ciência Política e a Sociologia foi despertada em meio às nossas cotidianas conversas. Em sua ausência, a cada avanço neste trabalho eu me perguntava qual seria a opinião da Sonia e, a cada solução encontrada, eu imaginava seu sorriso. Minha motivação mais sincera é a tentativa de dar continuidade à contribuição acadêmica, política e social dela para esse país e sou grata por estar entre os estudantes que tiveram o privilégio de tê-la como professora. O legado da Sonia permanecerá e, igualmente, a saudade e a minha gratidão.

*“As Forças Armadas são um fenômeno social altamente complexo em si e que atravessa vários níveis, atinge diversos contextos distintos e, portanto, está sujeito a múltiplos processos de interpenetração”.*

*Giuseppe Caforio*



## RESUMO

A crescente aproximação dos militares à política, a diminuição do propósito social tradicional das Forças Armadas e o impacto da transformação militar na instituição e no modo de combate são características marcantes da modificação contemporânea das funções militares. Considerando este contexto, estabeleceu-se o seguinte problema de pesquisa: qual é o papel social e político das Forças Armadas? Assim, o objetivo principal da dissertação é explicar o papel social e político das Forças Armadas. Para tanto, analisou-se as dimensões da instituição militar, das relações civis-militares, da ética e moralidade, do desenvolvimento tecnológico, da economia de defesa, da cultura política, do controle civil, do autoritarismo e democracia, da Política Externa e de Segurança e do confronto militar. A metodologia qualitativa foi aplicada em duas etapas. Na primeira, exploratória e bibliográfica, revisou-se a literatura relevante e identificou-se as dimensões analíticas. Na segunda, explicativa, analisou-se a complementaridade entre as dimensões e propôs-se um modelo teórico que sistematiza estas dimensões nos eixos explicativos da interação, dos recursos, da governança e da defesa. Por fim, concluiu-se que a relevância hodierna das Forças Armadas considera sua relação com a sociedade e seu comprometimento com o sistema político.

**Palavras-chave:** Forças Armadas. Papel social. Papel político.

## **ABSTRACT**

The growing approach of the military to politics, the diminishing of the traditional social purpose of the Armed Forces and the impact of military transformation on the institution and the combat mode are striking features of the contemporary modification of military functions. Considering this context, the following research problem was established: what is the social and political role of the Armed Forces? Thus, the main objective of the dissertation is to explain the social and political role of the Armed Forces. To this end, the dimensions of the military institution, civil-military relations, ethics and morality, technological development, defense economics, political culture, civil control, authoritarianism and democracy, foreign and security policy and military confrontation were analyzed. The qualitative methodology was applied in two stages. In the first, exploratory and bibliographic, the relevant literature was reviewed and the analytical dimensions were identified. In the second, explanatory, the complementarity between the dimensions was analyzed and a theoretical model was proposed that systematizes these dimensions in the explanatory axes of interaction, resources, governance and defense. Finally, it was concluded that the current relevance of the Armed Forces considers its relationship with society and its commitment to the political system.

**Keywords:** Armed Forces. Social role. Political role.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Dimensões analíticas do papel social e político das Forças Armadas .....	18
Figura 2 – Eixos explicativos .....	18
Figura 3 – Pirâmide do <i>ethos</i> guerreiro .....	35
Figura 4 – Processos de cooperação e desenvolvimento de tecnologia militar, civil e dual ...	42

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Operacionalização de conceitos dentro das dimensões analíticas .....	16
Quadro 2 – Principais funções dos atores envolvidos no controle democrático .....	99

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>2 PAPEL SOCIAL: AS FORÇAS ARMADAS E A SOCIEDADE</b> .....	21
2.1 INSTITUIÇÃO MILITAR .....	25
2.2 RELAÇÕES CIVIS-MILITARES .....	30
2.3 ÉTICA E MORALIDADE .....	34
2.4 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO .....	38
2.5 ECONOMIA DE DEFESA .....	44
2.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO .....	50
<b>3 PAPEL POLÍTICO: O ESTADO E A VIOLÊNCIA</b> .....	52
3.1 CULTURA POLÍTICA .....	56
3.2 CONTROLE CIVIL .....	61
3.3 AUTORITARISMO E DEMOCRACIA .....	67
3.4 POLÍTICA EXTERNA E DE SEGURANÇA .....	73
3.5 CONFRONTO MILITAR .....	77
3.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO .....	82
<b>4 PROPOSTA DE MODELO TEÓRICO EXPLICATIVO</b> .....	84
4.1 EIXO DA INTERAÇÃO .....	85
4.2 EIXO DOS RECURSOS .....	91
4.3 EIXO DA GOVERNANÇA .....	95
4.4 EIXO DA DEFESA .....	101
4.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO .....	103
<b>5 CONCLUSÃO</b> .....	105
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	109

## 1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação é requisito para a conclusão do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O objetivo principal do trabalho é explicar o papel social e político das Forças Armadas. Nesse sentido, o estudo das Forças Armadas considera o contexto em que estas estão inseridas, ou seja, a sociedade, a cultura e a política. A operacionalização dos conceitos considera as dimensões analíticas da instituição militar, das relações civis-militares, da ética e moralidade, do desenvolvimento tecnológico, da economia de defesa, da cultura política, do controle civil, do autoritarismo e democracia, da Política Externa e de Segurança e do confronto militar. Além disso, é proposto um modelo teórico em eixos explicativos da interação, dos recursos, da governança e da defesa.

As Forças Armadas sempre tiveram um papel social e político nos diferentes países. Porém, do ponto de vista global, está em ascensão a aproximação dos militares à política, materializada em candidatos com discursos militaristas, forças políticas e institucionais defendendo maior empoderamento e autonomia da instituição, a participação de quadros das Forças Armadas em cargos políticos ou mesmo na atuação direta da corporação no exercício do poder. Deve-se considerar, também, a mudança na forma de condução dos conflitos armados, distanciando-se do antigo padrão de avanço no campo de batalha através de massivos destacamentos militares e desenvolvendo-se formas mais diversificadas de combate, mesclando guerra convencional e irregular. Portanto, infere-se que a função da organização militar, como um todo, foi bastante alterada nas últimas décadas. Desta forma, a fim de justificar e conservar sua importância, as Forças Armadas necessitam novas formas de se relacionar com a sociedade. Além disso, cada vez mais, a representação internacional das forças militares envolve a construção de relações entre Estados o que, naturalmente, perpassa a política. No âmbito doméstico, surge a necessidade de desempenhar e explorar diferentes aplicações, tanto dos profissionais envolvidos quanto dos meios possuídos pelas Forças Armadas, a fim manter sua relevância para a população.

Dada essa tendência de modificação do papel das Forças Armadas no mundo contemporâneo, ressaltando essa atuação plural, entendida nesta dissertação enquanto núcleo de estudo, estabeleceu-se o seguinte problema de pesquisa: qual é o papel social e político das Forças

Armadas? Ainda, uma pergunta secundária: como propor um modelo teórico para explicar estas duas funções?

**Justificativa** – Esta dissertação justifica-se tanto em termos acadêmicos quanto sociais. No campo acadêmico, apesar da proliferação de pesquisas sobre as atividades militares, estas, usualmente, têm como foco o emprego da força pela instituição. As Forças Armadas são tradicionalmente compreendidas pela perspectiva dos Estudos Estratégicos, dentro das Relações Internacionais, que é um campo acadêmico mais estruturado após a Segunda Guerra Mundial. Isto pois, a partir dos anos 1950, estudiosos civis passaram a desfrutar de conexões mais próximas aos governos e suas políticas externas. Em continuidade, a corrente considerada dominante nesta área é o realismo, que concentra seu objeto de pesquisa na segurança dos Estados, na estratégia, operações e tática militares<sup>1</sup> e no *status quo* das Grandes Potências (WILLIAMS, 2008; BAYLIS et al., 2002). Em outras palavras, a “teoria da guerra” busca entender e explicar a gênese das conflagrações armadas, tratadas como alicerce do intuito militar.

Entretanto, esta dissertação propõe, justamente, ultrapassar essa fronteira, uma vez que o conhecimento de estudos estratégicos, considerando sua relevância como artifício de análise, não é o único cerne da discussão, mas sim é somado ao que as Forças Armadas fazem para além do confronto militar. Desse modo, a elucidação integral das mudanças políticas em curso nas Forças Armadas implica a busca de referenciais teóricos mais otimizados ao mundo de hoje. Além disso, há escassez de proposições teóricas que visem oferecer bases amplas para interpretação do conteúdo militar. Desse modo, a importância da pesquisa é dada tanto por considerar as Forças Armadas em conjunto à política, quanto por abordar a percepção existente sobre o papel social desempenhado pelas Forças Armadas de um país.

Socialmente, a pesquisa proposta permitirá elucidar o fenômeno militar em uma perspectiva contemporânea, a partir da expansão militar dentro de setores políticos e da diminuição do propósito social tradicional, esclarecendo que a relevância das Forças Armadas inclui, mas não se restringe, à defesa. Ao indicar que a mudança na forma de fazer a guerra implica novas formas de relação entre os militares, a sociedade e a política, a pesquisa pode ajudar no entendimento integrado sobre as diferentes funções das Forças Armadas. Portanto, a

---

<sup>1</sup> A guerra pode ser sistematizada em três níveis: estratégia, operações e tática. A estratégia une a política à organização da guerra dados os propósitos nacionais, sejam eles políticos, econômicos ou sociais. As operações, que atendem os objetivos estratégicos, abarcam a coordenação/direção das Forças Armadas e suas intervenções, por meio das campanhas, do confronto. Afinal, a tática, o emprego concreto das operações, aborda a coordenação de fogos, combinação das Armas, manobra e logística, sendo o nível mais específico e próximo ao campo de batalha (BEAL, 2017).

contribuição desta dissertação assenta-se na pertinência da análise da instituição militar frente à conjuntura internacional, haja vista o cenário político, que torna o tema de pesquisa significativo em diversas regiões do mundo.

**Objetivos** – O objetivo geral do trabalho é explicar o papel social e político das Forças Armadas. Também, foram estabelecidos quatro objetivos específicos: (i) discutir a relação entre Forças Armadas, política e sociedade, a partir da literatura existente, com vistas a contribuir para o debate; (ii) conhecer o papel das Forças Armadas na sociedade e sua inserção na política, identificando dimensões analíticas para a operacionalização de conceitos; (iii) analisar a concepção social quanto às Forças Armadas e a política militar a partir das relações entre as dimensões; e (iv) propor um modelo teórico do papel social e político das Forças Armadas com a sistematização nos eixos explicativos da interação, dos recursos, da governança e da defesa.

**Dimensões analíticas** – Seguindo uma lógica dimensional (WELZEL, 2013), foram estabelecidas estas dez dimensões analíticas para explicar o fenômeno da atuação social e política das Forças Armadas: a instituição militar, as relações civis-militares, a ética e moralidade, a economia de defesa, o desenvolvimento tecnológico, a cultura política, o controle civil, o autoritarismo e democracia, a Política Externa e de Segurança e o confronto militar. Assim, as teorias da Ciência Política são aproximadas às teorias da Sociologia Militar, em uma perspectiva interdisciplinar<sup>2</sup>, pois esta interdisciplinaridade permite explicações mais completas (SARTORI, 1969), o que é especialmente importante nos estudos militares. O Quadro 1 abaixo aponta os elementos principais da operacionalização de conceitos dentro de cada dimensão analítica.

**Quadro 1** – Operacionalização de conceitos dentro das dimensões analíticas

<b>Dimensão analítica</b>	<b>Elementos principais</b>
Instituição militar	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Entidade e sistema social</li> <li>- Modelo institucional <i>versus</i> ocupacional</li> <li>- Convergência e divergência</li> <li>- Profissão militar</li> <li>- Reestruturação das Forças Armadas</li> </ul>
Relações civis-militares	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Regime político e sociedade</li> <li>- Líderes e influência</li> <li>- Supremacia civil e apartidarismo</li> <li>- Organizações civis e transnacionais</li> </ul>

<sup>2</sup> A pesquisa interdisciplinar torna-se mais produtiva, possibilitando a formação de conexões que levam a novos conhecimentos, a melhor resolução de problemas gerados pela sociedade, o avanço da compreensão do objeto e a integração de ideias e métodos, produzindo conhecimento útil (NATIONAL ACADEMIES, 2004).

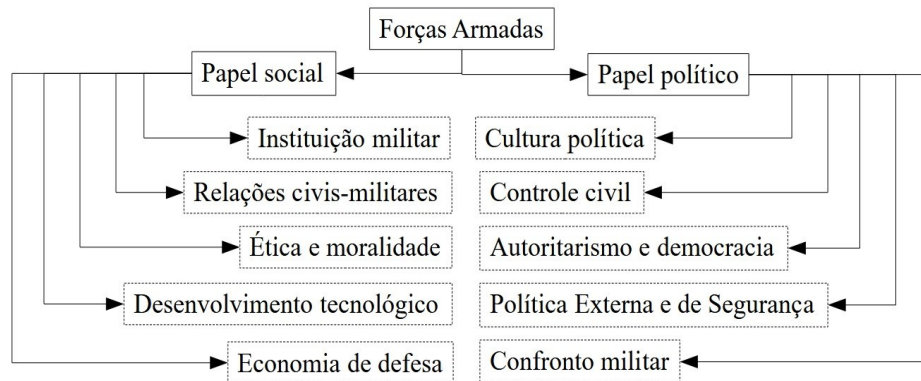


	- Cidadania
Ética e moralidade	- <i>Ethos</i> militar - Coesão e eficácia - Ideologia - Ética - Moralidade
Desenvolvimento tecnológico	- Evolução das tecnologias militares - Inovação e cooperação civil-militar - Difusão de tecnologias entre sociedade e Forças Armadas - Pesquisa & Desenvolvimento
Economia de defesa	- Poder e riqueza - Produtividade e desigualdade - Economia de guerra - Indústria de defesa - Complexo militar-industrial
Cultura política	- Valores e atitudes - Socialização e ambiente sociopolítico - Confiança e legitimidade - Opinião pública
Controle civil	- Abordagem sociológica e política - Controle civil subjetivo e objetivo - Ameaças e rigidez - Legitimidade civil - Mecanismos de controle
Autoritarismo e democracia	- Pretorianismo - Intervenção e golpe - Transição de regime e democratização - Elite militar e poder - Autoritarismo em democracias
Política Externa e de Segurança	- Sistema Internacional - Organizações internacionais - Coalizões militares - Interação estratégica - Transformação e renovação das Forças Armadas - Novas missões militares
Confronto militar	- Origem da guerra - Gerações da guerra moderna - Guerra absoluta, real e total - Guerra psicológica e neocortical - Guerra híbrida, de quinta geração e centrada em rede

Fonte: elaboração própria (2021).

Já a Figura 1 esquematiza a divisão das dimensões analíticas entre o papel social e o papel político das Forças Armadas.

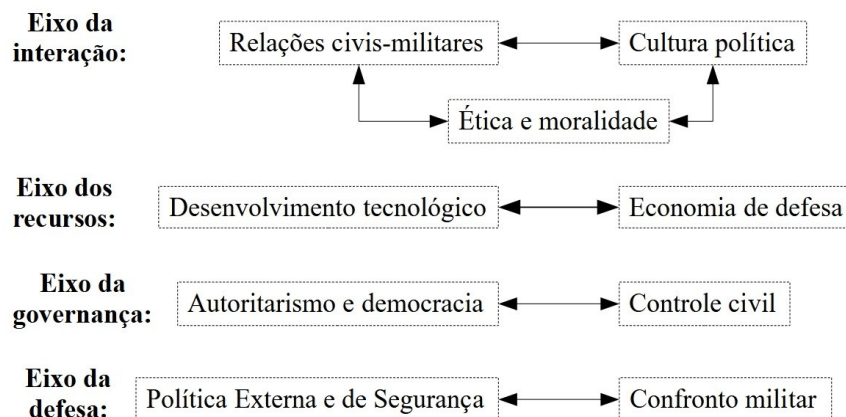
**Figura 1** – Dimensões analíticas do papel social e político das Forças Armadas



Fonte: elaboração própria (2021).

**Eixos explicativos** – A pesquisa estabelece como pressuposto que existe uma complementaridade entre o papel social e político das Forças Armadas. Assim, propõe-se como modelo teórico a sistematização das dimensões analíticas, relacionadas à instituição militar, em quatro eixos explicativos: (i) da interação; (ii) dos recursos; (iii) da governança e (iv) da defesa, ilustrados na Figura 2.

**Figura 2** – Eixos explicativos



Fonte: elaboração própria (2021).

**Metodologia** – Antes da explicação da metodologia, proponho uma efêmera (e genuinamente reduzida) retomada da dialética de Hegel<sup>3</sup>, pois o decurso de formulação desta dissertação inspirou-se na totalidade do pensamento e nas esferas da lógica formuladas por este autor. Para Hegel, o processo dialético parte da unilateralidade do entendimento (singular, 3 “Com Hegel nunca se termina. O hegelianismo é um mundo inteiro e o espetáculo desse mundo muda com os pontos de vista. Consequentemente, o hegelianismo e sua história oferecem, ao observador, surpresas instrutivas e estimulantes” (D’HONDT, 2010, p. 5, tradução livre).

tese), passando pelo debate entre os opostos/extremos (particular, antítese) que, por fim, geram espontaneamente uma síntese (universal), uma nova ordem, superior às abstrações originais, totalizada, apesar das contradições internas. Ou seja, demonstra que a essência da filosofia vai além da ótica de cada autor, resultando da mudança, e esta universalidade é composta por meio da acumulação de múltiplos legados (D'HONDT, 2010). Considerando esta digressão, para o desenvolvimento deste trabalho, primeiramente, tem-se em vista o estabelecimento das dimensões analíticas para explicar a atuação social e política das Forças Armadas e, em segundo lugar, utiliza-se a lógica dedutiva<sup>4</sup> para a proposição teórica dos quatro eixos explicativos.

Trata-se de uma dissertação explicativa com a utilização do método qualitativo em diferentes etapas metodológicas. Para Reichardt & Cook (1979), o paradigma qualitativo tem como atributos a fenomenologia e a compreensão do comportamento humano, assumindo uma realidade dinâmica, e tem desígnio de descobrimento e, portanto, exploratório. Ainda, é não-hipotética e busca, também, ser propositiva, pelo esboço de uma forma de interpretação holística para compreender o fenômeno das Forças Armadas. Respalda-se no entendimento de que uma dissertação teórica<sup>5</sup> vai em direção de novas hipóteses, ou seja, robustos testes empíricos não são realizados (VAN EVERA, 1997).

O desenvolvimento da pesquisa se dará em duas etapas sucessivas: (i) etapa 1, exploratória/bibliográfica: a) revisão da literatura a respeito de teorias das Forças Armadas para entendimento dos conceitos relevantes e contextualização do debate; e b) identificação das dimensões analíticas da atuação social e política dos militares e sua operacionalização em relação ao papel das Forças Armadas na sociedade e na política; e (ii) etapa 2, explicativa: a) análise da complementaridade entre as dimensões quanto à relação das Forças Armadas com a sociedade e a política; e b) proposta de um modelo teórico explicativo do papel social e político das Forças Armadas, dividido em quatro eixos explicativos.

A revisão da literatura em uma perspectiva crítica dispõe-se a investigar o limiar das contribuições já existentes e as lacunas presentes nas mesmas. A partir desta, insere-se o processo para a proposição das dimensões analíticas e dos eixos explicativos. Esta primeira lógica desenvolve-se em dois passos: (i) a seleção de teorias das áreas de conhecimento da Socio-

---

4 Um raciocínio que se origina de um princípio geral (premissa maior) posteriormente argumentado através de exemplo(s) (premissa menor) (JACCARD; JACOBY, 2010)

5 Ainda que, para esclarecimento, o objetivo desta dissertação não é propor uma teoria completa, mas sim, propor um modelo teórico explicativo do papel social e político das Forças Armadas.

logia e da Ciência Política<sup>6</sup>; e (ii) a compreensão, através da revisão bibliográfica, dos pontos de vista dos diferentes autores. Nessa circunstância, tem-se a base para a constituição das diferentes dimensões analíticas. Por fim, após a investigação das mesmas, estabelece-se o entendimento do papel social e político das Forças Armadas, tendo como resultado o modelo teórico dos quatro eixos explicativos.

**Estrutura do trabalho** – A seguir, indica-se sucintamente os conteúdos que serão abordados ao longo do desenvolvimento desta dissertação, dentro de cada capítulo. O primeiro capítulo discute o papel social das Forças Armadas, introduzindo o campo acadêmico da Sociologia Militar e, após isto, decorrendo sobre as dimensões analíticas da instituição militar, das relações civis-militares, da ética e moralidade, do desenvolvimento tecnológico e da economia de defesa. O segundo capítulo discute o papel político das Forças Armadas, abordando a relação entre o Estado e a violência, na concepção de diversos autores, e as dimensões analíticas da cultura política, do controle civil, do autoritarismo e democracia, da Política Externa e de Segurança e do confronto militar. O terceiro capítulo propõe um modelo teórico explicativo do papel social e político das Forças Armadas, dividido em quatro eixos: da interação, dos recursos, da governança e da defesa, conectando as funções sociais que estão diretamente relacionadas à política, e vice-versa. Por fim, são apresentadas as principais conclusões do trabalho.

---

<sup>6</sup> De modo pragmático, os critérios de seleção da bibliografia para estudo deram-se: (i) na Sociologia, por meio dos teóricos clássicos referenciados pelos, também utilizados, autores mais relevantes do campo da Sociologia Militar; e (ii) na Ciência Política, pela análise dos pensadores políticos modernos cujos escritos se relacionam com a temática das Forças Armadas e os atuais teóricos neste sentido, em especial, os referentes às dimensões analíticas, o que inclui autores em uma ampla linha histórica.

## 2 PAPEL SOCIAL: AS FORÇAS ARMADAS E A SOCIEDADE

Este capítulo tem por objetivo abordar o papel social das Forças Armadas. Desta forma, procura-se associar a população à instituição militar. Portanto, estabelece-se a pergunta: qual a relação entre as Forças Armadas e a sociedade? A busca por entender este elo desencadeou o surgimento da Sociologia Militar, que tem como propósito “estudar o impacto e as consequências que as formas de violência que acontecem entre os Estados e as modificações estruturais e operacionais feitas nas Forças Armadas têm em seus componentes, suas dinâmicas internas e suas relações com outros atores sociais” (CAFORIO, 2006, p. 437, tradução livre<sup>7</sup>).

Apesar de a existência anterior de uma visão mais ampla das Forças Armadas, a exemplo dos escritos de Émile Durkheim do final do séc. XIX e do início do séc. XX, o campo acadêmico da Sociologia Militar surgiu no início da década de 1940 e amadureceu após a Segunda Guerra Mundial, tendo sequência no contexto da Guerra Fria e até os dias de hoje. Esta origem fundamenta-se pelas Forças Armadas serem um importante fenômeno da vida social na época, marcado pela autonomia, diversidade e também por contradição, dispersão e desagregação. Os assuntos militares e a organização e inserção das Forças Armadas na sociedade civil<sup>8</sup> estão continuamente mesclando-se com a evolução cultural em suas diversas manifestações, sendo um fator originário de muitos aspectos da organização em grupos (SIEBOLD, 2001; CAFORIO, 2006).

Assim, este campo torna-se um ramo da Sociologia, abarcando a investigação correspondente a um grupo que pode ser identificado em diferentes tipos de sociedade e em diferentes períodos históricos. “Por séculos, o mundo militar e a mentalidade militar têm constituído um ambiente bastante diferente e separado de outras instituições, grupos e agregados da sociedade civil e, em parte, ainda constituem” (CAFORIO, 2006, p. 4, tradução livre<sup>9</sup>). As principais questões ligadas à Sociologia Militar são: (i) o *ethos* (conjunto de traços e modos de comportamento que conformam a identidade de uma coletividade) da profissão militar; (ii) as Forças Armadas como instituição e organização; (iii) as relações civis-militares; e (iv) as rela-

7 Do original em inglês: “study the impact and the consequences that the forms of violence that take place between states and the structural and operational modifications made on the military have on its components, its internal dynamics, and its relations with the other social actors”.

8 Entendida como agrupamentos associativos voluntários, nos quais baseia-se a expressão pública dos interesses, prioridades, queixas e valores (CAPARINI; FLURI, 2002).

9 Do original em inglês: “For centuries, the military world and the military mind-set have constituted a quite different, quite separate environment from the other institutions, groups, and aggregates of civil society, and in part they still do”.

ções militares com outras agências governamentais, não-governamentais e coalizões (SIEBOLD, 2001). Também, estuda as estruturas permanentes indispensáveis para a condução de um conflito (LANG, 1972).

Como aponta Caforio (2006), a investigação sociológica dos militares e do fenômeno da guerra tem “precursores” seculares. Auguste Comte (1967 [1830-1842]), em sua análise do progresso da espécie humana, defende que os militares e a religião têm um papel fundamental na sociedade, principalmente antes do surgimento de aspectos industriais, burocráticos e civis. O autor coloca que uma das primeiras ferramentas dos humanos foram as armas, bem como o início da autoridade foi com o chefe militar. Ainda, a cooperação tornava-se um valor social necessário à guerra, sendo que a luta se transformava em um meio de civilização. Nas sociedades primitivas, o homem eminente é o guerreiro, e a sociedade é submetida ao domínio militar. Na era monoteísta, a atitude militar era basicamente defensiva, a guerra perde gradualmente sua importância e o espírito militar se restringe. Na era moderna, como resultado da sociedade positiva, o poder militar é subordinado à organização burocrática, com a afirmação da autoridade civil e do controle político, junto com o aparecimento da conscrição.

Alexis de Tocqueville (1951 [1836-1839]) enuncia que o surgimento sociopolítico das nações contrapõe a guerra, na medida em que a democratização interna da sociedade direciona a domesticação do espírito militar. Entretanto, a igualdade de padrões de vida e as instituições decorrentes não isentam um povo democrático da obrigação de manter exércitos. Para o autor, era importante estudar a composição social dos exércitos e o comportamento e tendências dos militares, identificando e explorando as relações entre as Forças Armadas e a sociedade, as origens sociais dos oficiais e a profissão militar como instrumento de ascensão social. Nessa circunstância, foi estabelecido o tema de estudo que se tornaria posteriormente o objeto de pesquisa da Sociologia Militar (CAFORIO, 2006). À sua época, Tocqueville analisava a dinâmica de divergência e convergência da sociedade militar com a civil, o problema do controle político sobre as Forças Armadas e o fortalecimento do Executivo no decurso de um duradouro estado de guerra.

Herbert Spencer (1967 [1877-1896]) formula o conceito de estrutura para designar uma entidade formada por várias partes mutuamente dependentes, na qual a mudança em uma das partes provoca mudança em todas as outras, mantendo o equilíbrio do sistema. Para o autor, há, pelo menos, duas estruturas fundamentais: a interna, para fins de manutenção, e a externa, em termos de ofensiva e defesa. A atuação externa é dada através da guerra, que é a ma-

triz da sociedade organizada. Assim sendo, esta requer uma autoridade, um líder, estruturas de governo estáveis e um processo de agregação de grupos. Para o autor, o militarismo é o principal fator causal dos conflitos armados. Spencer também estabelece duas tipologias: (i) a sociedade primitiva, tipicamente militar; e (ii) a sociedade industrial (superior), na qual prevalecem as atividades de manutenção e troca.

Gaetano Mosca (1965 [1939]), ao contrário dos antecessores, não vislumbra o desaparecimento da guerra (pela sociedade positiva, democrática ou industrial), mas sim indica que a guerra é uma das muitas manifestações da natureza humana e, por isso, está destinada a continuar em todos os tipos de sociedade, portanto, não é a instituição militar em si que causa a guerra. Os grandes exércitos permanentes são defensores da lei, da ordem e da autoridade. Na medida em que diversos elementos sociais são representados e se equilibram, especialmente através da inclusão da classe militar na “elite do poder”<sup>10</sup> (a minoria governante organizada), garante-se a lealdade dos exércitos ao Estado e sua subordinação ao poder civil.

Max Weber (2002 [1922]) assinala que a análise dos militares é central para a definição do Estado moderno, caracterizado por uma organização burocrática. Este Estado é conceituado como sendo uma comunidade humana, composta por grupos políticos somados a um aparato administrativo, que, dentro de um determinado território, detém o monopólio do uso legítimo<sup>11</sup> da força. Ainda, é definido não por seus fins, mas por seus meios específicos, sendo a coerção física seu principal fundamento. Na instituição militar estatal, há a obediência às regras (e não às pessoas), instituídas pela vontade comum. Desse modo, o oficial é uma categoria dentre outros tipos de funcionários públicos e também deve obedecer às normas (mesmo que abstratas) que concedem sua legitimidade e definem seu papel. A partir desta burocratização dos militares<sup>12</sup>, a lealdade é assegurada pela vinculação do profissional com sua atividade, sendo uma “engrenagem” sem poder para alterar o complexo maquinário burocrático. Nesse sentido, a disciplina militar funciona a serviço de um poder e de um líder carismático. Para o autor, a força de um exército baseia-se na ética do dever, no desempenho consciente e no treinamento metódico<sup>13</sup>.

---

10 Atenta-se para o diferente juízo de valor em comparação com a elite do poder de Wright Mills. “Enquanto para Mosca os militares se apresentam como um modelo válido de desenvolvimento para toda a sociedade civil, para Mills a crescente influência da liderança militar na política põe em risco a estrutura democrática do Estado” (CAFORIO, 2006, p. 12).

11 Segundo Weber (1971), em linhas gerais, a legitimidade fundamenta-se no reconhecimento e aceitação do poder do dominante por parte dos dominados.

12 A transformação da ação comunitária em ação social racionalmente ordenada (WEBER, 2002).

13 Características que também fazem a força e a competitividade de uma empresa ou fábrica (WEBER, 2002).

O que se considera a Sociologia Militar contemporânea pode ser compreendida a partir da perspectiva da Escola Americana (CAFORIO, 2006). As transformações das Forças Armadas durante as guerras mundiais suscitaram novos problemas, portanto, os militares recorreram às Ciências Sociais. A Escola tem seu marco inicial na obra *O soldado americano* de Samuel Stouffer (1950 [1949]), que tratava das histórias, experiências e opiniões de soldados ao longo da Segunda Guerra Mundial, coletadas através de *surveys*, verificando atitudes antes, durante e depois do combate. Formulando uma sistematização teórica, Samuel Huntington estudou, em *O soldado e o Estado*, de (1996 [1957]), as relações civis-militares como um aspecto da política de segurança nacional, discutindo o funcionamento da profissão, com sua hierarquia de postos e atribuições, o controle civil, a moralidade e a ética. Em seguida, a obra *O soldado profissional*, de Morris Janowitz (1967 [1966]), aborda o exercício da autoridade, o recrutamento dos soldados, características da profissão e do controle político. O estudo de Janowitz teve um significativo impacto nos estudos militares e na internacionalização da Escola Americana (CAFORIO, 2006). *Sociologia Militar*, de Coates & Pellegrin (1965), aborda a instituição militar, as elites militares, a liderança, a profissão, a socialização, relações civis-militares e a mudança social e tecnológica. Sucederam outras obras, como a concepção elitista de poder, que inclui oficiais militares, de Wright Mills<sup>14</sup> (1981) e o conceito de instituição total<sup>15</sup>, de Erving Goffman (1961), que enquadra os quartéis. Um novo debate surge com o modelo pluralista, que tem como referência Charles C. Moskos (1970; 1986), que sugere que:

[...] a transformação histórica dos militares seja interpretada como uma evolução dialética em que as persistências institucionais (divergentes) reagem às pressões de assimilação à vida civil (convergente) presentes na sociedade em geral. Nesse processo de mudança, o estabelecimento militar passa por fases históricas de divergência e convergência no que diz respeito à sociedade civil (CAFORIO, 2006, p. 21, tradução livre<sup>16</sup>).

Para Moskos (1986), a visão das Forças Armadas como instituição social inclui seus valores, papéis e estruturas, enquanto a visão como organização abrange seus objetivos e meios de operação. Caforio (2006) depreende que o pioneirismo da Escola Americana encorajou

14 A ser melhor explicada na seção sobre democracia, no capítulo 3.

15 Na qual indivíduos em situação semelhante residem ou trabalham isolados da sociedade por um período de tempo significativo e levam uma rotina fechada e formalmente administrada (GOFFMAN, 1961).

16 Do original em inglês: “the historical transformation of the military be interpreted as a dialectic evolution in which institutional persistences (divergent) react against the pressures toward assimilation to civilian life (convergent) present in society at large. In this process of change, the military establishment passes through historical phases of divergence and convergence with respect to civil society”.



diversos estudos e pesquisas ao redor do mundo. Segundo o autor, as organizações internacionais também promovem o desenvolvimento da Sociologia Militar.

A perspectiva teórica desse campo da Sociologia permite enxergar as Forças Armadas para além da função de uso da força e defesa e demonstra a existência de um estreito elo com a sociedade. Em vista disso, este capítulo contém, além desta breve introdução, seis seções. A primeira tem como objetivo entender melhor o que caracteriza a instituição militar. A segunda trata da maneira pela qual se desenrolam as relações civis-militares. A terceira aborda como a ética e a moralidade presentes nas Forças Armadas são retratadas em sua atuação. A quarta inclui a importância do desenvolvimento tecnológico promovido pelos militares. A quinta busca entender o modo pelo qual a economia de defesa propicia os recursos para seu funcionamento. Já a última apresenta as considerações finais do capítulo.

## 2.1 INSTITUIÇÃO MILITAR

Siebold (2001) define as Forças Armadas como “uma entidade formalmente organizada ou conjunto de entidades responsivas a líderes governamentais que encabeçam um estado-nação (ou governo equivalente) e cujas funções dizem respeito ao uso de armas para defender esse estado-nação ou para promover suas políticas em suas relações com outros estados-nações ou grandes entidades coletivas<sup>17</sup>” (SIEBOLD, 2001, p. 140, tradução livre<sup>18</sup>). Para o autor, a instituição militar é central para a viabilidade da sociedade no longo prazo, dadas as suas características singulares que derivam de suas funções e tecnologias. Little (1971) analisa a organização militar através de categorias institucionais e social-psicológicas, as quais formulam um sistema social. Nessa lógica, as instituições militares são “um sistema de atividade organizado para realização de certos objetivos [...], para contínua agressão contra outras sociedades, proteção contra agressões por outros e fornecimento de meios para manter o controle e a ordem doméstica” (COATES; PELLEGRIN, 1965, p. 10, tradução livre<sup>19</sup>). Desse modo, as Forças Armadas são uma instituição primariamente social. Ainda, a organização militar, administrada por militares profissionais, também abrange as estruturas para a coordenação em

17 O que inclui coalizões e forças-tarefas militares internacionais como, por exemplo, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (SIEBOLD, 2001).

18 Do original em inglês: “a formally organized entity or set of entities responsive to the governmental leaders heading a nation state (or equivalent government) and whose functions concern the use of arms to defend that nation state or to further its policies in its relations with others nations states or large collective entities”.

19 Do original em inglês: “an organized system of activity directed at the achievement of certain goals [...] for carrying on aggression against other societies, protecting the society against aggression by others, and providing the means for maintaining domestic order and control”.

vistas a obter a vitória no campo de batalha e, especialmente mais recentemente, as estruturas estabelecidas permanentemente para manter a paz e sustentadas para a eventualidade de um conflito armado (SILLS, 1972).

As Forças Armadas de qualquer sociedade mobilizam esforços para ter relativa importância entre outras instituições e consolidar sua sobrevivência e sua habilidade de moldar-se para executar seus propósitos. A instituição deve justificar os custos e recursos alocados, ser responsável por estes no mundo político e fundamentar-se em valores, posturas morais e fatores pragmáticos (eficiência, viabilidade e representação). O propósito principal das Forças Armadas é tanto abstrato, como a defesa da sociedade e da soberania, quanto concreto, com poses materiais como recrutas, sistemas de armas, doutrina, bem como a produção de unidades de combate capacitadas para atuar em terra, mar e espaço aéreo e prontas para envolver o inimigo no campo de batalha ou empreender outras missões militares. A perspectiva de instituição social compreende um sistema de papéis baseados em crenças e normas, estruturas, funções, comportamento padronizado e adaptação a mudanças<sup>20</sup>. Há, também, a visão como uma organização formada por processos burocráticos, empreendedorismo, inovação, tecnologia e gerenciamento<sup>21</sup> (SIEBOLD, 2001).

Moskos (1986) cria um modelo interpretativo das Forças Armadas. Para o autor, a organização militar mantém altos níveis de autonomia, ao mesmo tempo em que reflete tendências sociais mais amplas. O autor formula dois modelos/tipos ideais: o institucional e o ocupacional. Algumas das características da parte institucional são uma legitimidade e orientação através de valores normativos (tradições, patriotismo, honra e senso de comunidade/coletividade), funções randomizadas, comprometimento difuso, mais incentivos morais do que materiais, modo de compensação majoritariamente não monetário e baixo, estima baseada na noção de serviço, estruturação interna e vertical, performance integrada e qualitativa e sistema de justiça militar. Por outro lado, características da parte ocupacional têm uma legitimidade e orientação econômica de mercado (com princípios de negócios), prevalência de gratificação monetária e responsabilidades, funções respaldadas no nível de habilidade, comprometimento específico, mão de obra e deveres contratuais, maior preocupação com interesses próprios do que coletivos, modo de compensação salarial com bonificação alta, prestígio baseado no nível

---

20 O que engloba, por exemplo, relações e cruzamentos do âmbito militar com a família, a religião, o complexo industrial, as escolas militares e comitês no Congresso/Senado e questões sociais gerais como gênero, diversidade, ambientalismo e atitudes intergeracionais (SIEBOLD, 2001).

21 Que pode ser analisada em um nível de grupos e indivíduos, tratando do desenvolvimento de líderes, da coesão e da performance de unidades pequenas (SIEBOLD, 2001).

de compensação, estruturação externa e horizontal, performance segmentada e quantitativa e sistema de jurisprudência civil. A hipótese de Moskos é a de que as Forças Armadas estão se afastando do formato institucional em direção ao formato ocupacional, assumindo um sucessivo movimento que vai de uma organização militar altamente divergente da sociedade civil até uma altamente convergente com as estruturas civis (MOSKOS, 1986).

Janowitz (1967) propõe a tese de que a instituição militar muda conforme as condições oscilantes da sociedade na qual está inserida. Nesse sentido, após a Segunda Guerra Mundial, a ação militar implica maiores consequências político-sociais, o que levou a uma maior convergência de interesses e esferas de atividade civis e militares. O autor aponta algumas transformações nos atributos das Forças Armadas. Surge uma nova forma de exercer autoridade, dadas certas condições que acentuaram a descentralização, a dispersão no campo e a autonomia de comando nos níveis inferiores. Também, alterou-se o modo de recrutamento do soldado profissional. A ampliação dessa base, juntamente com os crescentes valores comerciais nas democracias, renovou as motivações da escolha profissional por parte dos oficiais, os quais passaram a considerar a profissão militar como uma ocupação e não mais uma missão. Ainda, essa ampliação reduziu a integração do soldado com a sociedade, não mais pertencendo a uma classe social definida, não tendo acentuada lealdade à liderança política nem, necessariamente, uma aparência conservadora.

Ainda, o autor indica três tipos de soldados profissionais que se sucederam ao longo da história: (i) o tipo heroico, mais tradicional que incorpora o espírito combatente e a bravura pessoal; (ii) o tipo gerencial, refletindo os aspectos sociais e de pragmatismo da guerra moderna; e (iii) o tipo tecnológico, considerando um desdobramento mais recente do tipo gerencial. A maior convergência entre os últimos dois tipos promove uma aproximação e integração civil-militar e a incorporação de valores sociais na instituição (JANOWITZ, 1967; CAFORIO, 2006; KALDOR, 1976). São contrapostas, então, a concepção da Escola Americana e a de Huntington (1996). Encontra-se uma dialética entre o modelo de Janowitz, que aponta uma convergência das relações civis-militares, e o modelo de Huntington, que aponta uma divergência. De acordo com o primeiro, a “convergência é necessária, já que o militar profissional de hoje está muito envolvido nas escolhas políticas do país e precisa do consenso total da sociedade a que pertence” (CAFORIO, 2006, p. 18, tradução livre<sup>22</sup>). Já para o segundo, a “di-

---

22 Do original em inglês: “convergence is necessary, since today’s professional soldier is too involved in the country’s political choices and needs the full consensus of the society to which he belongs”.

vergência é necessária para que os militares possam realizar suas tarefas com eficácia” (CAFORIO, 2006, p. 18, tradução livre<sup>23</sup>).

Para Van Doorn (1975), as Forças Armadas são a única instituição adequada para funcionar durante a guerra, que é uma situação anormal entre dois períodos de normalidade. Para o autor, a função do militar é o controle e o exercício (em geral monopolista) da violência coletiva organizada. O autor apresenta uma comparação entre profissão e organização. As características comuns são o fato de que tanto as profissões quanto as organizações são baseadas em conhecimentos e habilidades, a resolução dos problemas não é personalizada e as posições individuais são adquiridas através de processos seletivos que comparam habilidades. Porém, também são apontadas diferenças entre estes dois elementos: (i) o profissional atua com base em um código de ética, enquanto a atividade burocrática segue mais regras escritas do que um código moral; (ii) a lealdade do profissional é com sua profissão, enquanto a lealdade do burocrata é com a organização; e (iii) a estrutura de uma profissão é horizontal, enquanto a de uma organização é vertical. A conclusão é a de que os oficiais militares representam a integração entre a profissão e a organização em um sentido burocrático. As Forças Armadas são uma organização pois sua estrutura é rigidamente vertical e hierárquica. Porém, os oficiais também possuem características dos profissionais, como corporatividade, valores e responsabilidade social. Esta profissionalização se desenvolveu ao longo do tempo, conforme a intervenção do Estado, já que este é o “cliente” da organização militar e impõe seu próprio interesse. Este diz respeito à importância da liderança militar, do código de ética, do reconhecimento da hierarquia e da educação em academias de formação (VAN DOORN, 1975; CAFORIO, 2006).

Para Pye (1961), o profissionalismo das Forças Armadas e seu padrão comportamental resulta que “os militares pareçam uma instituição mais sagrada do que secular” (KALDOR, 1976, p. 460, tradução livre<sup>24</sup>). O autor argumenta que a instituição militar induz atitudes “modernizadoras” e encoraja, por exemplo, ações de ajuda externa. Para Watson (1999), a profissão das armas agrupa: (i) a mente militar; (ii) o espírito guerreiro; (iii) a vocação para as armas; (iv) o profissionalismo; e (v) o *ethos* (caráter e crenças). Já Huntington (1996) estabelece a habilidade e a capacidade de aplicar a violência como foco da profissão, esta aplicação se dá através do monopólio da responsabilidade pela segurança militar da sociedade (COATES; PELLEGRIN, 1965).

---

23 Do original em inglês: “divergence is needed for the military to be able to carry out its tasks effectively”.

24 Do original em inglês: “the military appear to be a more sacred than secular institution”.

Por causa de sua função social única – a gestão legítima da violência – os militares exigem de seu pessoal um grau de compromisso que difere daquele exigido por outras organizações modernas. O pessoal militar, ao contrário de seus colegas civis, firma um contrato ilimitado de responsabilidade com seu empregador (SEGAL apud CAFORIO, 2006, p. 440, tradução livre<sup>25</sup>).

Nota-se o rápido processo de mudança nas sociedades, nas Relações Internacionais e na Política de Segurança dos países, especialmente após o fim da Guerra Fria<sup>26</sup> (CAFORIO, 2006). Este cenário culminou em uma tendência moderna de abandono parcial ou total da conscrição e a substituição desta por um modelo de voluntariado, o que repercute em uma composição diferenciada de militares e na sindicalização profissional. Ao mesmo tempo, há o abandono de exércitos em massa e uma transição para forças menores e inteiramente profissionais (CAFORIO, 2006). Esta reestruturação e diminuição da dimensão das Forças Armadas leva: (i) à formação de redes de anarquias organizadas, ou seja, organizações com limites permeáveis, hierarquias horizontais, tomada de decisões descentralizada e com maior capacidade de tolerar a ambiguidade (MANIGART, 2006); e (ii) à redução no montante das despesas militares, na produção de armas, no número de militares na ativa, nas mudanças tecnológicas e na evolução sociocultural, o que gera um efeito de desmobilização de pessoal e um caráter ocupacional *versus* institucional dos militares (CAFORIO, 2006).

O fim da Guerra Fria resultou em cortes nos gastos militares e na redução do tamanho das forças armadas de ex-inimigos (os chamados dividendos da paz). O desenvolvimento positivo de ser capaz de reduzir o valor gasto na defesa havia sido associado a graves problemas pessoais para o pessoal profissional afetado por militares reduzidos. [...] Assim, é evidente que uma economia saudável é vital, tanto para um melhor ajuste dos militares que se desmobilizam para uma nova vida civil, quanto para o florescimento da própria democracia (RUKAVISHNIKOV; PUGH, 2006 p. 145, tradução livre<sup>27</sup>).

Por fim, Caforio (2006) deixa em aberto questões sobre qual será o impacto desta modificação nas relações humanas dentro e fora das Forças Armadas. O abandono da conscrição levará a um enfraquecimento do espírito democrático das Forças Armadas, mesmo nas demo-

25 Do original em inglês: “Because of its unique social function—the legitimate management of violence—the military requires of its personnel a degree of commitment that differs from that required by other modern organizations. Military personnel, unlike their civilian counterparts, enter into a contract of unlimited liability with their employer”.

26 Isto pois algumas das consequências foram o desaparecimento do “inimigo focal”, a emergência de novos tipos de guerra, a transformação nos regimes dos países do Leste Europeu e o renascimento de diferenças étnicas e religiosas (CAFORIO, 2006).

27 Do original em inglês: “The end of the Cold War resulted in cuts in military expenditures and a reduction in the size of the armed forces of former foes (so-called peace dividends). The positive development of being able to reduce the amount spent on defense had been coupled with severe personal problems for professional personnel affected by a reduced military. [...] Thus it is evident that a healthy economy is vital, both for a better adjustment for military personnel demobilizing to a new civilian life and for the flourishing of a democracy itself”.

cracias consolidadas? A falta de experiência profissional dos cidadãos no serviço militar nacional pode alienar a opinião pública de questões de segurança externa e das Forças Armadas em seu próprio país? Para responder estas interrogações, é preciso observar a dinâmica e os efeitos das Forças Armadas na conjuntura internacional.

## 2.2 RELAÇÕES CIVIS-MILITARES

As relações civis-militares podem ser entendidas como a interação entre as Forças Armadas, as elites políticas e os cidadãos, especialmente referindo-se à influência dos militares. Estas relações envolvem o nível de conflito, harmonia ou cooperação, nível de aproximação ou distância, poder relativo, prestígio, recursos e economia, ciência e tecnologia, cultura e história, aspectos que são influenciados pelo tipo de regime e pelas estruturas, como os mecanismos de controle, responsabilidades e papéis<sup>28</sup>. Estes vínculos variam em forma e consequência de acordo com seu contexto: Estados com democracia ou autoritarismo, desenvolvimento ou fragilidade econômica, tempos de paz ou de guerra. A teoria da Sociologia Militar abrange diversas variáveis no que tange às relações civis-militares, como as forças e tensões, a definição de lideranças e o impacto e resultados gerados. Estas relações são estudadas há muito tempo<sup>29</sup>, dado que o surgimento desta interação é secular. Isto pois, historicamente, os militares foram treinados para a função de proteção da sociedade e da nação defronte invasões externas e da condução da guerra, mas também para salvaguarda do regime político contra a desordem interna (SIEBOLD, 2001; BURK, 2002; RUKAVISHNIKOV; PUGH, 2006; SARVAS, 1999).

Os arranjos jurídicos e políticos variavam amplamente e os padrões das relações civis-militares, portanto, diferiam de país para país. Além de arranjos jurídicos e constitucionais específicos, as relações civis-militares são influenciadas pelas tradições históricas de um país e, particularmente, sua história militar; condições econômicas e sociais; a evolução de sua paisagem política interna; e, certamente, pelo ambiente

28 Tópicos que serão tratados no decorrer da dissertação.

29 Para Karl Marx, quando se trata da questão de dependência ontológica, as relações civis-militares não seriam unilaterais e sim diacrônicas (CREAVEN, 2000). Já durante o século XX, como dito anteriormente, alguns dos autores que engajaram neste tema foram Weber, Mosca, Stouffer, Huntington e Janowitz. Ainda, no período da Guerra Fria, tentou-se entender como se davam essas interações em países socialistas. Acadêmicos do Terceiro Mundo, conhecendo a conjuntura de golpes militares, revoluções e guerrilhas, preocupavam-se com o papel dos regimes militares, as violações aos direitos humanos e os processos de democratização. Além disso, nas últimas décadas, com a ampliação das funções militares, envolvendo operações de paz e outras além da guerra, surgiram novas teorias que tratam das relações com organizações não-governamentais e agências internacionais (RUKAVISHNIKOV; PUGH, 2006).

de segurança internacional, principalmente pela inclusão do país em alianças (RUKAVISHNIKOV; PUGH, 2006, p. 133, tradução livre<sup>30</sup>).

Academicamente, diversas teorias sobre as relações civis-militares foram desenvolvidas. Janowitz (1967) identifica quatro tipos de relações político-militares: (i) a aristocrática, que abrange as potências ocidentais antes do industrialismo, no qual as elites civis e militares são socialmente e funcionalmente integradas; (ii) a democrática, na qual as elites civis e militares são diferenciadas e a parte civil exerce o controle das Forças Armadas através de um conjunto de regras; (iii) a totalitária, na qual os militares profissionais são subordinados à elite política e as relações baseiam-se em uma fidelidade ideológica; e (iv) a “estado guarnição” (LASSWELL, 1941), na qual há um enfraquecimento da supremacia civil, mesmo que em uma estrutura democrática, em direção a uma supremacia militar, em que grupos militares manejam o poder político e administrativo, direta ou indiretamente (JANOWITZ, 1967; HARRIES-JENKINS; MOSKOS, 1981).

Ainda, Harries-Jenkins & Moskos (1981) apresentam três modelos de relações civis-militares. Em um modelo militarocrático, a legitimidade das Forças Armadas não é questionada, os militares são vistos como representantes do interesse nacional e simbolizam a identidade do Estado, a independência e a soberania (FINER, 2017). Em um modelo democrático, a legitimidade das Forças Armadas existe na medida em que há consenso, no qual o uso de poder da instituição é acordado pela sociedade e esta delegação de poder pode ser julgada e retirada, mantendo-se a supremacia civil. Já em um modelo anarquista, as Forças Armadas nunca são vistas como legítimas e a sociedade baseia-se na livre expressão e nos poderes individuais (HARRIES-JENKINS; MOSKOS, 1981). Nestes casos, a legitimidade pode ser entendida como “a capacidade de um sistema social ou político de desenvolver e manter uma crença geral de que a ordem social existente e suas soluções principais são geralmente apropriadas” (VAN DOORN, 1975, p. 19, tradução livre<sup>31</sup>). Conseqüentemente, a deslegitimação das Forças Armadas inicia-se quando há a menor aceitação da força militar, a crescente crítica pública aos militares, a impopularidade da conscrição e a perda da identidade institucional (VAN DOORN, 1975).

---

30 Do original em inglês: “The legal and political arrangements varied widely and the patterns of civil-military relations therefore differed from country to country. In addition to specific legal and constitutional arrangements, civil-military relations are influenced by a country's historical traditions and particularly its military history; economic and social conditions; the evolution of its internal political landscape; and, certainly, by the international security environment, primarily the country's inclusion in alliances”.

31 Do original em inglês: “the capacity of a social or political system to develop and maintain a general belief that the existing social order and its main solutions are generally appropriate”.

Os autores também apontam os líderes como sendo os jogadores principais nestes modelos. A influência militar caracteriza-se por líderes militares na sociedade civil, enquanto a influência civil caracteriza-se por líderes civis nas forças militares. A interpenetração desses atores promove um efeito amortecedor de conflitos. Ao mesmo tempo, o isolamento das partes aumenta a extensão do conflito, qualificando as Forças Armadas, e sua burocracia, como forças coercivas, opressoras ou salvadoras. “O atrito pode ser medido como o grau em que os militares estão dispostos a exibir oposição pública a uma política civil anunciada. [...] Muito atrito podem ser indícios e avisos de um golpe iminente” (FEAVER, 1999, p. 220-221, tradução livre<sup>32</sup>). Todavia, estes confrontos entre civis e militares diminuíram com o desenvolvimento de uma *expertise* profissional nos departamentos do serviço militar e do envolvimento de oficiais como representantes em relações administrativas e legislativas (HARRIES-JENKINS; MOSKOS, 1981).

[...] a política é moldada pelas personalidades dos líderes militares e civis nacionais e suas relações informais, que também podem influenciar o equilíbrio das relações civis-militares. Eles criam diferenças entre países e, muitas vezes, dentro do mesmo país, entre governos sucessivos e de um ministro da defesa (e chefe de gabinete) para outro (CAFORIO, 2006, p. 133-134, tradução livre<sup>33</sup>).

Para Huntington (1996), relações civis-militares saudáveis e estáveis baseiam-se em um equilíbrio entre um imperativo funcional, a defesa contra ameaça externa, e um imperativo social, que representa instituições, valores e ideologias da nação, que maximize a eficácia militar sem prejudicar a natureza democrática do país, apoiado em confiança, respeito e reconhecimento mútuos. Assim, a manutenção desse padrão exige monitoramento para a identificação de fatores desestabilizantes, uma vez que relações fracas podem causar baixa eficiência da instituição, bem como a deterioração dos regimes democráticos. Portanto, a “trindade” harmônica envolve a sociedade civil, as Forças Armadas e as elites políticas (HUNTINGTON, 1996; TAPIA, 2016).

De acordo com Rukavishnikov & Pugh (2006), a importância da sociedade civil reside na sua função de conscientização de debates e escolhas de Política Externa e de Segurança, contribuindo com a implementação de políticas públicas. Entretanto, surgem novos problemas

32 Do original em inglês: “Friction can be measured as the degree to which the military is willing to display public opposition to an announced civilian policy. [...] Too much friction could be indications and warnings of a coup in the offing”.

33 Do original em inglês: “[...] politics is shaped by the personalities of the military and civilian national leaders and their informal relationships, which might also influence the balance of civil-military relations. They create differences between countries and very often within the same country between successive governments and from one minister of defense (and chief of staff) to another”.



em termos de relações civis-militares pois, geralmente, há um baixo controle parlamentar e pouca transparência quanto às tomadas de decisões políticas em questões securitárias. Nesse sentido, as comunidades civis organizam-se, atuando, principalmente, no contexto doméstico, mas também se integrando às instituições preexistentes. Portanto, os autores identificam três categorias de organização: (i) militares veteranos na reserva, que têm predisposições tanto para incentivar a despolitização das Forças Armadas quanto para apoiar golpes militares; (ii) grupos educacionais e intelectuais, que tratam de história e conjuntura militar, política militar, estratégia e defesa; e (iii) associações funcionais ou grupos voluntários, que influenciam a opinião pública, como empregados e atuantes do setor de defesa, prestadores de serviços como a Cruz Vermelha, igrejas, mídia e associações humanitárias e ambientalistas. Nesse cenário, os grupos civis podem receber apoio governamental para construir laços de confiança, cooperação, compromisso, inclusão e pluralismo.

Por esse ângulo, infere-se que as relações civis-militares também extravasam para o âmbito transnacional. No que diz respeito à cooperação civil-militar em operações de manutenção da paz, as forças externas dependem das autoridades civis locais, da população para obter recursos e de organizações civis externas para suporte e orientação. As funções de civis e militares em questões humanitárias são crescentemente integradas. Desse modo, a orientação coercitiva das operações de apoio à paz pode melhorar o acesso às zonas de conflito e proteger as populações. Contudo, é importante ressaltar que a relação civil-militar se subordina a fins estratégicos, mesmo que através de princípios humanitários, uma vez que os militares servem governos, utilizam finanças, capacidades logísticas<sup>34</sup> e respaldam-se na soberania estatal ou, quando as missões são multinacionais, sobre estruturas controladas por nações. Por outro lado, organizações não-governamentais fomentam uma ética internacional, contestando as inferências no conflito, desenvolvimento e poder. Assim, estas operações de paz requerem uma combinação multinacional para obter sua legitimidade (RUKAVISHNIKOV; PUGH, 2006). De outro modo, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a União Europeia (UE), por exemplo, concebem relações civis-militares ao antecipar a cooperação militar e coordenar o controle civil de atividade militares para além das fronteiras nacionais. Também, tem-se a expansão das relações civis-militares na associação com companhias de segurança privadas (BURK, 2002). As tendências nos arranjos de segurança privada incluem a prolifera-

---

34 Os elementos chaves da logística são: (i) a capacidade de transporte das forças combatentes; (ii) a rede/infra-estrutura básica para movimentação de tropas e equipamentos; e (iii) a disponibilidade de recursos de apoio, como combustível, comida, água, munição, reparo de equipamentos, cuidados médicos, etc. (O'HANLON, 2009).

ção da privatização na produção de armas convencionais, o aumento do lucro de provedores de segurança, milícias privadas e o uso de mercenários em guerras locais (MANDEL, 2001).

Para Janowitz (1967), em uma conjuntura de diminuição do serviço militar que necessita de operação em massa na guerra, o Estado, a fim de manter uma força de soldados profissionais, deve preservar o ideal do soldado-cidadão e encorajar a participação cívica. Nesse sentido, o autor defende um programa de serviço nacional que inclua um componente militar para dar oportunidade aos cidadãos de trabalhar para o bem comum, conectando o treinamento profissional a propósitos nacionais e transnacionais. O soldado-cidadão, então, deve ser cultivado para assegurar a convergência entre a sociedade civil e militar. O autor reconhece, entretanto, que os limites entre as esferas das Forças Armadas e da política não são claramente estabelecidos o que, por sua vez, causa tensões entre as elites políticas e militares (JANOWITZ, 1967; BURK, 2002).

### 2.3 ÉTICA E MORALIDADE

O *ethos* é definido como “a disposição, caráter ou valores fundamentais peculiares a uma determinada pessoa, povo, cultura ou movimento” (SHINSEKI, 2003, p. 112, tradução livre<sup>35</sup>), ou também como “o caráter moral, natureza, disposição e costumes de um povo ou cultura” (PRESSFIELD, 2011, n.p., tradução livre<sup>36</sup>). O “*ethos* guerreiro” são as atitudes, crenças profissionais e valores comuns que sustentam as tradições das Forças Armadas, estabelecendo um compromisso pessoal com o cumprimento da missão de servir à nação de forma ética. Desta forma, o credo forma um sistema de princípios e opiniões, unificando a cultura do Exército (SHINSEKI, 2003). “Ethos e ética, embora compartilhem da mesma raiz, não são iguais. ‘Ética’ pode ser definida como a ciência da moral e seu objetivo é distinguir o bem do mal. O *ethos* de um grupo é aquele conjunto de valores que ele reivindica como seus, sem prejudicar seu valor ético” (YAKOVLEFF, 2007, p. 177, tradução livre<sup>37</sup>). Desse modo, o *ethos*, juntamente com a ética, funcionam como um código de conduta, “uma concepção do certo e do errado, das virtudes e dos vícios” (PRESSFIELD, 2011, n.p., tradução livre<sup>38</sup>) e, embora

35 Do original em inglês: “the disposition, character, or fundamental values peculiar to a specific person, people, culture, or movement”.

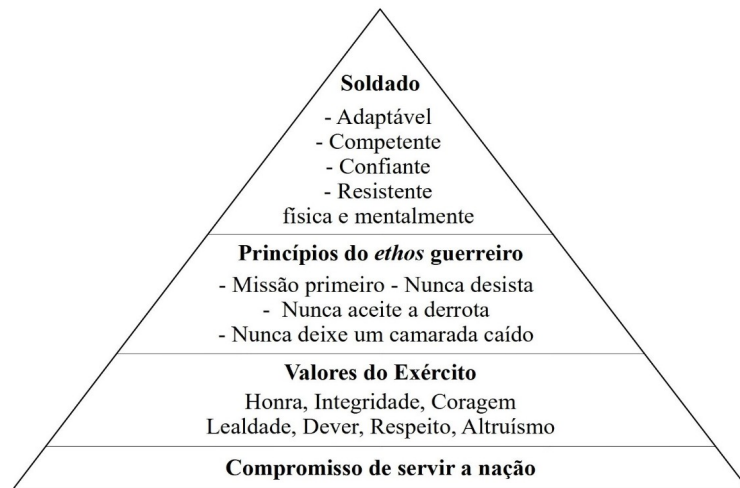
36 Do original em inglês: “the moral character, nature, disposition and customs of a people or culture”.

37 Do original em inglês: “Ethos and ethics, though they share the same root, are not the same. ‘Ethics’ may be defined as the science of morals and their object is to distinguish good from evil. The ethos of a group is that set of values which it claims as its own, without prejudging their ethical value”.

38 Do original em inglês: “a conception of right and wrong, of virtues and of vices”.

estes princípios possam estar presentes na cultura, geralmente, os mesmos são ensinados. Shinseki (2003) formula uma pirâmide representativa do *ethos* guerreiro, conforme a Figura 3:

**Figura 3** – Pirâmide do *ethos* guerreiro



Fonte: adaptado e traduzido de Shinseki (2003, p. 111).

No que se refere à educação militar, o *ethos* pode ser dividido em três camadas doutrinárias: (i) a abordagem filosófica, mais intelectual, porém, com menor impacto nos escalões mais baixos e nos ambientes operacionais (atrito e guerra); (ii) a abordagem por regulamento, tanto prescritivo quanto proscritivo, que oferece uma linha de conduta evidente; e (iii) a abordagem simbólica, ou ritualística, que pode ser aplicada na ação militar, mas também pode ser caricata (YAKOVLEFF, 2007).

Lang (1965) aponta aspectos específicos da organização militar: (i) o caráter “comunitário”, que diferencia a vivência militar da civil, relacionando o grau em que o controle da organização se estende à individualidade, de forma mais enfática do que entre outras organizações; (ii) a hierarquia, que pode, inclusive, promover uma ideologia autoritária; e (iii) a disciplina e o controle, definidos através de uma cadeia de comando que propõe diretivas para a execução das ordens.

Shils & Janowitz (1948) formulam uma teoria de coesão e eficácia no combate<sup>39</sup>, assinalando diferentes aspectos necessários para manter a unidade e a eficiência durante o conflito armado: (i) a natureza das relações de grupo, através da qual os soldados entendem que sua segurança pessoal e sobrevivência individual dependem da segurança e sobrevivência da uni-

<sup>39</sup> A partir da análise do Exército alemão durante a Segunda Guerra Mundial (SHILS; JANOWITZ, 1948).

dade como um todo, assim, são criadas relações positivas entre os combatentes; (ii) o comportamento dos oficiais, na medida em que a qualidade do líder mantém a harmonia do grupo; (iii) os padrões organizacionais, dado que a estruturação do recrutamento e da rotação sustentam a aderência ao conjunto; (iv) a ideologia abrangente, que inclui os “símbolos secundários” como o patriotismo (a benevolência à nação), o ideal político e a devoção à autoridade do líder; e (v) a disciplina e os valores militares, como a obediência às normas, a “honra militar” e o *status*. Para os autores, o impacto destes fatores não é diretamente associado ao espírito de luta, mas sim vinculado fundamentalmente ao funcionamento do grupo (SHILS; JANOWITZ, 1948; NUCIARI, 2006).

Para Huntington (1996), a distribuição de poder entre civis e militares varia conforme a compatibilidade da ética militar com a ideologia política vigente. O autor enfatiza as diferentes maneiras pelas quais as três ideologias concorrentes – a liberal, a conservadora e a marxista – percebem os assuntos referentes às Forças Armadas e concebem distintos padrões de relações civis-militares, conforme as características de cada sociedade<sup>40</sup> (FEAVER, 1999).

Moskos (1975) afirma que a camaradagem entre os soldados se origina de um contrato social formulado e pactuado racionalmente para assegurar a sobrevivência recíproca, baseado em sentimentos como a amizade, o altruísmo e a solidariedade. O autor também salienta dois tipos de fatores ideológicos: (i) a ideologia política, cujo impacto tem importância para a orientação ideológica distribuída entre os militares; e (ii) a ideologia latente, compartilhada tendo a cidadania como “inspiração”, pois esta estabelece a ligação com a sociedade civil, pela qual vale a pena lutar. Como ressalta Burk (2000), esta inclinação latente não se torna um instrumento favorável ao regime autoritário, ao contrário, a ideologia do soldado-cidadão auxilia a garantia de que o acordo político estabelecido após o êxito da revolução seja democrático.

Historicamente, a ética ocidental, ou a filosofia moral, como “um modelo sistemático de investigação e corpo de conhecimento” (WATSON, 1999, p. 55, tradução livre<sup>41</sup>) nasceu no século V A.C., na Grécia. Paradoxalmente, surgiu como uma forma de ataque, por parte dos sofistas, aos códigos morais da época. Protágoras sustentava que estes códigos eram apenas criações convencionais, não sendo baseados na verdade e que, assim, não seriam vinculantes. Dado que a racionalidade conduz a busca de interesses próprios, na visão de Platão, a extensão desses interesses e do poder é negligente à justiça. Para ele, a razão, o espírito e o

---

40 Dada a extensão do debate, entre as diferentes ideologias, proposto pelo autor, o mesmo não será discutido nesta dissertação. Para mais detalhes, ver Huntington (1996).

41 Do original em inglês: “systematic model of inquiry and body of knowledge”.

desejo devem ser equilibrados e a falta de ética é entendida como decorrência da prevalência dos desejos e paixões em detrimento da razão, considerando que o comportamento ético leva à harmonia da alma e da sociedade (WATSON, 1999).

O *thymos* indica o espírito, a virtude da coragem, que provoca a indignação dos militares contra aqueles que visam destruir suas leis, costumes, moral e cidade. Nesse sentido, o *thymos* torna o inimigo da nação, também, um inimigo pessoal; então, ao defender a ordem política, o guerreiro está defendendo a si mesmo. Desse modo, supera-se a tensão entre o desejo individual e o social, sendo a ponte entre o privado e o público. Além disso, este espírito contribui para a razão e a ética. Conforme Aristóteles, a noção de moral individual conecta-se com o bem-estar social, sendo a ética um subconjunto da política. Como propósito maior, a felicidade, para este filósofo, deriva da prática das virtudes moral e intelectual, firmadas no caráter e manifestas em hábitos adequados. Desta forma, a ética militar é essencialmente pré-moderna e não é, necessariamente, compatível com o Estado liberal moderno (WATSON, 1999). Esta ética está “em desacordo com o teor básico e os princípios fundamentais de uma ordem civil progressivamente inclinada, liberalmente preocupada e democraticamente estruturada” (TONER, 1992, p. 202, tradução livre<sup>42</sup>), havendo uma disjunção entre o ponto de vista militar (pessimista e coletivista) e o civil (otimista e individualista). Portanto, para Toner (1992) deve haver um equilíbrio entre estes dois.

Já para Maquiavel (2010), a necessidade conflita com a virtude; portanto, as pessoas, e principalmente os príncipes, devem agir imoralmente às vezes, como parte da política. Transforma-se a antiga virtude moral na virtude da “coragem e astúcia a serviço da aquisição” (WATSON, 1999, p. 61, tradução livre<sup>43</sup>). Para o autor, o crime pode ser bem usado, quando o príncipe maneja a crueldade a seu favor. Similarmente à visão clássica, Huntington (1996) denota que a ética militar enfatiza a permanência, irracionalidade, fraqueza e maldade na natureza humana (HUNTINGTON, 1996). Em contrapartida, a visão de Kant (2006) implica a ação moral não considerar as consequências, ou seja, estas não justificam a atitude imoral. A moral expressa a perspectiva pacifista, em que a condução da guerra é sempre errada e o guerreiro, como parte de sua profissão, viola rotineiramente o maior imperativo categórico (a ética de agir conforme você deseja que ajam com você e com os outros). Para o autor, apenas a co-

---

42 Do original em inglês: “at odds with the basic tenor and the fundamental tenets of a progressively inclined, liberally concerned, democratically structured civil order”.

43 Do original em inglês: “courage and wile in the service of acquisition”.

erção pública e legal é necessária para garantir liberdades básicas em qualquer sociedade política.

Indo das teorias à realidade, de acordo com Watson (1999), as Forças Armadas podem manter sua independência profissional apenas se preservarem padrões éticos um pouco mais exigentes e elevados do que os dos civis, porém, não opostos aos mesmos. “Parece que, apesar da necessidade de ênfase militar nas regras e princípios absolutos do dever, a ética da virtude ainda é necessária para muitos guerreiros em muitas circunstâncias” (WATSON, 1999, p. 68, tradução livre<sup>44</sup>).

Por outro lado, o profissionalismo militar sempre envolve julgamentos morais e políticos. No que tange a moralidade, esta é difundida por toda a instituição, influenciando, direta ou indiretamente, seu desempenho. Isto pois, ao moldar o entendimento, tem-se o efeito no julgamento moral. A contemporânea compreensão moral dos militares tem como fontes o respeito à autoridade, a narrativa do *ethos* guerreiro, a ordem e a disciplina, transmitidas através de métodos instrumentais. A superioridade moral é tida como uma característica da doutrina militar, uma retórica dos líderes baseada em um sistema de crenças nas Forças Armadas. De maneira oposta, um erro moral é o reflexo de uma falha ética, seja abstrata ou exercida. Nesse sentido, os militares os cometem ao violar as normas legais e morais, mesmo que para alcançar a vitória ou a segurança nacional. Além disso, os membros das Forças Armadas são representantes da instituição, portanto, ao executar um desempenho imoral, são responsáveis tanto individualmente quanto institucionalmente. À vista disto, os militares partilham uma responsabilidade moral e prática.

## 2.4 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

A tecnologia é um dos principais aspectos que marcam a evolução militar. A seguir, o progresso tecnológico é rapidamente resumido de acordo com uma das divisões periódicas mais tradicionais da historiografia. Na História antiga/Antiguidade clássica (3.000 a.C. – 500 d.C.), na Era das Ferramentas, marcada pelas cidades-Estado e posteriormente pelas civilizações tributárias, houve o surgimento do bronze, do ferro e das fortificações. O equipamento militar utilizado eram armas como o aríete e armaduras. Ademais, caracterizava-se pela infantaria em massa, destacando-se, por exemplo, egípcios, persas, gregos (espartanos e macedô-

---

<sup>44</sup> Do original em inglês: “It seems that, despite the military's necessity emphasis on rules and absolute principles of duty, virtue ethics are still needed by many warriors in many circumstances”.

nios) e romanos (BRADFORD, 2001; KEEGAN, 1993; VAN CREVELD, 1991; MARTINS, 2013). Na Idade Média (séc. V – séc. XV), o atributo adicionado foi, sobretudo, a cavalaria, permitida pela invenção do estribo, e a artilharia, através da utilização da pólvora. Desse modo, mantiveram-se grandes Impérios, como o chinês, o japonês, o árabe e o mongol (ARCHER; FERRIS; HERWIG, 2008; KEEGAN, 1993; VAN CREVELD, 1991).

Na progressão para a História moderna (que teve seu primeiro início em cerca do séc. XVI ao séc. XVIII, e cuja segunda metade aconteceu até 1945), com a formação do Sistema Internacional, do Estado soberano e da Era dos Sistemas, a revolução militar foi efetivada da estratégica à tática, onde exércitos e logística se mesclaram com maior financiamento e administração estatal. Foi incrementada pelas tecnologias decorrentes da época, em especial, da Revolução Industrial. Na Europa, a Primeira Guerra Mundial foi qualificada por tratar-se da guerra de posição/trincheiras, respaldada na guerra mecanizada, com a inserção veículos blindados (tanques). Observa-se que as “mudanças tecnológicas desde 1918 tiveram três efeitos principais: aumentos contínuos no poder de fogo e letalidade; maior mobilidade em distâncias mais longas; e a capacidade de ver, comunicar e processar informações em grandes volumes em maiores áreas” (BIDDLE, 2004, p. 289, tradução livre<sup>45</sup>). Já a Segunda Guerra Mundial consagrou a guerra total, de movimento/manobra, cujo nome traduz a mobilização de recursos e infraestrutura social, conformados através da propaganda, com o surgimento de outras bases de apoio logístico, como meios de transporte (trens e caminhões), e uso de comunicação e inteligência. Ademais, esta nova forma de conduzir a guerra foi apoiada por inovações tecnológicas, por exemplo: navios, submarinos, aeronaves, como os bombardeiros e foguetes (mísseis guiados, mísseis balísticos de médio alcance e automação de aviões), melhorias em equipamentos de artilharia e tanques, além de armas químicas e atômicas (KENNEDY, 1991, 2014; GILPIN, 1981; PEREZ, 2009; VISENTINI; PEREIRA, 2008; KEEGAN, 1993; VAN CREVELD, 1991; MARTINS, 2013; MCNEILL, 1982).

Já a História contemporânea, no tema de Forças Armadas considerada a guerra moderna, são os diferentes padrões surgidos após 1945, sendo a Era da Automação e o Estado Cibernético. Este tipo de guerra é marcado por corridas armamentistas, a exemplo da Guerra Fria, envolvendo novos sistemas de armas, sendo alguns exemplos: armamento nuclear e biológico, a inserção do computador e da rede, recentes tanques, canhões e aeronaves (como os

---

45 Do original em inglês: “Technological change since 1918 has had three main effects: continued increases in firepower and lethality; greater mobility over longer distances; and the ability to see, communicate, and process information in greater volumes over larger areas”.

drones), incluindo o avanço de munições guiadas de precisão e a expansão da área abarcada por estas. Além disso, a digitalização<sup>46</sup> das capacidades militares teve impacto grandioso, influenciando conflitos contemporâneos, com novas armas de destruição em massa e o aprimoramento da cadeia de comando e controle (LIND, 2004; MARTINS, 2008; 2013, VICENTE, 2005; VAN CREVELD, 1991).

Quanto ao debate acadêmico sobre o surgimento de inovações militares, tanto de doutrina quanto de tecnologias, principalmente durante a guerra, existem várias teorias diferentes, entre estas: (i) a perspectiva realista da competição civil-militar, para a qual as inovações surgem devido às grandes mudanças no equilíbrio internacional de poder, na estrutura política e no ambiente de segurança (GILPIN, 1981; POSEN, 1984); (ii) a teoria organizacional intra e interserviço, para a qual a inovação procede o apoio de líderes militares e civis e a existência de diferentes serviços que disputam o financiamento disponível (ROSEN, 1991; COTE, 1996); e (iii) a vertente de cultura organizacional, para a qual a inovação é moldada por fatores culturais, como os contextos de valores, costumes e crenças (KIER, 1997; MURRAY, 1996).

No que tange a caracterização da inovação tecnológica e doutrinária, Pierce (2004) propõe duas classificações: (i) inovação sustentada, como incremento e modernização das tecnologias tradicionais, mantendo-se as técnicas e procedimentos das Forças Armadas; e (ii) inovação disruptiva, como uma melhora de performance não-tradicional que leva à transformação e introdução de uma nova tecnologia, mudando-se a composição das Forças Armadas. Em outra perspectiva mais detalhada, o modelo de Henderson & Clark (1990) distingue quatro tipos de inovação: (i) incremental, que refina e expande o design dominante, como a atualização de um sistema de armas; (ii) modular, que modifica um aspecto central, porém sem alterar as ligações/elos internos, como a mudança de sistema analógico para digital; (iii) arquitetônica, que muda a vinculação dos componentes, mas mantendo os principais aspectos do design, como porta-aviões, guerra anfíbia e tiro contínuo de arma de fogo; e (iv) radical, quando um novo design se conecta com uma estrutura totalmente moderna, como aeronaves e submarinos.

Vista esta discussão teórica, tem-se empiricamente uma grande evolução de inovações ao longo do tempo, por exemplo na indústria e na engenharia, que são perceptíveis, também, no âmbito das Forças Armadas. Por esse ângulo, Kulve & Smit (2003) analisam a cooperação

---

46 Digitalização, no sentido militar, significa computadorizar e pôr em rede o combate, de modo que todos os armamentos e soldados estejam cientes do que está acontecendo (DUNNIGAN, 1996).



entre atores civis e militares no desenvolvimento de novas tecnologias. A chamada ‘tecnologia de dupla utilização’ ou ‘tecnologia de uso dual’ é a tecnologia que possui tanto aplicações militares quanto civis, sendo desenvolvidas, por um lado, pelo setor da indústria de defesa e, por outro, pela indústria de alta tecnologia, e utilizadas pelas Forças Armadas e, também, pela sociedade em geral. Esta definição pode referir-se a produtos, conhecimentos e habilidades, atividades de pesquisa ou processos de produção. Nesse sentido, este desenvolvimento deve ser integrado e, também, depende dos contextos civis e militares para o uso da tecnologia, desta forma, a natureza da tecnologia (isto é, civil e/ou militar) depende dos vínculos sociais nas quais é desenvolvida (KULVE; SMIT, 2003; COWAN; FORAY, 1995).

Para Gummett (1991), a distinção entre tecnologia militar e civil é mais institucional do que intrínseca, deste modo, dado o cenário sociocultural, algumas tecnologias serão mais adequadas para aplicações em ambos os campos<sup>47</sup>. Portanto, a orientação dupla é influenciada por aspectos tecnológicos, culturais, sociais e organizacionais<sup>48</sup> (GUMMETT, 1991). Além disso, os programas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) de tecnologias passam por diferentes etapas. Por isso, a dualidade potencial de uma tecnologia não é uma constante, mas modifica-se com o tempo. Inicialmente, há no programa de P&D mais espaço para variedade experimental, assim, a colaboração civil-militar será maior, ao contrário do final, onde há a padronização (ou racionalização) da tecnologia, que a relaciona a aplicações específicas. Por isso, a projeção dual depende da criação de redes sociotécnicas cooperativas adequadas (COWAN; FORAY, 1995; BRZOSKA, 2006).

Por outro lado, há uma vasta gama de diferentes mecanismos (de interação) pelos quais as tecnologias podem ser transferidas entre aplicações militares e civis. Tais mecanismos de transferência de tecnologia enfatizam aspectos organizacionais: (i) a transferência que ocorre dentro da mesma ou entre diferentes organizações; e (ii) a tecnologia que requer adaptação para ser transferida do domínio civil para o domínio militar, ou vice-versa (MOLAS-GALLART, 1997). Para a formação de uma rede sociotécnica, tem-se duas estratégias de cooperação entre atores civis e militares: (i) o desenvolvimento conjunto de tecnologia, quando atores civis e militares cooperam dentro de um mesmo projeto; ou (ii) o desenvolvimento simultâneo de tecnologia, quando há projetos civis e militares paralelos e distintos, porém co-

---

47 É o caso estudado por MacKenzie (1990) das tecnologias para melhorar a precisão de mísseis, as quais, com uma diferente ênfase nos requisitos, servem para navegação aérea civil, resultando em confiabilidade, produtividade e economia.

48 Por exemplo, diferenças entre governo e regulamentações, objetivo (de segurança ou comercial), estrutura de mercado e custos, padrões e especificações, entre outros (GUMMETT, 1991).



ca militar-civil. Para os autores, as políticas de defesa também resultam na segregação dos sistemas de inovação militares e civis, impedindo a difusão das tecnologias ao: (i) limitar o fluxo de informações entre sistemas (por exemplo, com regras de propriedade intelectual); (ii) mudar a natureza das tecnologias mantidas pelas empresas de defesa; e (iii) adicionar custos operacionais substanciais que restringem a entrada e saída de novas empresas. Já no setor civil, usuários fornecem aos desenvolvedores das tecnologias múltiplos *feedbacks*, sendo o relacionamento produtor/cliente mais aberto.

Entretanto, historicamente, Perez (2009) ressalta como as transições tecnológicas na sociedade levam a reflexos positivos no campo do desenvolvimento tecnológico militar. Como, durante a Primeira Revolução Industrial, o processo de produção do ferro e a máquina a vapor (ferrovias); durante a Segunda Revolução Industrial, a fabricação do aço, a eletricidade, o rádio, o motor de combustão interna (automobilismo e turbina a gás) e a siderurgia; e as tecnologias decorrentes da Terceira Revolução Industrial, ou revolução científico-tecnológica, por exemplo, a informática, a microeletrônica, a robótica, as telecomunicações e a biotecnologia. Ainda corroborando esta visão de complementaridade, Schmid (2018) afirma que há uma correlação positiva entre a experiência tecnológica geral e a taxa na qual as tecnologias militares que organizações desenvolvem se propagam. O autor defende que as patentes militares e civis se difundem em taxas semelhantes, o que contradiz a ‘segregação institucional’ civil-militar observada por Alic et al. (1992). Nesse sentido, fundamenta-se o caminho das tecnologias da sociedade em direção às Forças Armadas.

O aumento dos custos fixos de produção que ajudou a reestruturação industrial também levou os produtores de armas a recorrerem a tecnologias e produtos civis disponíveis comercialmente. [...] Isso ocorreu principalmente porque os longos prazos de entrega envolvidos nas aquisições militares significavam que grande parte da tecnologia estava obsoleta antes de o sistema entrar em serviço (DUNNE; SKÖNS, 2010, p. 9, tradução livre<sup>51</sup>).

O contrário também é válido. Há tanto o *spin-in* de tecnologia civil para uso militar quanto o *spin-off* de tecnologia militar para uso civil (BRZOSKA, 2006). Ruttan (2006, 2004) ressalta a forte ligação histórica entre a demanda tecnológica dos Estados durante períodos de conflito militar e a transformação tecnológica coletiva, já que esta demanda de defesa é indispensável na produção de tecnologias de uso geral. Desta forma, demonstra-se que as pesqui-

51 Do original em inglês: “The increased fixed costs in production that assisted industrial restructuring also led to arms producers resorting to commercially available civilian technologies and products. [...] This was largely because the long lead-times involved in military procurement meant that much of the technology was obsolete before the system came into service”.

sas e aquisições relacionadas a militares e defesa têm sido uma fonte importante de desenvolvimento de tecnologia comercial em um amplo espectro da indústria<sup>52</sup> (BRZOSKA, 2006). Nota-se a contribuição da P&D de defesa para tecnologias como: aeronaves militares e comerciais, computadores e semicondutores, internet, energia nuclear e elétrica, indústria espacial e tecnologias de comunicação por satélite. O autor também afirma que, sem o financiamento militar, o aparecimento destas tecnologias teria sido significativamente atrasado<sup>53</sup> (RUTTAN, 2006, 2004). Além disso, Ruttan argumenta que o setor privado sozinho não produziria, ou o faria em escala insuficiente, estas tecnologias de uso comum. Isto tanto por uma falha de mercado associada a estes investimentos<sup>54</sup>, quanto pelos horizontes de tempo distintos usados por atores públicos e privados. Por isto, a importância do investimento público em P&D, já que o desenvolvimento das tecnologias de aplicação comum usualmente envolve longos períodos de financiamento contínuo (RUTTAN, 2006, 2004).

Segundo Brzoska (2006), a interação civil-militar em P&D inclui: (i) fatores produtivos de geração de conhecimento e tecnologia, como os cientistas e a infraestrutura de pesquisa; (ii) *know-how* de tecnologia, como métodos de pesquisa e procedimentos de testagem; e (iii) financiamento. Contudo, atualmente os tomadores de decisão, tanto civis quanto militares, sobre os gastos com P&D e produtos resultantes, devido a razões como as burocracias de aquisição e certo conservadorismo embutido nas forças militares, tomam decisões subótimas. Isto significa que, mesmo em países altamente industriais, o potencial da interface civil/militar não é explorado integralmente, o que indica que esta interação pode levar a ainda maiores vantagens. Salienta-se, novamente, a interdependência e reciprocidade entre o conhecimento e desenvolvimento tecnológico civil e militar, uma vez que a P&D associada à defesa promove transbordamentos que produzem benefícios sociais. Por outro lado, a P&D civil favorece o progresso científico nacional, as melhorias nos padrões de vida, a competitividade econômica e a comercialização dos frutos (BRZOSKA, 2006).

## 2.5 ECONOMIA DE DEFESA

---

52 Como exemplo, cita-se as contribuições do progresso tecnológico alemão durante a Segunda Guerra Mundial, no qual os sistemas de armamentos foram desenvolvidos com base nas novas tecnologias da época e levaram a modificações nas comunicações elétricas, a melhora de instrumentos de navegação, a ampla utilização de radares e o aprimoramento do rádio (KENNEDY, 1991; BRZOSKA, 2006).

53 Por exemplo, Ruttan (2006) estima que, sem financiamento militar, o primeiro navegador da Internet, lançado em 1990, só teria sido lançado em 2002.

54 Como os ganhos associados às tecnologias de uso geral são dispersos, nenhuma empresa sozinha teria incentivo suficiente para investir o montante necessário (RUTTAN, 2006).

Existe uma relação estreita (e relativa) entre poder e riqueza, ou força econômica e militar. “Qualquer que seja a fase de desenvolvimento econômico e científico atingida, cada século testemunhou, portanto, um debate sobre as proporções em que a riqueza nacional deve ser usada para fins militares” (KENNEDY, 1991, p. 509). Richard Nixon, durante seu mandato como presidente estadunidense, afirmou, em 1971, que: “o poder econômico será a chave de outros tipos de poder” (KENNEDY, 1991, p. 394). Mearsheimer (2001) defende que o poder se baseia nas capacidades materiais possuídas pelo Estado. Para o autor, o poder latente é relacionado aos aspectos socioeconômicos destinados à construção do poder militar, sustentado pela riqueza e pela grandeza populacional do país, envolvendo, por exemplo, dinheiro, tecnologia e pessoal. Já o poder militar é relacionado à força como objetivo último da política internacional, considerando o tamanho e a capacidade das Forças Armadas. Nesse sentido, as bases materiais do poder têm como fatores a economia, a industrialização e a eficiência na transformação da riqueza em capacidade militar.

A capacidade do Estado pode ser dividida em duas dimensões: (i) a capacidade militar, ou “repressiva”, caracterizada pela habilidade de projetar força militar convencional; e (ii) a capacidade burocrática/administrativa, caracterizada pela habilidade de coletar e gerir informações e impostos, o que ocorre de forma alternada entre níveis de desenvolvimento econômico e indicadores de dependência de recursos naturais e geração de receita. O alto nível de ambas está associado a uma menor probabilidade de início de guerra ou, quando há a mesma, uma probabilidade de esta ser de menor duração (HENDROX; YOUNG, 2014).

Nesse sentido, Arrighi (1996) indica a formação de um sistema capitalista mundial em paralelo com o processo de criação dos Estados-nacionais. O autor identifica duas lógicas que caracterizam o processo de competição entre Estados: (i) a lógica territorial, que diz respeito ao domínio e controle do território, tendo o capital como um meio; e (ii) a lógica capitalista, que diz respeito ao poder e controle de recursos escassos, gerando acumulação de capital. Pode-se inferir, então, que o papel das Forças Armadas, e da guerra, é manter e/ou expandir estes dois domínios: o territorial e o capitalista. Já Giddens (1985) enfatiza o impacto do poder militar, da preparação para a guerra e da guerra em si sobre a sociedade. Para o autor, a consideração dos países como sociedades ‘militares-industriais’ depende dos gastos militares dentro de suas economias nacionais.

As oscilações nos níveis de produtividade implicam a política de poder. Já em 1917, Lenin observava que a desigualdade nas taxas de crescimento econômico entre os países

conduzia o surgimento e o declínio de potências, levando a alterações nos equilíbrios político e militar, de modo que o futuro das potências repercutiam a rápida variação nos centros de produção mundiais. Consequentemente, esse ritmo desigual gera impactos a longo prazo sobre o poderio militar e a posição estratégica dos Estados internacionalmente (KENNEDY, 1991). Para Mackinder (1962, p. 1, tradução livre<sup>55</sup>), “as grandes guerras da história [...] são o resultado, direto ou indireto, do crescimento desigual das nações”. Isto pois, como afirma Engels, “nada é mais dependente das condições econômicas do que precisamente o exército e a marinha” (ENGELS, 1936, p. 188).

[...] continua sendo verdade que todas as grandes transformações do equilíbrio de *poder militar* do mundo seguiram-se a alterações no equilíbrio *produtivo*; e mais ainda, que a ascensão e queda dos vários impérios e estados no sistema internacional foram confirmadas pelos resultados das principais guerras de grandes potências, quando a vitória coube sempre ao lado com maiores recursos materiais (KENNEDY, 1991, p. 418, grifos do autor)<sup>56</sup>.

A “economia de guerra”, de acordo com Harrison (1998), diz respeito aos requisitos nacionais bem como à mobilização política empregada pelas instituições para os fins de combate militar. Também, envolve a disponibilidade de recursos, bem como sua quantidade e qualidade. Estes podem ser físicos, como minerais, materiais, ativos fixos, estoques e fluxos financeiros, ou humanos, como trabalhadores, saúde pública, nível de alfabetização, grau de habilidade, treinamento e educação da população, conhecimento científico e *know-how* tecnológico.

Dada a importância da defesa militar como meio de proteção do Estado, ressalva-se que a manutenção das Forças Armadas não deve causar destruição à economia nacional (DUNNIGAN, 2003). Portanto, as elites políticas devem impor alternativas, considerando as limitações dos gastos militares, para administrar os recursos econômicos adequadamente (KRESS, 2016). Na visão de Cook (1964), a prosperidade da guerra depende da economia doméstica, porém, o pleno emprego não pode mais ser garantido por gastos militares, visto que as altas despesas com armas se tornam prejudiciais à economia como um todo. Isto pois são os interesses econômicos individuais que mantêm o orçamento de defesa em níveis elevados. Assim, as despesas militares tornam-se, a longo prazo, um entrave à economia,

---

55 Do original em inglês: “the great wars of history [...] are the outcome, direct or indirect, of the unequal growth of nations”.

56 Porém, “a prosperidade econômica nem *sempre e imediatamente* traduz-se em eficiência militar, pois isso depende de muitos outros fatores, desde a geografia e o moral nacional, até a competência militar e tática” (KENNEDY, 1991, p. 418, grifos do autor).

retardando o desenvolvimento do país.

Por outro lado, para Paul Kennedy (1991), a indústria de defesa<sup>57</sup>, essencialmente pacífica, mas também mobilizada para o combate, tem impactos positivos no desenvolvimento tecnológico e na sustentação da economia. Gavin Kennedy (1974) indica que o setor industrial militar pode se sobrepôr a outros setores da economia por ter um mercado assegurado, protegido da competição estrangeira e da competitividade nacional. Benoit (1973) argumenta que os gastos com defesa aumentam a demanda agregada e utilizam a capacidade ociosa encontrada nos países. Ainda, “os programas de defesa fornecem insumos diretos à economia civil, tais como redes de comunicações, estradas, alívio e reabilitação de desastres e várias outras funções científicas e técnicas” (KALDOR, 1976, p. 463, tradução livre<sup>58</sup>). Assim, os militares podem apoiar a industrialização “por sua indicação simbólica de poderio militar e sua garantia presumida de autossuficiência nacional no caso de uma guerra improvável” (KALDOR, 1976, p. 461-462, tradução livre<sup>59</sup>; NORDLINGER, 1970<sup>60</sup>).

Além disso, a produção de armas no pós-Guerra Fria caracteriza-se tanto pela internacionalização da propriedade quanto pela internacionalização das cadeias de suprimentos. Também, há dependência das empresas de defesa das aquisições e exportações governamentais, entretanto, os governos reconhecem que os custos de P&D de tecnologias necessitam de uma economia de escala para colaboração internacional e reestruturação industrial. Ao mesmo tempo em que as cadeias de suprimentos internacionais oferecem flexibilidade e redução potencial de custos é preciso cautela para não gerar vulnerabilidades com contratos internacionais, com a menor visibilidade da base industrial de defesa e com *lobbys* de outros países (DUNNE; SKÖNS, 2010). Em geral, as grandes corporações industriais são consideradas parceiras dos governos, utilizando orçamento público para a produção de armas, socializando o risco, privatizando lucros e influenciando a política interna e externa<sup>61</sup>. Ademais, compras e gastos militares podem estar vinculados a atores não-estatais,

57 O autor indica a divergência da indústria de armamentos, baseada na busca por um arsenal avançado através da produção de artigos mais caros, mais complexos e muito menos numerosos, da indústria comercial, baseada no livre mercado no qual custos unitários médios diminuem devido à concorrência e a produção em grande escala (KENNEDY, 1991).

58 Do original em inglês: “defence programmes provide direct inputs into the civilian economy, such things as communications networks, roads, disaster relief and rehabilitation, and various other scientific and technical functions”.

59 Do original em inglês: “for its symbolic indication of military might and its presumed guarantee of national self-sufficiency in the event of an improbable war”.

60 Entretanto, Nordlinger (1970) ressalta que os valores militares podem levá-los a se opor à mudança econômica, os quais incluem “apegos normativos à ordem, dignidade, hierarquia, preocupação com a estabilidade política e sensibilidade a qualquer divergência do *status quo*” (KALDOR, 1976, p. 462).

61 A literatura cita, especificamente, as empresas dos Estados Unidos (BERNSTEIN; WILSON, 2011).

como grupos terroristas e sindicatos criminosos (BERNSTEIN; WILSON, 2011).

[...] tornamo-nos cada vez mais sensíveis ao crescimento relativamente recente da privatização da mão de obra militar, o que aponta para a importância de uma tendência de longo prazo na direção da privatização da produção de todos os tipos de bens e serviços militares. Outras tendências [...] incluem o aumento da concentração do setor de defesa desde o fim da Guerra Fria e a problemática globalização contínua dos mercados de defesa (BERNSTEIN; WILSON, 2011, p. 6, tradução livre<sup>62</sup>).

Tanto durante a guerra quanto nos períodos de paz, pode-se concluir que a defesa militar se relaciona com a economia em termos de desenvolvimento humano, econômico e social. A “economia da segurança e defesa” diz respeito aos meios e recursos de segurança e defesa, proporcionados pelo Estado, que são disponibilizados para a sociedade e também geram comodidade. Ao mesmo tempo em que a defesa nacional<sup>63</sup> exige um equilíbrio dos investimentos públicos, o processo de modernização das Forças Armadas também resulta em um contínuo desenvolvimento socioeconômico da organização (LOTCHIN, 1992; BRIONES PEÑALVER, 2013). Este desenvolvimento ocorre ao:

a) maximizar a logística de defesa, estabelecendo assim certos critérios para a eficácia desta organização em termos de pessoal; b) fornecer suporte para aquisição de sistemas de defesa (recursos, equipamentos e a infraestrutura); c) promover maior qualidade em relação à quantidade (menos soldados e mais técnicos especialistas); d) impulsionar a especialização em relação à diversidade; e) promover a racionalização e reestruturação, o que tornará disponíveis mais recursos materiais; e f) aumentar os recursos orçamentários (BRIONES PEÑALVER, 2013, p. 6, tradução livre<sup>64</sup>).

Como defende Marcuse, a sociedade unidimensional é “uma combinação produtiva entre o Estado de Bem-Estar Social e o Estado Beligerante”<sup>65</sup> (MARCUSE, 1973, p. 38)<sup>66</sup>. Esta sociedade é caracterizada por uma “mobilização total”, ou seja, ela estrutura-se em fun-

62 Do original em inglês: “we have become increasingly sensitive to the relatively recent growth of the privatization of military manpower, which points to the importance of a longer run trend in the direction of the privatization of the production of all sorts of military goods and services. Other recent trends [...] include the increased concentration of the defense sector since the end of the cold war and the ongoing problematic globalization of defense markets.

63 Nesse contexto, a defesa nacional pode ser entendida como uma estrutura tanto econômica quanto organizacional com três componentes principais: (i) defesa militar, (ii) defesa econômica e (iii) defesa/proteção civil (BRIONES PEÑALVER, 2013, p. 13).

64 Do original em inglês: “a) maximise defence logistics, thereby establishing certain criteria for the effectiveness of this organisation in terms of staffing; b) provide support for defence system procurement (resources, equipment and infrastructure); c) promote higher quality over quantity (fewer soldiers and more technical experts); d) boost specialisation as compared to diversity; e) promote rationalisation and restructuring, which will make increased material resources available; and f) increase budgetary resources”.

65 Marcuse “empreende uma análise crítica – ou dialética – do Estado de Bem-Estar Social, mostrando enfaticamente suas relações tanto com o desenvolvimento do capitalismo estadunidense quanto com o contexto da Guerra Fria, que o tornou possível” (CARVALHO, 2010, p. 14).

66 A transformação da guerra em bem-estar é discutida por McNeill (2013).



ção da existência de um inimigo nacional externo, ainda que inventado, o que aponta que a sociedade capitalista é capaz de demonstrar uma unidade interna frente a uma ameaça. “É uma coesão em um plano bem material: a mobilização contra o inimigo funciona como um poderoso estímulo à produção e ao emprego, mantendo assim um alto nível de vida” (MARCUSE, 1973 apud GIDDENS, 1998, p. 266). Desse modo, o Estado Beligerante demanda a construção de um grande aparato militar, onde a organização da política passa a ser também a organização para a guerra (MARCUSE, 1973; CARVALHO, 2010; GIDDENS, 1998).

A própria natureza da guerra industrializada em certo sentido garante uma diversidade de interesses e preocupações. Em estados tradicionais, uma classe dominante militarista poderia dominar o estado, sendo seu controle sobre os meios de violência dependente da mobilização de soldados, ao invés vez de seu domínio sobre a produção. Os meios de travar a guerra industrializada dependem de uma ampla infraestrutura produtiva. [...] No que diz respeito aos fatores econômicos é, sem dúvida, o caso do mundo moderno que os gastos militares podem ajudar a gerar condições favoráveis de produção tanto para os fabricantes quanto para a economia nacional em geral (GIDDENS, 1985, p. 248249, tradução livre<sup>67</sup>).

Nesse contexto, surge o novo agente político-econômico do complexo militar-industrial, que engloba não apenas os grupos econômicos produtores de armas unidos com os aparelhos do Estado, mas também setores da indústria da reconstrução de infraestruturas. Como a guerra destrói a infraestrutura existente, utilizando-se dos equipamentos de defesa, o interesse do complexo militar-industrial seria o de “destruir para reconstruir”. Portanto, “a sociedade unidimensional caracterizada por Marcuse, ao se constituir como um amálgama entre o Estado de bem-estar social e o estado de guerra, tanto atualiza quanto confere dinamismo inédito a este tipo de complexo industrial militar” (CARVALHO, 2010, p. 37).

O termo “complexo militar-industrial” foi utilizado pelo ex-presidente estadunidense Dwight D. Eisenhower (1961) como representação de uma aliança entre técnicos, congressistas, burocratas, militares e empresários, sendo de abrangência nacional e favorável a maiores gastos em defesa. O governante atentou que deve haver um equilíbrio para que as demandas securitárias não excluam outros objetivos sociais importantes e não se tornem uma ameaça ao desenvolvimento (EISENHOWER, 1961; GIDDENS, 1985). De acordo com Finer (1993), o complexo militar-industrial representa os grupos da sociedade que se beneficiam dos gastos

---

67 Do original em inglês: “The very nature of industrialized war in a certain sense ensures a diversity of interests and concerns. In traditional states, a militaristic ruling class could dominate the state, its control over the means of violence being dependent upon the mustering of soldiery rather than upon their sway over production. The means of waging industrialized war necessitate reliance upon a broad productive infrastructure. [...] So far as economic factors are concerned, it is undoubtedly the case in the modern world that military expenditure can help generate favourable conditions of production both for manufacturers and for an overall national economy”.

militares e de seu crescimento. Como decorrência, este complexo torna-se um fenômeno global (BERNSTEIN; WILSON, 2011), podendo ser estendido também para o aspecto acadêmico e científico, constituído por uma elite científico-tecnológica que tem influência nas políticas públicas (NELSON, 1971; EISENHOWER, 1961). Esta seria, então, a “Tríplice Hélice”, a tríade de interação entre Forças Armadas, indústria e academia.

Giddens (1985) distingue duas abordagens para o conceito de complexo militar-industrial: (i) uma integração das principais esferas institucionais de poder na sociedade: a política, a econômica e a militar, impulsionadas pela centralização burocrática; e (ii) a produção militar sendo explicada em termos de imperativos econômicos do empreendimento capitalista, onde o complexo militar-industrial expressaria as mudanças sociais promovidas por esses imperativos<sup>68</sup>. Portanto, a produção de bens e serviços relacionados à defesa torna-se uma parte importante da economia e uma das principais preocupações da maioria dos governos, principalmente em sociedades industrializadas.

## 2.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

A intenção de versar sobre as dimensões analíticas exploradas ao longo deste capítulo foi a de entender o papel social dos militares, discutindo de que forma se dá o relacionamento da sociedade com as Forças Armadas. A instituição militar caracteriza-se como um sistema social, desse modo, há tanto convergências como divergências entre a função militar e seus reflexos na população. A vigente transformação da orientação institucional para a ocupacional denota como a reestruturação da missão de defesa e da guerra repercutem no funcionamento, na profissionalização e no desempenho das Forças Armadas em geral.

As relações civis-militares estão estreitamente vinculadas às tensões e conflitos ou à harmonia e cooperação das Forças Armadas com a sociedade. Ainda, tem-se a interação com o regime político e o partidarismo ou a neutralidade da instituição. Ademais, considera-se o papel dos líderes e oficiais militares, dos civis, das organizações domésticas e internacionais e da cidadania. Além disso, percebe-se que o *ethos* guerreiro, seja identificado como caráter, valores ou doutrina, a ética, a moralidade e a ideologia das Forças Armadas, sensíveis a fatores sociais, são elementos correlacionados, que repercutem na coesão e eficácia no combate.

---

<sup>68</sup> Giddens (1985) enquadra teoricamente a primeira abordagem como alinhada a Wright Mills e a segunda abordagem como sendo ‘quase-marxista’.

No que tange aos recursos necessários para a sustentação da instituição, o desenvolvimento tecnológico decorre do progresso das tecnologias militares e civis, que podem ser disseminadas mutuamente com uso dual e a partir, principalmente, da cooperação civil-militar, como ambiente de avanço coletivo, ressaltando-se a interdependência entre ciência e inovação. Por outro lado, as Forças Armadas mobilizam a sociedade também através da economia de defesa, que representa o poder e a riqueza fundamentados tanto pela interação entre Estado e economia em tempos de guerra quanto pela indústria de defesa, o complexo militar-industrial e seus produtos, impulsionados durante o confronto militar e, também, em tempos de paz.

### 3 PAPEL POLÍTICO: O ESTADO E A VIOLÊNCIA

Este capítulo tem por objetivo compreender o papel político das Forças Armadas. Nesse sentido, busca-se ponderar sobre o vínculo entre o poder e o uso da força. Assim, tem-se como pergunta: qual a relação entre o Estado e a violência moderada, ou promovida, pelas Forças Armadas? Para discutir essa conexão, primeiro é preciso partir de um entendimento do que abrange o conceito de Estado como matéria, apesar desta definição ser motivo de debate, dada a existência de diversas interpretações a esse respeito.

De acordo com Norberto Bobbio (1987), o estudo acadêmico do Estado inclui “suas estruturas, funções, elementos constitutivos, mecanismos, órgãos etc., como um sistema complexo considerado em si mesmo e nas relações com os demais sistemas contíguos” (BOBBIO, 1987, p. 54). Um exemplo é a *Teoria geral do Estado*, de Georg Jellinek (1929), que distingue entre a doutrina sociológica e jurídica do Estado: a primeira contém a existência do Estado vista de forma objetiva, histórica e natural, enquanto a segunda inclui a existência do Estado manifestada em normas jurídicas.

Duas grandes teorias sobre o sistema social foram muito importantes para o debate no século XX: (i) a funcionalista, que trata o sistema como um conjunto de quatro subsistemas, ou “órgãos”: manutenção de padrões latentes, cumprimento de metas, adaptação e integração, cabendo ao poder político o atingimento das metas, exercidas pelas instituições que formam o Estado (PARSONS; PLATT, 1973), assim, essa teoria preocupa-se com a conservação social e a coesão; e (ii) a marxista, que sustenta que o sistema fundamenta-se na estrutura da base econômica, caracterizada pela forma de produção de cada época, e na superestrutura, dentro da qual incorpora-se o Estado e suas instituições, as quais consolidam e perpetuam o domínio social e político (MARX, 1996), assim, esta teoria preocupa-se com a mudança social e o antagonismo (BOBBIO, 1987).

Ainda, outro ponto de vista da representação do Estado é sugerido pela teoria dos sistemas, para a qual as instituições políticas e o sistema social funcionam em uma relação *input-output*, ou seja, onde apresenta-se respostas políticas, na forma de decisões coletivas vinculantes, para as demandas da sociedade (BOBBIO, 1987). O Estado também pode ser percebido como “o país como um todo e tudo o que está dentro dele: o território, o governo, o povo e a sociedade” (HALLIDAY, 2007, p. 91). Todavia, muitas vezes o emprego da força está im-

bricado como um exercício do Estado. Desse modo, outras concepções do conceito não desprendem delineadamente estes dois aspectos.

Nesse sentido irrestrito, é referido como “um conjunto de organizações administrativas, políticas e militares encabeçadas e mais ou menos bem coordenadas por uma autoridade executiva” (SKOCPOL, 1979, p. 29). Anthony Giddens (1985) estrutura o sistema social em: (i) significado; (ii) dominação/poder; e (iii) legitimação/sanções. Para ele, a qualidade “política” é a capacidade de administração dos recursos, dessa forma, o Estado se enquadra como “uma organização política cujo domínio é territorialmente ordenado e que é capaz de mobilizar os meios de violência para sustentar esse domínio” (GIDDENS, 1985, p. 20, tradução livre<sup>69</sup>), visão similar à de Max Weber (1971)<sup>70</sup>.

Em síntese, estas perspectivas pressupõem que a validação proveniente da população torna o uso da coerção física uma prerrogativa do Estado. Desse modo, vincula-se a propagação da violência, tanto interna quanto externamente, através das Forças Armada, dispostas pela alçada estatal. Essa assimilação conecta, apesar das mediações, a sociedade e as ações no âmbito militar, definida em última instância pelo governo, que rege a política nacional. Chegamos, portanto, na correlação entre Estado, violência e sociedade, permeada, evidentemente, pela política.

A lógica mais concreta, a prática em si desta violência, ou seja, o modo pelo qual a conflagração militar é induzida pelos Estados, remete a apreciações de autores clássicos do pensamento político moderno. Para Nicolau Maquiavel (2010 [1532]), a dimensão política da guerra subordinava o uso da força aos objetivos políticos, onde os fins justificavam os meios, portanto, a guerra iria além das outras dimensões como o campo de batalha, a logística, as linhas de suprimentos e a geografia, ainda que estes elementos também sejam importantes para a virtude no combate (HEUSER, 2010). Entretanto, o desígnio é uma “guerra limitada”, isto é, uma extensão da política apenas quando a diplomacia falha, tendo em vista que sociedade, religião, ciência e arte dependem da segurança fornecida pelos militares (MAQUIAVEL, 2008 [1521]).

De outro modo, para Thomas Hobbes (2014 [1651]), a condição fundamental da existência da humanidade, definida como estado de natureza, seria uma guerra eterna de todos contra todos, com o princípio da autodefesa/autopreservação como lei natural, levando o ho-

---

69 Do original em inglês: “a political organization whose rule is territorially ordered and which is able to mobilize the means of violence to sustain that rule.”

70 A definição de Estado conforme Weber foi citada anteriormente, na introdução do capítulo 2.

mem a buscar estabelecer poder sobre os outros. Isso, inevitavelmente, levaria a um cenário conflituoso, que se refletiria na suposta criação de uma instância política. Portanto, esse estado de natureza só poderia ser superado através de um contrato social e um governo central forte, com um soberano absoluto. Isto pois este recém-adquirido ordenamento da sociedade civil, composta por um grupo de homens unidos em consentimento, conseguiria colocar o poder de outro tipo de Estado como dependente de sua vontade, o que enfatiza a importância do domínio social estatal. Ainda, para o autor, somente a razão poderia ser instrumento para o governo das paixões que, se descontroladas, resultariam novamente em disputas. Em suma, a falta de ordem levaria à guerra.

Carl von Clausewitz (2007 [1832]) teoriza que a guerra consiste em quatro elementos principais<sup>71</sup>: (i) luta, a perspectiva do soldado; (ii) disputa entre exércitos, a perspectiva da estratégia; (iii) instrumento de política nacional, a perspectiva do estadista; e (iv) comportamento social, a perspectiva do observador, ou seja, das outras instituições políticas e da sociedade civil. Para ele, a associação entre guerra e política existe por causa dos conflitos de interesses entre os Estados, portanto, a guerra seria uma parte necessária dessa relação política, ideia expressa na frase “a guerra é meramente a continuação da política por outros meios” (CLAUSEWITZ, 2007, p. 28, tradução livre<sup>72</sup>). Portanto, a guerra é empregada para promover determinados objetivos, tanto de sobrevivência quanto de conquista nacional, derrubando ou restaurando o equilíbrio de poder e resolvendo, maiores ou menores, disputas. Assim sendo, a doutrina de Clausewitz afirma que o uso da força pode ser entendido como um instrumento da política e, por este motivo, deve estar sujeito a controle político e propósitos do Estado (SMITH, 2004; HEUSER, 2010).

Para este instrumento ser viabilizado, necessita-se de recursos materiais. Voltando à tradição marxista de Estado, as relações de produção, baseadas em classes, sofrem pressão externa quando há competição econômica e militar intraclasse de Estados rivais. Para Karl Marx (1997 [1848]), quando o funcionamento das superestruturas sociais e políticas falham, a subordinação militar ou econômica fica submetida à destruição da sociedade pelas mãos das elites proprietárias de territórios estrangeiros. Já internamente, em sociedades com modos tributários de produção, o aparato estatal centralizado é composto por suas capacidades organizacionais, tanto militares quanto sociais e políticas, para impedir a revolução da sociedade (CRE-

---

71 Em consonância, a estruturação desta dissertação aborda tanto a perspectiva humana e social (tratada no capítulo anterior), quanto o Exército e a política nacional (tratadas no presente capítulo).

72 Do original em inglês: “war is merely the continuation of policy by other means”.

AVEN, 2000). Resumidamente, supõe-se que para o funcionamento do aparato militar em sociedades capitalistas o mesmo deve ser robusto, para enfrentar ameaças estrangeiras, bem como deve estar a serviço ao Estado, já que a força, quando nas mãos das massas proletárias, pode ser articulada para a tomada revolucionária do poder político<sup>73</sup>. Nesse sentido, o poder e a violência são estreitamente relacionados à mudança social:

Esses métodos [da acumulação primitiva] baseiam-se, em parte, sobre a mais brutal violência, por exemplo, o sistema colonial. Todos, porém, utilizaram o poder do Estado, a violência concentrada e organizada da sociedade, para ativar artificialmente o processo de transformação do modo feudal de produção em capitalista e para abreviar a transição. A violência é a parceira de toda velha sociedade que está prenhe de uma nova. Ela mesma é uma potência econômica (MARX, 1996, p. 370).

Antônio Gramsci, em seu conjunto de *Cadernos do Cárcere* (1984; 1986 [1926-1937]), coloca que a guerra envolve toda a população e seus interesses antagônicos, da luta de classes à reprodução do Estado. As relações políticas de força se exacerbam no processo de construção hegemônica para obtenção do controle, dirigido pelas classes dominantes, este sendo social, político, cultural e ideológico. Essa hegemonia envolve coerção, por parte da burocracia administrativa estatal, para consentimento da sociedade civil, contrariando a consciência de classe com repressão. Assim, a violência tem espaço político, não sendo apartada do fenômeno da guerra, pois uma organização militar permanente é um ator político por excelência. Ainda, o maior nível de força está na caracterização das Forças Armadas, decisivas para o desenvolvimento histórico por meio da dominação de países militarmente inferiores. Em concordância com Clausewitz, Gramsci via a guerra como subordinada à política, sendo instrumento do Estado capitalista. Também em concordância com Marx e Engels, o autor afirma que o aparato militar está na capacidade produtiva e financeira dos países, sendo que a ausência de matérias-primas transformar-se-ia em motivo para uma maior política militarista e nacionalista (GRAMSCI, 1984, 1986; GALASTRI, 2019).

A breve contextualização teórica acima tem o propósito de demonstrar a retroalimentação entre o Estado e a violência. Depreende-se que esta compreensão, ensaiada há séculos, moderniza-se em diferentes esferas, com a constituição das Forças Armadas como instituição que sistematiza, conjuntamente, toda a multiplicidade existente entre estes dois extremos, que parte da autoridade do Estado e maximiza-se na violência em si. A partir desse vínculo intrín-

<sup>73</sup> Vladimir Lênin (1987 [1917]), no contexto de organização do Exército Vermelho na União Soviética, promove o internacionalismo das Forças Armadas nas repúblicas socialistas. Isto colocando em perspectiva uma possível disputa internacional contra a expansão do capitalismo, vendo que esse sistema insere o armamento em prol das classes dominantes, em conflito com as subordinadas.

seco sucedem, talvez de forma contraintuitiva, uma pluralidade de nuances. Nesse sentido, este capítulo inclui, após esta introdução, seis seções. A primeira intenta analisar conjuntamente a política, a cultura e a sociedade no que diz respeito à militarização, examinadas pela perspectiva da cultura política. A segunda visa conectar as Forças Armadas ao regime político, seja no âmbito autoritário ou na roupagem atual do Estado como democracia, que estão interpostas pelo controle civil, a terceira seção. A quarta discorre sobre a mediação da Política Externa e de Segurança. A quinta pretende analisar, evidentemente, o confronto militar. Já a última apresenta as considerações finais do capítulo.

### 3.1 CULTURA POLÍTICA

A definição de cultura<sup>74</sup> envolve os valores e atitudes de determinada sociedade em determinado período histórico (SPIELBERGER, 2004). Tem como principais características: possuir uma base de ideias comum, ser uma propriedade da coletividade e não de indivíduos, ter um potencial de distinção quando comparada a outras culturas e consistir-se em um fator relativamente estável (DUFFIELD, 1999). Segundo Duffield (1999), é possível identificar quatro maneiras gerais pelas quais a cultura influencia diretamente o comportamento coletivo: (i) definir objetivos básicos; (ii) formar as percepções do ambiente externo; (iii) delimitar as ações possíveis; e (iv) condicionar o entendimento e a avaliação dos prováveis resultados. Conforme Katzenstein (1996), sendo os Estados atores sociais, a cultura pode ser entendida tanto como um contexto institucional, quanto como uma identidade coletiva, na medida em que estes promovem seus interesses em diferentes instituições e se identificam com valores, normas e princípios compartilhados entre a população.

De acordo com Fowler (2016), a cultura, mesmo sendo complexa e intangível, manifesta efeitos no combate militar<sup>75</sup>. Para o autor, os tomadores de decisão (líderes, comandantes das Forças Armadas e especialistas) não obtêm uma avaliação precisa de suas capacidades quando deixam de considerar a cultura como elemento na definição de seu poder militar, conduzindo ações, inclusive operacionais, apenas com informações parciais<sup>76</sup>. Consequentemen-

---

74 Que se distingue, então, das instituições formais – externas aos atores –, apesar destas efetivarem um mecanismo de atuação da cultura, constituindo uma relação interdependente (DUFFIELD, 1999).

75 Já que o comportamento do soldado no combate motiva-se, também, por um senso de patriotismo nacional, pela crença em uma causa justa e pelo comprometimento com valores abstratos ou símbolos sociais (HARRIES-JENKINS; MOSKOS, 1981).

76 Por exemplo, quando percebem ameaças não existentes, ignorando as que realmente importam, ou confiando grandemente em aliados incapazes, rejeitando uma ajuda mais competente (FOWLER, 2016).



te, grande parte da capacidade militar potencial de um Estado permanece inexplorada e deixada ao acaso (FOWLER, 2016). Ainda, a consciência cultural também é aplicada em treinamentos e instruções dentro das Forças Armadas, tornando-se parte das rotinas anteriores a desdobramentos militares. Para além do escopo nacional, a cultura também é importante quando há trabalho conjunto entre países e organizações internacionais. No contexto destas operações multinacionais, é necessária interoperabilidade, tanto cultural quanto técnica. Desse modo, estas alianças e parcerias representam um fórum de socialização e influência mútua (RUBINSTEIN; KELLER; SCHERGER, 2008; VON HLTSKY; BREEDE, 2016).

Ainda no que tange às relações entre cultura e poder militar, têm-se os conceitos de cultura estratégica e cultura militar. O conceito de cultura estratégica é utilizado, principalmente, na literatura de análise de Política Externa e de Segurança para identificar padrões na tomada de decisões atribuídos à estratégia militar e à segurança nacional, especialmente a estratégia nuclear e o uso da força, representando as crenças sustentadas pelos formuladores de políticas civis (JOHNSTON, 1995, KIER, 1995; FARRELL, 2005). Já a cultura militar foca em questões de defesa e temas militares representando as crenças coletivas dentro da organização militar, podendo ou não estar relacionada à cultura social mais ampla (LEGRO, 1996). No entanto, estes dois conceitos apresentam limitações, desconsiderando elementos significativos. Em primeiro lugar, porque não abarcam outra gama de interesses estatais, tendo interpretações mais restritas e sendo inadequados para explicar fatores externos de conjuntura política internacional. Em segundo lugar, pois tratam de aspectos cognitivos da cultura, porém não consideram os componentes normativos e afetivos que também repercutem no comportamento do Estado (DUFFIELD, 1999). Portanto, nesta dissertação, a cultura, entendida como mediadora das relações políticas entre a sociedade e as Forças Armadas, será instrumentalizada pela cultura política, termo que possui um emprego mais vantajoso, inserindo um horizonte mais amplo para entender e explicar a repercussão política das Forças Armadas.

O conceito de cultura política abrange os padrões de orientação política que caracterizam o comportamento e identificam os objetivos políticos dos membros de uma sociedade (ALMOND; VERBA, 1989), o que inclui os valores, ideias, emoções e convicções que afetam a política (LOTCHIN, 1992). Em outras palavras, significa a “relação entre o que as pessoas pensam e a organização da sociedade” (CASTRO, 2014, p. 14). Isto implica compreendermos a sociedade como uma “comunidade política”, ou seja, “o objeto da identidade coletiva que vai além das características institucionais do regime político” (KLINGEMANN, 2000,

p. 268, tradução livre<sup>77</sup>). Assim, trata-se das atitudes da população em relação ao sistema político – o papel do indivíduo no sistema –, bem como das crenças e valores das elites políticas e administrativas do Estado (CASTRO, 2014; DUFFIELD, 1999).

Quanto aos valores da população, o militarismo pode ser entendido como uma glorificação dos ideais das Forças Armadas, na qual a preparação militar é de importância primordial. Nesta doutrina, estes valores deveriam ser refletidos na política, havendo uma predominância das Forças Armadas na administração do Estado (MILITARISM, 2016). Esta orientação da inserção dos militares no governo também pode ser entendida tendo a cultura política como medida. Para Finer (2017), em uma cultura política “madura”, na qual há apoio às instituições civis e políticas, os militares procuram exercer sua influência somente nos termos constitucionais, não exercendo pressão significativa. Já nos sistemas com uma cultura política “desenvolvida”, mas onde a legitimidade dos procedimentos para a transferência do poder não está inteiramente consolidada, as Forças Armadas intervêm de modo limitado e esporádico, havendo limites a essa intervenção através da organização das forças sociais e estatais. Por outro lado, em uma cultura política “imatura”, em que a estrutura política e social é mais fraca, ou “mínima”, na qual o governo pode arbitrariamente ignorar a opinião pública, a intervenção dos militares é relativamente mais fácil, mais direta, mais frequente e mais duradoura.

Sobre este vínculo democrático, para Inglehart & Welzel (2009), o desenvolvimento humano é resultado do desenvolvimento socioeconômico unido à mudança cultural que, por sua vez, gera mudanças na cultura política e, a partir de um determinado ponto, essas mudanças viabilizam cada vez mais o fortalecimento da democracia. Segundo Moisés (2008), um regime democrático é eficiente quando as instituições atuam garantindo os direitos dos cidadãos, deste modo, a dimensão normativa da cultura política envolve a consideração de que a democracia é o modelo ideal, enquanto a dimensão prática envolve a satisfação com o regime e a confiança nas instituições. A confiança institucional é, em linhas gerais, as expectativas ou crenças positivas de um indivíduo em relação a uma instituição. Conforme Easton (1965), a confiança pode ser mobilizada tanto através de apoio difuso, embasado em sentimentos afetivos, quanto de apoio específico, embasado na avaliação satisfatória do cumprimento das funções designadas à instituição. Nesse sentido, relaciona-se a confiança com a legitimidade, que provém do apoio popular às instituições democráticas. Consequentemente, no que tange às Forças Armadas, a percepção e a confiança que a sociedade tem nos militares pondera a

---

77 Original em alemão: “das Objekt kollektiver Identität, das über die institutionellen Charakteristika des politischen Regimes hinausweist”.

anuência quanto a um governo militar e a aceitação de uma interferência das Forças Armadas dentro de uma democracia como legítima.

Outros valores também estão presentes nos quadros das Forças Armadas. Bachman, Sigelman e Diamond (1987) apontam que militares tendem a ter um maior nacionalismo, conservadorismo e tradicionalismo. Quanto às suas características, destacam, pelo lado positivo, profissionalismo, patriotismo e altruísmo e, pelo lado controverso, autoritarismo, militarismo e agressividade. Conforme os autores, tais características se devem a duas explicações (não mutuamente excludentes): (i) o processo de socialização, no qual as Forças Armadas ensinam, explícita ou implicitamente, certos tipos de atitudes e orientações, promovendo o conhecimento de valores e tradições militares; e (ii) à autosseleção, a tendência de recrutamento de indivíduos que compartilham tais valores, assim, as atitudes que já são características pessoais são trazidas também à situação de treinamento militar. Os autores sustentam que há um “vão ideológico” onde os indivíduos em carreira militar demonstram sentimentos mais pró-militares do que os civis e são mais favoráveis a gastos em defesa e aumento da influência militar.

Nesse sentido, Frankie & Heinecken (2001) investigam como o ambiente sociopolítico e militar e as configurações educacionais e culturais impactam os profissionais e os líderes da instituição por meio de valores e atitudes, os quais moldam sua identidade, seu comportamento e, por extensão, sua performance e eficácia. Para os autores, o cenário educacional da socialização nas academias militares, bem como fatores sociais, políticos e culturais afetam o comprometimento com a carreira nas Forças Armadas. A orientação de valores e atitudes indicam conservadorismo, patriotismo, espírito combatente, institucionalismo, tanto nacional como em organizações globais, e um balanço entre níveis de individualismo e coletivismo<sup>78</sup>.

Os valores militares e o compromisso de longo prazo dos oficiais com suas respectivas forças armadas são diretamente influenciados pela socialização militar e pelo reforço desses valores pela sociedade em geral. O ambiente cultural, os fatores sociais específicos, a situação política interna e o contexto militar influenciaram os [...] valores e seus compromissos de carreira e missão (FRANKIE; HEINECKEN, 2001, p. 590, tradução livre<sup>79</sup>).

78 A Escala de Personalidade Maquiavélica, que mede a propensão de desconfiança, manipulação amoral e busca de controle e status, pode ser utilizada para avaliar o construto de interesses em organizações, a qual contrasta pessoas com uma disposição individualista, que focam em autorrealização, desejo de controle, competitividade e atingimento de objetivos pessoais, com indivíduos coletivistas, que focam no desenvolvimento de um conjunto de crenças e práticas comuns, a manutenção das normas sociais e o cumprimento de deveres sociais (DAHLING, J.; WHITAKER, B.; LEVY, 2009, FRANKIE; HEINECKEN, 2001).

79 Do original em inglês: “[...] military values and long-term commitment of officers to their respective armed forces is directly influenced by both military socialization and reinforcement of those values by the broader society. The cultural setting, specific social factors, the domestic political situation, and military context influenced [...] values and their career and mission commitments”.

Além disso, citou-se anteriormente a relação entre a confiança institucional e a legitimidade das Forças Armadas. Nesse sentido, a opinião pública<sup>80</sup> também é importante para explicar o comportamento dos Estados por meio de incentivos políticos. As regras formais e informais de consulta ajudam a incorporar os sentimentos dos cidadãos no processo de formação das políticas públicas (CHAN; SAFRAN, 2006; REITER; STAM, 2002). Para Page & Shapiro (1983), há considerável congruência<sup>81</sup> entre mudanças na opinião pública e mudanças nas políticas, especialmente se tratando de preferências estáveis em questões importantes<sup>82</sup> (OSTROM; MARRA, 1986; HARTLEY; RUSSETT, 1992). Quando esta manifestação pública é mobilizada a favor da guerra, as pessoas não apenas acreditam em um dever coletivo, mas também estão dispostas a fazer sacrifícios para promover o esforço do combate, por exemplo, servindo no Exército, trabalhando na indústria de guerra ou direcionando percentuais de seus salários para o orçamento de defesa (GALLUP, 2015).

Por outro lado, Chan & Safran (2006) demonstram como os efeitos da opinião pública, ao desencorajar seus líderes, podem impedir um conflito armado. Como reivindica a teoria da paz democrática, a opinião pública atua como uma restrição poderosa contra a guerra. Esta teoria pode ser apresentada em três proposições: (i) em democracias, os cidadãos tendem a se opor ao envolvimento do país em guerras estrangeiras, por seu fardo em números de mortos e aumento de impostos, por exemplo; (ii) neste regime, os políticos entendem que terão de ser reeleitos para reter o poder político, portanto, relutam em recorrer à guerra porque presumem o pagamento de uma penalidade eleitoral, mesmo em confrontos bem-sucedidos; (iii) na ausência de um forte mandato popular, a opinião pública impede a guerra pois os líderes têm medo de iniciar guerras impopulares e correrem o risco de serem destituídos do cargo<sup>83</sup>. Em

80 Entendida enquanto opinião majoritária, um julgamento coletivo por parte dos cidadãos de um país, e não “explosões” de grupos minoritários, as quais são muitas vezes viram manchetes em tempos de guerra (GALLUP, 2015).

81 Segundo a Teoria da Congruência, de Eckstein (1997), no âmbito da cultura política, a congruência indica se o entendimento da população está em conformidade com a realidade política, especialmente quanto ao desempenho das instituições. Para o autor, há congruência se os padrões de autoridade de uma sociedade operam segundo um parâmetro semelhante. Estes padrões são as estruturas e os processos que dirigem uma unidade social, criados a partir de relações de autoridade.

82 Por exemplo, as tomadas de decisão para aumento ou diminuição dos gastos militares podem levar em conta o apoio ou a oposição dos cidadãos. De acordo com Hartley & Russett (1992), os gastos com defesa refletem a questão política da segurança nacional. Esta é de extrema importância para os cidadãos, assim sendo, estes devem ter voz na decisão de como atingi-la. Por outro lado, o direcionamento desta política também pode exigir um grau de necessidade de especialistas e acesso a informações privilegiadas, no caso de haver uma ameaça externa não percebida pelo público. Cabe ressaltar, entretanto, que exigências da corrida armamentista e o déficit orçamentário são igualmente ou mais influentes.

83 Assim, os líderes mais dispostos a engajar em um conflito estão situados em um ambiente de maior segurança política, diferentemente de países em contextos mais vulneráveis (CHAN; SAFRAN, 2006).

contrapartida, enquanto líderes autocráticos não precisam se preocupar com o futuro de seu mandato, estes estão mais dispostos a levar seu país à guerra.

Porém, enquanto alguns países retiram suas tropas dada a opinião pública doméstica, outros sobrepõe esta oposição<sup>84</sup>. Estas variações se dão em termos das diferenças nas instituições eleitorais das democracias, que podem aumentar ou diminuir o impacto da opinião pública sobre as preocupações dos líderes democráticos em suas perspectivas de reeleição. Dessa forma, “seria injustificado simplesmente supor que a opinião pública teria um impacto direto e indiferenciado sobre os incentivos eleitorais dos políticos, independentemente da natureza das regras que regem a disputa política em seus respectivos países” (CHAN; SAFRAN, 2006, p. 140, tradução livre<sup>85</sup>). Assim, a sensibilidade dos políticos aos sentimentos populares contra a guerra é mediada pelo sistema eleitoral de seu país<sup>86</sup>, levando em conta aspectos como a proximidade das eleições ou a proporção parlamentar do governo<sup>87</sup> (GAUBATZ, 1999; CHAN; SAFRAN, 2006). Portanto, as instituições eleitorais pertinentes apresentam oportunidades ou restrições para que os políticos se sobreponham à vontade popular quando desejarem.

### 3.2 CONTROLE CIVIL

O controle civil, também referido como controle político, designa a preeminência das instituições civis e da soberania popular no processo de tomada de decisão em assuntos de defesa e segurança. Isto é, estabelece que o controle dos instrumentos de violência deve submeter-se a autoridades civis legítimas, amparando-se em princípios democráticos (RUKAVISHNIKOV; PUGH, 2006). Este controle, além de ser mediante influência, pode ser *ex*

---

84 Como é o caso dos Estados Unidos, visto que, ao menos no início dos conflitos, a popularidade do presidente tende a crescer devido a uma forma de patriotismo chauvinista, como demonstrou-se na invasão do Iraque, em 2003.

85 Do original em inglês: “it would be unwarranted to simply assume that public opinion would have a direct and undifferentiated impact on the politicians’ electoral incentives regardless of the nature of rules governing political contest in their respective country”.

86 Chan & Safran (2006) sugerem que eleições em sistemas multipartidários são menos sincronizadas com a opinião pública do que sistemas bipartidários, onde um pequeno número de eleitores indecisos pode decidir as disputas, representando a margem de vitória. Ainda, a opinião pública tem mais importância quando há uma separação constitucional de poderes, proporcionando pesos e contrapesos. Ademais, sistemas presidencialistas devem ser mais receptivos à influência da opinião pública do que sistemas parlamentaristas, pela forte tendência de combinação entre forças políticas e de que candidatos abordem questões nacionais.

87 Com uma maioria parlamentar do partido ou coligação governamental, os políticos podem estar mais dispostos a ir contra a opinião pública dominante (CHAN; SAFRAN, 2006).

*ante*, sendo direcional e proativo, ou *ex post*, como através de auditorias. Ainda, a relação pode ser de comando, atendendo a ordens e poder formal ou de negociação (BORN, 2006).

Em seu sentido mais amplo, controle civil significa que todas as decisões relativas à defesa de um país – a organização, implantação e uso das forças armadas, o estabelecimento de prioridades e requisitos militares e a alocação dos recursos necessários – são tomadas por uma liderança civil. As forças armadas devem servir às sociedades que protegem e as políticas e capacidades militares devem ser consistentes com os objetivos políticos e recursos econômicos (HOMAN, 2013, p. 83, tradução livre<sup>88</sup>).

A respeito desse tema, tem-se duas abordagens teóricas principais. A abordagem sociológica afirma que o controle civil das Forças Armadas só é passível de ser atingido através da integração dos militares a uma rede mais ampla de relações sociais, o soldado-cidadão, que inclui tanto conscritos como reservistas e a ligação destes com suas raízes civis (RUKAVISHNIKOV; PUGH, 2006). O mentor principal dessa corrente é Janowitz (1967), que entende que o controle político sobre as Forças Armadas é alcançado pela educação, socialização, aceitação de valores democráticos e pela repercussão destes na opinião pública do país, logo, havendo a consonância entre civis, políticos e militares. Assim sendo, forma-se um “profissionalismo pragmático”, onde os militares não são diretamente inseridos na política, mas estão ligados ao sistema político e ao Estado. O autor defende uma “força policial” integrada à sociedade civil, porém organizada e treinada militarmente, gerando uma espécie de soldado que exerce tarefas policiais e que incorpora uma postura militar protetora.

Já a abordagem da Ciência Política, encabeçada por Huntington e seus seguidores, presume um conjunto formal de leis e regulamentos (como a legislatura civil sobre o orçamento) e uma cadeia de comando, responsabilizando os militares, mas firmando um comandante supremo das Forças Armadas civil, o qual, junto com os legisladores e os freios e contrapesos governamentais, deve representar a vontade e os interesses da população (RUKAVISHNIKOV; PUGH, 2006). De acordo com Huntington (1996), o controle político é a subordinação do militar profissional aos fins da política, em concordância com a autoridade governamental. O autor (1996) sustenta que o controle político exercido sobre os militares pode ser de dois tipos: (i) o controle subjetivo, através da maximização do poder de um ou mais grupos sociais sobre as Forças Armadas; ou (ii) o controle objetivo, fundamentado no profis-

<sup>88</sup> Do original em inglês: “In its fullest sense, civilian control means that all decisions regarding a country’s defence – the organisation, deployment, and use of armed forces, the setting of military priorities and requirements and the allocation of the necessary resources – are taken by a civilian leadership. The armed forces must serve the societies they protect and military policies and capabilities must be consistent with political objectives and economic resources”.

sionalismo militar autônomo, separado da esfera política. O controle subjetivo maximiza o poder civil a partir da politização dos militares, ao convertê-los em uma instituição politicamente dependente, o que abre espaço para o surgimento da adesão às lutas políticas civis, em vista da obtenção de benefícios. Já o controle objetivo aprimora o treinamento, como a obediência aos civis. Desse modo, para minorar o poder político das Forças Armadas, incentiva-se a total profissionalização do soldado, com doutrinação sobre o princípio do controle civil, disponibilizando apenas o poder sobre os requisitos para cumprir a missão institucional. Isto significa tanto tirar os militares da política quanto tirar os políticos das Forças Armadas, no aspecto da direção de questões operacionais e táticas. Formam-se, então, duas classes: os que formulam as políticas (especialistas/políticos) e os que as executam (soldados). Diante disso, para Huntington, somente o controle objetivo garante a primazia do poder civil, pois aparta de fato a política dos militares.

Nath (2018) discorda da conclusão de Huntington. A autora propõe três contra-argumentos: (i) uma divisão clara de poderes e responsabilidades entre civis e militares é inatingível; (ii) o controle objetivo reduz a eficácia militar; e (iii) o aumento do domínio militar torna-se possível, anulando a finalidade do controle civil. O primeiro recorre à tese de Clausewitz (2007), para quem toda ação militar tem motivação, e consequências, políticas. Assim, a estratégia militar não pode ser implementada autonomamente, pois relaciona objetivos políticos com meios militares, sendo a interação civil-militar necessária para o trabalho conjunto. O segundo vale-se de Cohen (2002), que postula que as inevitáveis mudanças que ocorrem durante o combate exigem que os militares ajustem suas táticas para que estas continuem atendendo aos propósitos governamentais, portanto, esta colaboração torna a conduta operacional mais eficaz. Nesse sentido, as decisões devem basear-se em um diálogo, porém, desigual, onde os civis preponderam. Em terceiro lugar, Cohen (2002) também alega que, obtendo-se um equilíbrio entre conhecimento técnico militar e análises políticas, a extensão da intervenção das Forças Armadas é apenas o suficiente, mantendo-se a gestão. Ademais, o tipo de separação proposta por Huntington (1996) afastaria os políticos das responsabilidades militares o que, para o autor, eliminaria possibilidades de supervisão e contenção. Por fim, Nath (2018) constata que a tomada de decisão deve caber aos civis; contudo, para a autora, Huntington (1996) falha ao profissionalizar os militares e torná-los autônomos pois “os militares podem ganhar

poder suficiente para ditar a política, aumentando assim seu papel em questões civis” (NATH, 2018, p. 3, tradução livre<sup>89</sup>).

Sob outra perspectiva, Tapia (2016) apresenta uma proposta que tende ao controle militar objetivo, ressaltando o predomínio civil e defendendo a isenção política dos militares, porém, atada à importância do trabalho coletivo. O autor estabelece dois princípios para a validação de relações civis-militares positivas: a supremacia civil e a neutralidade militar ou apartidarismo. A supremacia civil envolve a autonomia profissional, a liberdade das Forças Armadas decidirem sobre assuntos sem interferência ou pressão de atores políticos externos, por exemplo, na tomada de decisões sobre a gestão de pessoal, equipamentos, infraestrutura, funções, regras e procedimentos, ao mesmo tempo que respeitando o comando dos civis. Outro aspecto envolve a participação militar, ao lado de outras partes interessadas e do governo, na formulação de políticas públicas, uma vez que sua especialidade no uso da força facilita o alinhamento da estratégia militar com a política e estratégia securitária do Estado. Este processo conjunto na criação de diretrizes une as Forças Armadas aos profissionais de segurança, que possuem conhecimento sobre assuntos militares, sobre o contexto político das deliberações de política externa e sobre as instituições do ramo (TAPIA, 2016; ROMAN; TARR, 2001).

Já quanto à neutralidade militar, apesar dos soldados terem suas preferências políticas, elas não deveriam tornar-se públicas ou influenciar sua atuação profissional e pareceres técnicos. A não politização das Forças Armadas é uma forma de garantir sua lealdade às autoridades políticas e evitar a quebra da coesão interna. Isto evidencia a importância do apartidarismo dos militares, materializado na proibição da participação em manifestações e movimentos políticos que possam ser interpretados como apoio à determinadas atitudes e opções. Desse modo, dois extremos podem ser comparados: (i) a alta politização dos militares, sendo estes favoráveis ou contrários a um lado político, divididos e separados do governo em exercício; e (ii) as elites políticas que utilizam os militares como ferramenta em lutas políticas e interesses partidários (TAPIA, 2016).

Alternativamente, Van Doorn (1975), enquadra-se na direção do controle civil subjetivo, estabelecendo três maneiras para garantir o controle das Forças Armadas: (i) o controle por recrutamento e seleção, no qual a liderança política assegura o alistamento de soldados com determinadas características sociais e/ou políticas<sup>90</sup>; (ii) o controle pela doutrinação, atra-

89 Do original em inglês: “the military may gain sufficient power to dictate politics, thus, increasing its role in civilian matters”.

90 Como exemplo, cita-se a “proletarização do corpo de oficiais” na União Soviética e a substituição de oficiais brancos em antigos países coloniais, como a África e a Índia (VAN DOORN, 1975).



vés de estudos políticos nas academias militares; e (iii) o controle por organização, por meio da integração da organização militar e a organização dos partidos políticos, no qual a elite partidária governante também governa as Forças Armadas. Em contrapartida, Danopoulos (1999) apresenta instrumentos do controle civil objetivo, indicando quatro maneiras para a implementação do mesmo<sup>91</sup>: (i) a despolitização das Forças Armadas, ao afastar os militares da política; (ii) a remoção da influência partidária, através do rompimento entre militares e partidos políticos<sup>92</sup>; (iii) a democratização, definindo o papel, missão e atividades dos militares e colocando-os sob o domínio dos políticos democraticamente eleitos, assim, precisando as linhas de comando e responsabilidades entre governo e Forças Armadas; e (iv) a profissionalização, para que os militares cumpram neutralmente as ordens dos líderes.

Além disso, o modelo estrutural de Desch (1998) prescreve a variação entre a intensidade das ameaças domésticas e internacionais e a rigidez do controle civil, assim, esta combinação determina a qualidade deste controle. Para o autor, quando as ameaças são baixas, o cenário é “estruturalmente indeterminado”, o que propicia a precarização do controle civil. Nesse contexto, governos sem intimidações externas previsíveis podem recorrer à diminuição do tamanho do Exército e à mobilização da cidadania para respaldar a segurança nacional, entretanto, correndo o risco de tornar-se vulneráveis. Já países que enfrentam grandes ameaças externas e, portanto, precisam de um Exército massivo, podem dividir os ramos das Forças Armadas e criar cadeias de comando paralelas. A existência destas intimidações, por conseguinte, unificam o Estado e a sociedade e, por intermédio de relações civis-militares positivas, as Forças Armadas subordinam-se à autoridade civil. Por outro lado, quando estas ameaças baixam o risco é maior, dado que o Estado preserva forças militares substantivas e, simultaneamente, estas não possuem atuação internacional, logo, apresentam-se maiores tensões entre a instituição militar e a sociedade.

Conforme Holsti (1996), outra maneira de prevenir a intervenção das Forças Armadas é fortalecer a legitimidade do governo civil, uma vez que este teria o apoio popular contra os militares. Isto pois, o cálculo dos militares provavelmente levaria em conta que a tomada de poder seria de forma temporária, mas não sustentável a longo prazo. Welch (1976) também enfatiza a importância da legitimidade civil, entretanto, argumenta que os esforços para melhorar esta legitimidade estão além do controle do Estado, pois envolvem aspectos como a vi-

---

91 Derivadas da investigação da democratização em Estados ex-comunistas, a partir de 1989 (DANOPOULOS, 1999).

92 No caso do estudo, o Partido Comunista (DANOPOULOS, 1999).

talidade da economia, as clivagens sociais dominantes e a fraqueza das instituições civis. Em vista disso, o autor favorece a adaptação das fronteiras, missão, valores, organização, recrutamento e socialização dos militares para a promoção de “um senso mútuo de restrição política por parte de oficiais e políticos” (WELCH, 1976, p. 317, tradução livre<sup>93</sup>). Outra sugestão é desenvolver um alto grau de especialização do Exército, aprimorando a capacidade de defesa das Forças Armadas, otimizando a atuação no combate, ao mesmo tempo que, ao dificultar a coordenação ampla e tornar uma potencial tomada do poder mais complexa, reduzindo a capacidade de interferência na política (WELCH, 1976).

Finer (2017) observa que, dada a força política dos militares, o controle civil não é uma função “natural”. Desse modo, para o autor, a solução seria a disposição militar, o “culto à obediência” e a “norma de controle civil” (WELCH, 1976, SMITH, 1951). Entretanto, nenhum número de arranjos institucionais é uma total garantia; conseqüentemente, a verdadeira sustentação deste controle é a ética das relações civis-militares (HENDRICKSON, 1988). Conforme as teorias organizacionais, este é o controle não hierárquico (BOUCHARD, 1991). Além disso, tem-se a teoria das responsabilidades compartilhadas, que se baseia em princípios e normas estabelecidos por meio de regulamentação e de procedimentos de tomada de decisão. Desta forma, o controle civil seria substituído por uma direção civil (BLAND, 1999).

Existe, na maioria dos países, alguma restrição constitucional e administrativa vinculando juridicamente os militares ao controle civil<sup>94</sup>. Porém, em geral, esta contenção é dependente do cumprimento por parte das Forças Armadas, na medida em que são formulações legais para o controle civil, mas que podem não impedir, na prática, a subversão (DAMROSCH, 1995). Feaver (1998) formulou um modelo principal-agente para explicar a probabilidade do militar (agente) cumprir ou não os comandos do governo civil (principal) domesticamente. No plano ideal, não há necessidade de monitorar o cumprimento das ações quando os militares implementam, e não encolhem, as políticas civis. No extremo contrário, as relações serão conflitantes quando a lacuna entre preferências civis e militares é grande, os custos de monitoramento são baixos e há menor risco de punição para o encolhimento das políticas civis. Para o autor, a promoção do desenvolvimento desta norma de obediência dá-se mediante o ajuste

---

93 Do original em inglês: “a mutual sense of political restraint on the part of officers and politicians alike”.

94 Em termos de orçamento de defesa, por exemplo, o controle civil implica a obtenção de transparência sobre os gastos e o planejamento de defesa por parte dos militares. Este controle sujeita que a organização das funções militares seja revisada e aprovada por meio do poder legislativo. Entretanto, a supervisão da implementação orçamentária muitas vezes não é eficaz (RUKAVISHNIKOV; PUGH, 2006).

do recrutamento de indivíduos com esta propensão e o estabelecimento de incentivos para a disciplina.

Alguns dos mecanismos mais efetivos para controle são as leis, como as de orçamento e aprovação de promoção de patentes, a burocratização civil de funções militares, o planejamento individual, o encorajamento da participação militar em deliberações, o crescimento da *expertise* civil sobre assuntos militares, a concorrência com serviços civis, a promoção da qualidade de vida e o apoio à despolitização, restringindo a participação militar em organizações externas, como partidos políticos (SIEBOLD, 2001). Assim sendo, estes mecanismos de monitoramento incluem auditorias, investigações, equipes civis para supervisão e instituições extragovernamentais, como a mídia e *think tanks* de defesa. Ademais, o controle civil e a aplicação destes mecanismos podem afetar a habilidade de subversão dos militares, reduzindo o comportamento inconformista e a inclinação à rebelião e aumentando os custos da insubordinação militar, o que torna mais difícil que uma ação insurgente passe despercebida (FINER, 2017; WELCH, 1976; FEAVER, 1999).

### 3.3 AUTORITARISMO E DEMOCRACIA

Há um vínculo direto entre o sistema político e a propensão ao uso da força para sustentar o poder nacional. As intervenções militares, o regime autoritário e a deposição das Forças Armadas em processos de democratização<sup>95</sup> são encadeamentos comuns a vários períodos históricos, culturas e regiões. Além disso, as mudanças significativas nas percepções e políticas de segurança nas últimas décadas, com reformas e transformações estruturais, estratégicas e operacionais, moldam as relações entre as democracias contemporâneas e as instituições militares (MANNITZ, 2013).

O risco de pretorianismo, governo no qual a classe militar exerce um poder político independente em virtude de um potencial ou efetivo recurso à coerção, pode intensificar-se, especialmente, quando esvai-se a cidadania dos militares por meio da profissionalização e encolhe-se o recrutamento (RUKAVISHNIKOV; PUGH, 2006; CAFORIO, 2006; WATKINS, 1934). Para Nordlinger (1977), considera-se um regime pretoriano quando: (i) os militares chegam ao poder através de um golpe; (ii) os funcionários do alto escalão do governo serviram ou servem ao Exército; e (iii) os governantes dependem das Forças Armadas para a reten-

---

95 Para Huntington (1994), a democracia desenvolveu-se em três ondas: (i) 1828 à 1926; (ii) 1943 à 1962; e (iii) a partir de 1974, intercaladas com contra-ondas: (i) 1922 à 1942; e (ii) 1958 à 1975 (HUNTINGTON, 1994).

ção do poder. Ainda, o autor designa três tipos de Exércitos pretorianos: (i) os moderadores, com poder de veto e que visam preservar o *status quo*; (ii) os guardiões, com controle governamental e que buscam, também, preservar o *status quo* e/ou corrigir más práticas e deficiências; e (iii) os governantes, com domínio do regime e que objetivam mudanças na política e, às vezes, mudanças socioeconômicas.

Um estado pretoriano moderno é aquele em que os militares tendem a intervir e potencialmente podem dominar o sistema político. Os processos políticos deste estado favorecem o desenvolvimento dos militares como grupo central e o crescimento de suas expectativas como classe dominante; sua liderança política (em contraste com a liderança burocrática, administrativa e gerencial) é recrutada principalmente entre os militares ou de grupos simpáticos ou, pelo menos, não antagônicos, aos militares. As mudanças constitucionais são efetuadas e sustentadas pelos militares, e o exército frequentemente intervém no governo. Em um estado pretoriano, portanto, os militares desempenham um papel dominante nas estruturas e instituições políticas (PERLMUTTER, 1969, p. 383, tradução livre<sup>96</sup>).

Estados pretorianos raramente são governados inteiramente por líderes militares em comandos superiores e níveis administrativos. Assim, os governos militares adquirem legitimidade mobilizando o apoio de partes da população subjugada (GIDDENS, 1998). Perlmutter (1977) elabora uma tipologia tripla a respeito de regimes militares: (i) o regime de arbitragem, no qual o poder é compartilhado entre as Forças Armadas e os políticos civis e a liderança militar “arbitra” as decisões políticas sem estar diretamente no governo; este regime é instável, já que os dois setores tendem a disputar cada vez mais o domínio da formulação política; (ii) o regime governante, no qual um conselho militar estabelecido controla diretamente o executivo, mas as Forças Armadas continuam compostas de oficiais “apolíticos”; este regime pode ser mais duradouro caso ganhe legitimidade popular; e (iii) o regime do partido-exército, uma ditadura militar na qual o alto-comando das Forças Armadas promove um partido militar que domina elevadas posições no Estado; este regime também demanda grande legitimidade popular para permanecer estável ou, em contrapartida, um sistema de “patrulhamento” da sociedade, em que o Estado torna-se uma agência de policiamento para conter movimentos de oposição.

---

96 Do original em inglês: “A modern praetorian state is one in which the military tends to intervene and potentially could dominate the political system. The political processes of this state favor the development of the military as the core group and the growth of its expectations as a ruling class; its political leadership (as distinguished from bureaucratic, administrative, and managerial leadership) is chiefly recruited from the military, or from groups sympathetic, or at least not antagonistic, to the military. Constitutional changes are effected and sustained by the military, and the army frequently intervenes in the government. In a praetorian state, therefore, the military plays a dominant role in political structures and institutions.”.

Para cumprir a função de garantir a segurança da sociedade, os Estados exercem o monopólio da violência legítima por meio de diferentes grupos armados, principalmente os militares, mas também a polícia, os serviços de inteligência, entre outros (FLÜCKIGER, 2008). Kandil (2016) diferencia Estados policiais de Estados militares. Os primeiros caracterizam-se por uma constante vigilância e regulação da sociedade e da política, visando suprimir provocações de grupos de oposição política ou das Forças Armadas (como no regime fascista). Já os segundos apresentam uma governança militar direta (como as ditaduras latino-americanas) ou recorrentes intervenções militares na política (como na Turquia). Nos dois casos, órgãos militares e de segurança podem tanto concorrer pelo poder quanto cooperar politicamente. O autor enuncia o “triângulo” do poder, militar, securitário e político, em mudanças de regime. Conforme as alianças, reversões e confrontos dentro desse complexo governante triangular, o equilíbrio de poder altera-se constantemente e, por conseguinte, o caráter do regime vigente.

O intervencionismo militar, para Finer (2017) pode ser detectado por meio de três tendências: (i) a alegação dos militares de agirem em prol do interesse nacional; (ii) a presença de um sindicalismo militar; e (iii) a relutância das Forças Armadas para coagir os oponentes domésticos do governo. Enfatiza-se a disposição das Forças Armadas em intervir, o motivo para intervenção e a oportunidade de intervir no domínio do poder civil. O governo militar, por sua vez, tem efeitos na vida civil, na política social e nos prospectos econômicos.

O golpe de Estado pode indicar tanto força militar, quando comparada à de outros atores políticos, quanto fraqueza, dada a incapacidade dos militares de atingirem seus objetivos por meio do processo político democrático. Alguns fatores explicativos externos são a exigência de um Exército massivo pela presença de uma ameaça securitária, pela pressão no formato de ajuda direcionada e pela influência de Grandes Potências. Por outro lado, fatores internos incluem determinantes como as clivagens sociais dominantes, a existência de ameaças internas ou guerra civil, a natureza do sistema político e a distribuição de riqueza (FEAVER, 1999). Para sustentar seu poder político, os militares devem ser capazes de manter redes de apoio internacional e conter mobilizações populares (BELLIN, 2004). Nesse sentido, a legitimidade e eficiência do governo civil são importantes impedimentos para golpes (WELCH, 1976; FINER, 2017).

A transição política remete ao período entre a dissolução do regime autoritário e a instalação de um outro regime político, que pode ser democrático, autoritário, revolucionário ou híbrido. Assim, em países nos quais há profissionalização das Forças Armadas e os militares

têm supremacia coercitiva, a transição irá em uma direção democrática, provavelmente negociada e pacífica, abrindo espaço para um governo civil, entretanto, possivelmente com a continuação da influência militar em alguma medida (O'DONNELL; SCHMITTER, 1986; MEIJER, 2014). Ressalta-se que a retirada do aparato coercitivo da política é um pré-requisito para a consolidação da democracia (BELLIN, 2004). Lissak (1967) indica dois tipos de transferência de poder pós regimes militares: (i) a abdicação, quando os militares, de maneira voluntária ou relutante, entregam o poder para elites civis; ou (ii) a recivilização, quando as elites militares se tornam civilizadas.

Para Aguero (1995), um fator relevante para o sucesso das transições de regimes autoritários para democráticos é a presença de uma ameaça externa para que os líderes civis foquem sua política de defesa. Ademais, líderes políticos redigem regras institucionais, as quais moldam as preferências civis e militares, que incentivam tanto a subordinação quanto a insubordinação (BUSZA, 1996). Nesse sentido, a democratização diz respeito à movimentação de grupos sociais subjacentes. A primeira etapa é a mobilização inicial contra o regime vigente. Em seguida, ocorrem eleições livres. Por fim, surge a capacidade do Estado de fornecer serviços e bens públicos (FUKUYAMA, 2014). Em busca do desmantelamento do autoritarismo, os civis precisam organizar-se de modo a alterar o arranjo institucional a seu favor, para negociar as prerrogativas que os militares impuserem. Desse modo, o compromisso da sociedade é aumentar a pressão social para conduzir a democratização (PRZEWORSKI, 1986; MEIJER, 2014).

Sinais característicos da democratização incluem: (i) a adoção de uma legislação que garanta os direitos dos militares; (ii) a estruturação do comando apoiada em instituições democráticas; (iii) a consideração da opinião pública em decisões; e (iv) a transferência de questões sociais das Forças Armadas para órgãos coletivos (KIRSHIN, 1993). Internamente, de forma a dispor a instituição militar em um sistema político democrático, a cadeia de comando das Forças Armadas é encabeçada pelo chefe do Estado (presidente, chanceler ou monarca), que deve aprovar o envolvimento em guerras. Em seguida vem o chefe do Ministério ou Departamento de Defesa, que tem a função de supervisão e a responsabilidade de deliberação. A primeira autoridade não-civil é o oficial com a mais alta patente, o chefe do Estado-Maior, que implementa as decisões tomadas pelo conselho de defesa nos diferentes ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea). Portanto, tem-se o comando político superior civil para assegurar os interesses dos eleitores. De outro ponto de vista, são atribuições dos par-

lamentares: a acessibilidade, a prestação de contas, a representatividade e a definição de parâmetros legais, como o orçamento e a fiscalização de atividades<sup>97</sup>. Assim, o envolvimento com o setor de segurança e defesa fortalece a democracia (princípios constitucionais, informações claras, transparência) e permite a influência da sociedade civil, inclusive através de consultas formais entre comissões parlamentares e atores civis (FLÜCKIGER, 2008). Já a persistência da supremacia civil responde a cinco fatores: (i) se o regime autoritário foi militarizado ou civilizado; (ii) se a transição foi gradual ou precipitada; (iii) o grau da coesão interna dos atores civis e militares; (iv) o grau de apoio público para as estruturas civis emergentes; e (v) o grau de perícia civil nos assuntos de defesa (AGUERO, 1995).

O Estado de guerra envolve interesses políticos, militares e industriais. Entretanto, a relação entre políticos, soldados e empresários não é nova nem restrita aos períodos de conflagrações armadas (NELSON, 1971). Em democracias liberais, de acordo com a análise de Wright Mills (1981) sobre os Estados Unidos, a elite do poder está centralizada nos postos de comando das principais hierarquias institucionais: o Estado, as empresas e o Exército constituem os meios do poder, tendo o domínio político, econômico e militar. O autor teoriza sobre os interesses destes líderes políticos e sociais e como a população torna-se impotente e submetida à manipulação por essas entidades. Estes setores tendem a convergir e atuar em consonância. O contexto político e cultural após a Segunda Guerra Mundial testemunhou a dissolução do radicalismo, influenciada pela prosperidade econômica, o conformismo e a crescente celebração do *American way of life*. Nesse período, a supremacia civil desfez-se e o vácuo político, conseqüentemente, foi preenchido por militares. A ascensão da politização das Forças Armadas integrou o declínio da diplomacia tradicional e o desenvolvimento de uma Política Externa administrada conforme a elite do Exército. Esta complexa mistura de causas e efeitos permitiu à liderança militar a extensão de sua autoridade e a expansão de seu domínio burocrático. Como resultado, o papel das Forças Armadas converte-se em um motor significativo dentre as relações de poder na política e na sociedade.

Como também aponta Gilpin (1981, p. 101, tradução livre<sup>98</sup>): “As grandes mudanças na história do mundo foram engendradas por líderes políticos e militares e elites que perceberam o significado de novas possibilidades e reorganizaram suas sociedades para aproveitar

97 Os investimentos no setor de defesa, por exemplo, são debatidos e refletem os interesses e objetivos dos partidos políticos e as prioridades nas políticas internas e externas do Estado. Assim sendo, a discussão sobre o orçamento militar pode tornar-se um tema de *lobbys* (RUKAVISHNIKOV; PUGH, 2006).

98 Do original em inglês: “The great changes in the history of the world have been engineered by those political and military leaders and elites who have grasped the significance of new possibilities and reordered their societies to take advantage of such opportunities”.

tais oportunidades”. Carr (1945) critica o pensamento liberal por impulsionar ideias sem correspondência com a realidade, como o próprio conceito de democracia como promoção da prosperidade econômica e da paz entre os países. Para o autor, ainda, o *locus* do poder político é organizado nacionalmente pelo Estado, que protege este poder no âmbito internacional através da tríade, interdependente entre si, do poder militar, econômico sobre a opinião.

A “coerção pública e legal” é necessária para garantir liberdades básicas em qualquer sociedade política (KANT, 2006). Como aponta Sundhaussen (1998), à primeira vista, enxerga-se um grande potencial de conflito entre a democracia e os militares. Isto pois, sendo a democracia um sistema político que promove a liberdade individual, a mesma contrasta com a estrita disciplina e hierarquia da instituição militar. Para Tocqueville (1951), as Forças Armadas são a expressão do país a que pertencem. Para a convergência entre os interesses dos militares e da sociedade deve-se promover a educação democrática dos cidadãos, para que estes valorizem a ordem, submetam-se às regras por vontade própria e manifestem uma opinião pública espirituosa e favorável ao Exército. Para tanto, em um regime democrático, o governo é responsável por manter a população comunicada, convertendo a informação em uma “dívida” com a sociedade. Desse modo, os cidadãos têm o direito de saber o planejamento e a pretensão do Estado quanto, entre outros assuntos, ao envio das Forças Armadas ao exterior (RUKAVISHNIKOV; PUGH, 2006).

Além disso, as Forças Armadas podem influenciar a política e a formação democrática, também, através dos processos eleitorais, mesmo que em direção a um ímpeto autoritário. Principalmente nos últimos anos, cada vez mais, atores e partidos políticos, em particular os pertencentes ao espectro ideológico da direita, recorrem a valores radicais, ascendendo politicamente através da mobilização das massas com discursos autoritário-populistas. Norris & Inglehart (2019) indicam uma inflexão cultural, uma reação autoritária, em democracias avançadas, onde o comportamento político era considerado mais progressista, mas que, atualmente, mostram a ascensão de setores conservadores, a partir de formas convencionais de participação política, como o voto e a filiação partidária. Nota-se que este fenômeno também ocorre em democracias menos desenvolvidas e estabilizadas, como as latino-americanas. O militarismo é um dos valores impulsionados por esses movimentos, reforçado pelos meios de comunicação tradicionais e digitais, sendo uma pauta eleitoral que vem crescendo em termos de representação política, ganhando mais espaço em governos e parlamentos ao redor do mundo (NORRIS; INGLEHART, 2019; CASTRO; SANTOS; BEAL, 2020).



Em suma, o *status* das Forças Armadas como baluarte democrático é o movimento de incorporação dos militares em um sistema de instituições políticas e sociais governadas democraticamente. Este movimento perpetua-se em concordância com as transformações na conjuntura, de modo que reflexos das Forças Armadas provocam significativas oscilações na política interna e externa do país e situações domésticas, mesmo que tendências autoritárias, influenciam a política nacional (RUKAVISHNIKOV; PUGH, 2006).

### 3.4 POLÍTICA EXTERNA E DE SEGURANÇA

A maioria das missões das Forças Armadas tem um escopo multinacional, considerando a própria segurança e ponderações geopolíticas. Desse modo, a Política Externa e de Segurança envolve fenômenos como guerras<sup>99</sup>, assistência humanitária e operações de paz, visando a conquista territorial (tanto no viés imperialista quanto no de integração regional) e o aumento da influência ou domínio político e econômico. Nesse contexto, o Sistema Internacional é estabelecido pelos atores a fim de atingir seus próprios interesses. Este Sistema acaba favorecendo os Estados mais poderosos e altera-se na medida em que reflete a distribuição do poder (imperial, hegemônico, uni, bi ou multipolar). Assim, a balança de poder<sup>100</sup> entre os países é resultado de modificações e avanços nas capacidades militares, tecnológicas e econômicas dos atores. Desse modo, a estabilidade do Sistema relaciona-se à sua capacidade de ajuste às mudanças<sup>101</sup> e, portanto, ocorre em um processo de desequilíbrio e ajuste constante. Alguns fatores que influenciam essas transformações são o crescimento econômico e demográfico, o desenvolvimento nos transportes e comunicações e nas técnicas e tecnologias militares<sup>102</sup> (BRUNEAU; MATEI, 2013; RUKAVISHNIKOV; PUGH, 2006; GILPIN, 1981).

---

99 Que serão melhor explicadas na seção seguinte, sobre confronto militar.

100 Com o surgimento de ameaças, os Estados alteram a balança de poder por meio de: (i) balanceamento, aliando-se a outros países para formar coalizões; (ii) *bandwagoning*, aliando-se com o Estado adversário (ameaçador) mais forte; ou (iii) delegação (*buck-passing*), atribuindo à responsabilidade do equilíbrio para outro Estado (MEARSHEIMER, 2001).

101 Para Gilpin (1981), existem três tipos de mudanças: (i) a mudança de Sistema: na natureza dos atores (anarquia e hierarquia), pois, conforme há a alteração de interesses e circunstâncias, o tipo de organização que assegura e defende estes interesses também muda; (ii) a mudança sistêmica: na estrutura (polaridade), por meio da substituição dos poderes dominantes (na forma de controle ou governança), a qual repercute a transformação na hierarquia de prestígio ou nos direitos e regras; e (iii) a mudança de interações: o padrão de amizade e inimizade, decorrente das modificações nos processos e interações entre os atores, que transforma apenas os direitos e as regras, como a formação de alianças, a mudança de regime e as relações transnacionais (GILPIN, 1981).

102 Estas inovações podem influenciar a Política Externa e de Segurança dado seu caráter ofensivo, que encoraja a conquista e a expansão da influência, ou defensivo, que estimula a preservação do *status quo* (GILPIN, 1981).

Desta forma, a Política Externa e de Segurança trata da atuação e da intenção internacional do país. Para tanto, a intervenção em conflitos internos de outros países implica a justificativa de restaurar a paz e a ordem e conter o transbordamento de ameaças domésticas e regionais. Contudo, em tese, os países priorizam soluções não-violentas para atingirem seus objetivos, visando a integridade do sistema político, o que abrange a defesa contra perigos externos, a concretização de agendas regionais ou globais e a cooperação internacional, por exemplo, para a implementação das resoluções da Organização das Nações Unidas (ONU) (RUKAVISHNIKOV; PUGH, 2006; MANNITZ, 2013).

Nesta direção pacífica<sup>103</sup>, conforme Siebold (2001), as relações militares com agências externas desenvolvem-se, para além da competição e cooperação entre agentes internos (militares e não-militares), nos âmbitos: (i) da interação com outras soberanias e Forças Armadas (por exemplo, em medidas de integração regional); (iii) da sub-rogação à organizações internacionais globais (como a ONU) e às entidades coletivas e coalizões (como a OTAN); e (iv) da fidelidade a outras soberanias (por exemplo, através de empréstimos). Para o autor, alguns fatores explanatórios são o poder relativo, o prestígio<sup>104</sup> e os recursos trocados entre os países ao longo do tempo e a interpenetração, a criação de uma cultura de trabalho conjunto e a eficácia operacional. Nesse sentido, o multilateralismo<sup>105</sup> é diplomático, derivado da sanção ou aprovação de instituições internacionais para cooperação.

As organizações internacionais são componentes centrais da política externa. As organizações intergovernamentais, formadas por Estados, e as organizações não-governamentais compõem um conjunto maior de instituições que garantem, em certa medida, a governança global, para além dos acordos bilaterais e regionais. Algumas funções são: (i) o estabelecimento de normas, regras, leis e procedimentos para a resolução de conflitos (por exemplo, sobre o uso de armas nucleares e o tratamento de prisioneiros de guerra); (ii) os preparativos e treinamento para operações de paz; (iii) a ajuda humanitária; (iv) a utilização da força militar;

---

103 Aron (2002) distingue três tipos de paz: (i) o equilíbrio; (ii) a hegemonia, quando uma unidade política domina; e (iii) o império, quando a força de uma unidade supera as outras e leva as mesmas a perderem sua autonomia e desaparecerem como centros de decisão política (ARON, 2002).

104 O prestígio é a reputação de poder, que envolve a percepção que outros Estados têm das capacidades de um país e sua credibilidade internacional, em função das capacidades militares e econômicas e do uso bem-sucedido do poder, inclusive podendo tornar desnecessário o uso da força. A hierarquia de prestígio internacional abrange a base moral (promoção de uma ideologia ou justificativa) e a base funcional (estabilidade ou certeza do *status quo*) (GILPIN, 1981).

105 O multilateralismo é a coordenação de relações entre três ou mais Estados. Funciona de acordo com um conjunto de princípios: (i) do comércio multilateral, como o da não-discriminação e da nação mais favorecida; (ii) da indivisibilidade, que é a aplicação dos princípios acordados a todos os países envolvidos; e (iii) da reciprocidade difusa, sendo uma ampliação abstrata de uma troca mútua (HERZ; HOFFMANN, 2004).

(v) os programas de assistência ao desenvolvimento; e (vi) os mecanismos de coleta de informações globais. Estas instituições envolvem aparatos burocráticos, orçamentos, servidores públicos, agências governamentais, grupos de especialistas, corporações e associações profissionais, entre outros elementos (HERZ; HOFFMANN, 2004).

Considerando as forças-tarefa articuladas (*Joint Task Forces*) para operações multinacionais de manutenção de paz, sabe-se que estas podem acarretar problemas, dadas as missões ambíguas, as estruturas múltiplas de autoridade, a falta de treinamento conjunto e a transitoriedade. Em contrapartida, fatores que favorecem a união são uma cultura militar análoga, estruturas organizacionais similares, condições compartilhadas e um propósito comum. Para tanto, potenciais mecanismos de integração são o treinamento conjunto e intercultural, a divisão de trabalho ordenada, os mecanismos de coordenação formais e informais, o fluxo da informação e as atividades abertas para construção de coesão (ELRON; SHAMIR; BEN-ARI, 1999).

Por outro lado, o multilateralismo militar envolve a escolha de parceiros, a realização de ameaças de ação militar coletiva e o subsequente comportamento conjunto, frente a uma crise, com ou sem o apoio destas instituições, o que exige processos de negociação, compensação e cooperação. As coalizões integraram as guerras sistêmicas da história internacional (como mostraram as duas guerras mundiais), mas também prevalecem em conflitos de menor escala<sup>106</sup>, crises, tensões e disputas militarizadas. Esta cooperação entre Estados resulta do ajuste mútuo para a coordenação de políticas divergentes, a fim de atingir um objetivo comum da Política Externa e de Segurança dos países. Normalmente, este objetivo é a requisição de que o Estado-alvo mude sua atuação ou realize alguma concessão política, sob a pena da imposição de custos militares, a menos que as demandas sejam satisfeitas, uma intimidação que pode, inclusive, gerar a resolução pacífica do conflito. Estas coalizões militares para lidar com crises internacionais geralmente envolvem decisões específicas de curto prazo, quando o apoio diplomático não é o suficiente, e miram alvos isolados. Entretanto, muitas vezes, este empreendimento provoca o desequilíbrio de terceiros, o que ocasiona a expansão do conflito para além dos participantes iniciais. Ainda, estas alianças podem ser formais, assinadas e ratificadas por meio de tratados para potenciais engajamentos em guerras, ou esporádicas, gera-

---

106 Como, desde o fim da Guerra Fria, as intervenções multilaterais na ex-Iugoslávia (1995-1999), a coalizão dos Estados Unidos no Iraque (1991-2003), os conflitos na Líbia (2011) e a formação contra o Estado Islâmico no Iraque e na Síria (2014) (WOLFORD, 2015).

das a partir de uma crise e não de um compromisso anterior (WOLFORD, 2015; KEOHANE, 1984; VOETEN, 2005; MORROW, 2000).

Ademais, a abordagem da interação estratégica reconhece a interdependência entre os atores, sustenta, repara e delimita as relações e define e estabelece as regras e a participação, de acordo com a extensão dos benefícios próprios. Estas relações compreendem as ações, reações e oposições entre os agentes, os resultados e impactos dos padrões de interação (como os de confiança, de domínio, de sociabilidade e de estabilidade), as restrições aplicadas e limites impostos (pela formação social, pelo número de atores e pelas estruturas internacionais), que afetam, por exemplo, o envio de unidades e equipamentos e a escolha entre as práticas e treinamentos convenientes e os meios mais eficazes (GOFFMAN, 1969; SIMMEL, 1950).

De um ponto de vista mais securitário, as armas nucleares, em vista de sua capacidade destrutiva, exercem um papel estratégico, mas também político, influenciando a segurança internacional, mesmo que os países que as possuem argumentem que estas são apenas o último recurso. A posse de armas nucleares envolve: (i) a aquisição, de forma sigilosa, decidida pelo Executivo, e tornada pública quando operacionalmente pronta; (ii) a manutenção, para modernização, como todo acervo de armas; (iii) a estratégia, conforme a política de segurança nacional; (iv) o planejamento operacional, a implementação da estratégia no caso de um ataque nuclear; e (v) a estrutura de comando, que institui a autoridade, a liderança mais alta, que permite a ação nuclear (FLÜCKIGER, 2008)<sup>107</sup>.

Brevemente, para citar alguns componentes, a construção da Política Externa e de Segurança envolve: (i) as vendas internacionais de equipamento militar; (ii) as limitações de armas estratégicas; (iii) as relações interagências para auxílio em desastres; (iv) os tratados e organizações internacionais; (v) as coalizões de guerra; (vi) a escolaridade militar internacional; e (vii) as operações de contenção e vigilância (por exemplo, a do Iraque). Todavia, adversidades fazem parte do processo, a respeito de: (i) compromissos desiguais com a tarefa/missão; (ii) falta de coesão entre os agentes; (iii) poucos recursos; (iv) diferenças culturais; (v) agendas divergentes ou ocultas; (vi) comando e controle desequilibrados; (vii) interferência de agentes externos; (viii) regras de combate; (ix) distorções de notícias pela mídia; (x) posicionamentos de dupla fidelidade; e (xi) disputas por autoridade (SIEBOLD, 2001).

Tendo em vista estas considerações, enfatiza-se que a Política Externa e de Segurança, e, por extensão, as condições do Sistema Internacional, influenciam, em grande medida, as variações no arranjo e no funcionamento das Forças Armadas. Covarrubias (2007) estipula

<sup>107</sup> Para saber sobre tratados nucleares, ver Flückiger, 2008.

que a reestruturação das Forças Armadas pode dar-se através de três meios: (i) a adaptação, que consiste em adaptar as estruturas existentes para continuar cumprindo as tarefas previstas; (ii) a modernização, que consiste em otimizar as capacidades para cumprir a missão de uma melhor forma; e (iii) a transformação, que consiste em desenvolver novas capacidades para cumprir novas missões ou desempenhar outras funções em combate. Para o autor, a transformação é a mudança mais radical, pois tem implicações não somente técnicas, mas também políticas e assenta-se sobre os pilares da natureza das Forças Armadas, sua estrutura jurídica e suas capacidades, que são elementos que alteram-se de forma recíproca.

Além disso, segundo Farrell & Terriff (2002), a renovação das Forças Armadas pode dar-se em três aspectos: (i) culturalmente, a mudança ocorre quando o comportamento-padrão se altera, mas considerando a grande institucionalização das normas militares, essa alteração é mais lenta e tênue; (ii) estrategicamente, a mudança é mais drástica, desencadeada quando há ameaça à segurança nacional; e (iii) tecnologicamente, a mudança decorre do aprimoramento dos armamentos. Para tanto, estas modificações pode percorrer três caminhos: (i) a inovação, utilizando novas tecnologias e estratégias; (ii) a adaptação, ajustando meios e métodos existentes; e (iii) a emulação, importando novas ferramentas e imitando outros Estados (FARRELL; TERRIFF, 2002).

As novas missões militares do pós-Guerra Fria consideram aspectos passivos, como o dimensionamento, os cortes orçamentários, a diminuição do recrutamento ou a abolição da conscrição, e ativos, como o desenvolvimento de instrumentos funcionais conforme os atuais requisitos militares. Estas funções refletem-se na formação de oficiais, a qual deve variar para adequar-se às novas atribuições. Com a transformação militar, cresce a demanda por forças flexíveis, devido à variedade, indefinição e internacionalização operacional, dando origem ao declínio dos exércitos em massa em favor de Forças Armadas mais enxutas, baseadas no recrutamento voluntário e no aumento da profissionalização. Conseqüentemente, estas necessitam de equipamentos adaptados e de treinamento do pessoal para agir rapidamente. Em suma, em um contexto de ascensão das operações militares diferentes da guerra<sup>108</sup>, a instituição militar está sujeita à redução de seu tamanho, portanto, a implantação adequada da Política Externa e de Segurança torna-se fundamental para garantir a coesão e o desempenho das Forças Armadas (DANDEKER, 2006; JANOWITZ, 1967; NUCIARI, 2006).

### 3.5 CONFRONTO MILITAR

<sup>108</sup> Do inglês “military operations other than war”.

Sabe-se que as origens da guerra antecedem a invenção da escrita, ocorrendo desde o surgimento das primeiras civilizações. Registros históricos do uso da força militar remontam a “*Iliada*”, poema de Homero sobre a Guerra de Troia na Grécia Antiga, no séc. XII a.C. Ainda na Grécia Antiga, um pouco mais tarde, no séc. V a.C, têm-se as “*Histórias*” de Heródoto, sobre as Guerras Persas e, em seguida, a “*História da Guerra do Peloponeso*”, conjunto de obras escritas por Tucídides. Xenofonte, no século seguinte, reporta a mesma guerra na obra “*Helênicas*”, e escreve “*Anábase*”, que trata da jornada de soldados gregos ao Império Persa. Ao longo destes tantos séculos, a estruturação das diferentes Forças Armadas passou por grandes transformações. Antigamente, a instrumentalização militar, ao redor do mundo, desenrolava-se, principalmente, para expansão e proteção de territórios, exercendo papel essencial para acalmar a segurança da sociedade em cada época. Conforme Maquiavel (2008), a guerra trata-se da busca da glória de um príncipe por uma causa justa. Para o autor, a ofensiva é mais espírita que a defesa, pois inspira confiança em seu exército e impede que o inimigo utilize seus recursos. Por outro lado, aguardar o ataque inimigo tem vantagens como o confronto em sua zona, o que facilita o envio de suprimentos, o conhecimento da localidade e o refúgio aos próprios soldados.

A guerra moderna surge a partir da Paz de Vestfália, em 1648. Lind (2004) estabelece uma divisão desta em quatro gerações<sup>109</sup>. A primeira geração (1648 a 1860, que abrange a era Napoleônica) diz respeito às táticas de falanges, linhas e colunas, formando um campo de batalha organizado e fundamentando a cultura da ordem militar (uniformes, continência, patentes, etc.). Entretanto, o surgimento dos exércitos em massa, dos mosquetes, das culatras e das metralhadoras trouxeram a obsolescência desta formação. A segunda geração (da guerra civil americana ao pós Primeira Guerra Mundial) marcou-se pela guerra de posição<sup>110</sup> (trincheiras), pelo atrito, pelo fogo indireto (com o advento da industrialização) e, com isso, a artilharia, e pelos tanques, focando em regras, processos e procedimentos. A terceira geração (da Segunda Guerra Mundial até a invasão do Iraque), exemplificada pela *Blitzkrieg* (“guerra relâmpago”) alemã, acarretou a guerra de manobra (envolvimento e penetração estratégica profunda) e a

---

109 Contudo, as diferentes gerações não têm necessariamente um encadeamento cronológico preciso, nem são homoganeamente propagadas ao redor do mundo.

110 Gramsci, tratando da articulação das múltiplas rupturas através das quais a classe operária alcançaria o poder, coloca a guerra de posição como estratégia revolucionária de construção da hegemonia no Ocidente. Esta seria a mais adequada em países mais avançados, nos âmbitos civil e industrial, onde a estrutura da sociedade, do mesmo modo que a estrutura das trincheiras na guerra moderna, é mais resistente imediatamente após as incursões econômicas catastróficas, como crises e depressões (RAPONE, 2014).

velocidade e a surpresa nos ataques, onde a iniciativa sobrepõe a obediência (a *Auftragstaktik*, “tática de missão”), e caracterizou-se a infantaria mecanizada (veículos blindados, inclusive para transporte de pessoal e equipamentos, e aprimoramento dos tanques) e a coordenação com a Força Aérea (tanto para suporte como para ataque, especialmente com os bombardeiros), mísseis e a importância do comando e controle<sup>111</sup>. Por fim, a quarta geração ocasionou a mudança mais radical, um retorno “pós-moderno” às formas descentralizadas de guerra. Há maior flexibilidade, o Estado perde a legitimidade e o monopólio do confronto militar, ao mesmo tempo em que ascendem atores não-estatais. O objetivo é o desmantelamento da infraestrutura pública e da sociedade, o colapso do inimigo através da destruição física, da vontade e da moral do combatente. Como resultado, gera-se a dispersão do teatro operacional, o aumento da complexidade, a falta de hierarquia, as operações psicológicas (com intervenção e manipulação da mídia), o terrorismo, a insurgência e as táticas de guerrilha (LIND et al., 1989; LIND, 2004).

Clausewitz (2007) trata do escalonamento da guerra. Para o autor, o propósito político da guerra absoluta consiste em usar um ato de força para submeter o inimigo e obrigá-lo a atuar conforme a vontade do Estado vencedor. Em vista disso, os objetivos militares do combate são o desarmamento e a superação/derrubada do inimigo. Para tanto, os princípios da guerra traduzem-se em: (i) usar a força com o máximo esforço; (ii) concentrar o ataque em um golpe decisivo; (iii) agir rapidamente; e (iv) explorar as vitórias energicamente. O autor distingue esta guerra absoluta, uma abstração filosófica e lógica, da guerra real, a qual é limitada pelas motivações e preocupações políticas (moderações políticas e morais), bem como pelas restrições de tempo e/ou espaço. O engajamento das Forças Armadas significa não apenas uma luta entre indivíduos, mas também um elemento que depende de outros fatores para sua manutenção. Neste cenário, o empenho contra o oponente resulta de dois aspectos: a totalidade dos meios disponíveis e a determinação dos combatentes. O aniquilamento do adversário perpassa a conquista do território, tanto por uma ocupação temporária quanto por uma invasão de fato. Deste modo, a conflagração armada exige uma organização complexa e a divisão de funções.

Ludendorff (1941) revisa a guerra absoluta de Clausewitz e propõe uma diferenciação: a guerra total. Anteriormente, a população não se envolvia integralmente na guerra, apenas por meio de impostos ou pelos efeitos da passagem de tropas. Já a partir da Primeira Guerra Mundial, as massas tornaram-se parte da ação militar. As Forças Armadas unem-se com a for-

---

<sup>111</sup> O comando e controle refere-se ao uso conjunto de atributos e processos organizacionais e técnicos, coordenando recursos humanos, físicos e de informação (VASSILIOU; ALBERTS; AGRE, 2015).

ça do povo. Assim, dadas as novas circunstâncias políticas (como, por exemplo, o início da conscrição e os renovados meios de combate), toda a superfície do país converte-se em campo de batalha. A sociedade civil é atingida diretamente pela atividade de propaganda inimiga contra o psicológico, visando a paralisia e a desagregação da nação, e, de forma indireta, pela miséria. Portanto, para o autor, o país deve lutar e, igualmente, promover a coesão anímica<sup>112</sup> e o sacrifício coletivo. Carr (1945) interpreta que a guerra total reflete que o conflito militar não é mais uma exclusividade de governos e exércitos, eliminando-se a divisão entre as Forças Armadas e a população civil. A novidade é o ataque moral à sociedade por meio da propaganda, do terrorismo de massas, do bloqueio e dos bombardeios aéreos. Desta forma, a fúria vira instrumento da política, com a ideia de punição aos cidadãos inimigos. Para Hobsbawn (1995), a humanidade da guerra perde-se quando os civis se tornam alvos estratégicos, em uma democratização da guerra que gera a demonização dos adversários por meio do ódio e do desprezo.

Similarmente, a Guerra Psicológica projeta a disrupção do ciclo de observação, orientação, decisão e ação do inimigo, a fim de que a dinâmica seja colapsada e o processo decisório seja paralisado, compelindo à não-resistência frente a derrota moral (BOYD, 1986). Ademais, a Guerra Neocortical percebe o confronto armado como atividade humana, sendo que busca-se controlar ou moldar o comportamento adversário, não para destruí-lo completamente, mas sim para influenciar suas percepções, especialmente através do uso de imagens (SZAFRANSKI, 1997).

Mais recentemente, têm-se a guerra híbrida, “a combinação de diplomacia, política, mídia, ciberespaço e força militar para desestabilizar e minar o governo de um oponente” (STANDISH, 2018, n.p., tradução livre<sup>113</sup>). Trata-se de um conflito militar que envolve atores estatais e não-estatais<sup>114</sup>, o uso de meios convencionais e não convencionais e a extrapolação da guerra para além de um teatro operacional territorial. A modernização da guerra ressalta a ampliação da escala, a exploração e expansão de métodos tradicionais por intermédio da rede e assinala a heterogeneidade e a indistinção entre militares e civis (STOLTENBERG, 2015; THIELE, 2015; WIJK, 2012). Os atores empregam elementos de poder como: (i) o uso da força convencional; (ii) a ameaça de utilização de armamento nuclear; (iii) o emprego de meios

112 A força coesiva necessária para o povo suportar os efeitos da guerra, a qual precisa ser constantemente renovada ao longo do conflito (LUDENDORFF, 1941).

113 Do original em inglês: “the blending of diplomacy, politics, media, cyberspace, and military force to destabilize and undermine an opponent’s government.”

114 Como, por exemplo, o Hezbollah e o Estado Islâmico.



cibernéticos para perturbação e desestabilização adversária; (iv) a aplicação de recursos econômicos para desmanchar a coesão política, tanto de Estados quanto de instituições; e (v) a disseminação massiva de propaganda e de campanhas de desinformação. A guerra híbrida caracteriza-se pela: (i) combinação de instrumentos propagados em um espectro tradicional e irregular, o que inclui força militar, tecnologia, atividade criminosa, terrorismo, pressões econômicas e financeiras, artifícios humanitários e religiosos, mecanismos de inteligência, sabotagem e notícias falsas; (ii) abordagem furtiva e capacidade disruptiva, a partir de uma estratégia flexível; (iii) inclusão de atores não-estatais, como milícias, grupos criminosos transnacionais e redes terroristas, com ou sem o apoio de Estado(s), em um modelo patrocinador-cliente, *proxy* ou composto por operações secretas e abertas; e (iv) uso ilimitado do espaço, não apenas do campo de batalha, mas também de ferramentas midiáticas tradicionais e modernas e táticas e técnicas assimétricas, objetivando a subversão política e a deslegitimação do comando (THIELE, 2015; KRAMER; GORDON, 2014; SCHARRE, 2012; DEEP, 2015).

Ainda, Hammes (2007) propõe uma quinta geração da guerra. Alguns avanços desta versão são: (i) o aumento constante no poder da informação para executar campanhas de comunicação estratégica, trocando a orientação às massas pela mobilização individual direcionada, possibilitada pelos novos métodos de comunicação e instrumentos como o telefone celular e a conectividade da internet, utilizadas para o recrutamento, treinamento, comunicação e educação de novos membros; (ii) a proliferação de pequenas companhias lucrativas relacionadas à defesa, tanto comerciais como militares, que aproveitam-se da propensão da transformação militar para o emprego de entidades e unidades de combate menores; e (iii) o crescimento e potencial das indústrias de biotecnologia e nanotecnologia. Em suma, as tendências políticas, econômicas e sociais são capazes de gerar um poder destrutivo independente, semelhante à capacidade que, antes, era exclusivamente estatal. Ademais, a modificação do confronto militar implica o amor e a lealdade política e social a uma causa, e não mais a uma nação.

A análise das evoluções da economia, da tecnologia da informação e dos processos e organizações de negócios, ocasiona a chamada guerra centrada em rede, que extrai uma vantagem competitiva da rede de computadores dispersa geograficamente. Esta guerra decorre da mudança da plataforma para a rede, da transformação de atores independentes e escolhas estratégicas em um ecossistema em contínua adaptação. Desse modo, a centralização em rede detém a superioridade de informações, o aumento no poder de combate por sensores de rede, a melhoria da consciência entre os tomadores de decisão, a maior velocidade de comando, o

ritmo acelerado de operações, o crescimento da letalidade, a expansão da capacidade de sobrevivência e o grande grau de sincronização (ALBERTS; GARSTKA; STEIN, 1999). Como conseqüências, esta nova face da guerra enfatiza, por exemplo, a importância das redes sociais e da tecnologia 5G como interfaces de confronto militar hodierno.

### 3.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

O propósito de tratar sobre as dimensões analíticas expostas no decorrer deste capítulo foi o de interpretar o papel político das Forças Armadas, abordando os aspectos que intermedeiam a relação entre o Estado e a violência. A cultura política contém a ênfase nos traços, valores e atitudes militares, relacionando a cultura com as Forças Armadas, a socialização e o ambiente sociopolítico ao redor. Também, engloba a confiança institucional e a legitimidade proveniente do apoio popular, bem como a repercussão da opinião pública no que tange os assuntos militares.

O controle civil é entendido tanto pela abordagem sociológica como pela política. Há a divisão e os debates sobre o controle subjetivo e o objetivo e a relação entre as ameaças internas e as externas. Ainda, nota-se que a qualidade deste monitoramento depende das circunstâncias em seu entorno, como a situação da legitimidade governamental e dos mecanismos de controle do poder das Forças Armadas. Sobre a questão do autoritarismo e da democracia, é importante identificar o perfil de governos pretorianos, as características e os fatores da intervenção militar na política e dos golpes de Estado. Consequentemente, entende-se que estruturas são modificadas durante as transições de regime e os processos de democratização. Ademais, a cadeia de comando militar, a inserção da elite militar no poder e a influência das Forças Armadas têm grandes implicações nos sistemas políticos democráticos.

No tocante à Política Externa e de Segurança, o Sistema Internacional molda a atuação dos Estados, seja em relação às agências externas, no âmbito das organizações internacionais que promovem meios pacíficos ou na formação de coalizões frente às crises securitárias, que abrangem, portanto, o multilateralismo diplomático e o militar e a interação estratégica entre os atores. Por outro lado, a transformação militar e as novas missões das Forças Armadas afetam a renovação e a reestruturação da instituição. Em conclusão, acerca do confronto militar, aponta-se o encadeamento entre a origem da guerra, a dinâmica ofensiva e defensiva e, resumindo estas modificações, as gerações da guerra moderna. Com isto, revisa-se a tática de li-

nhas e colunas, a guerra de posições, a guerra de manobra e a guerra descentralizada. Além disso, de forma enxuta, indica-se as características dos princípios da guerra absoluta e sua diferença da guerra real, da constituição da guerra total, psicológica e neocortical e, atualmente, da guerra híbrida, de quinta geração e da centrada em rede.

#### 4 PROPOSTA DE MODELO TEÓRICO EXPLICATIVO

Este capítulo tem como intuito propor um modelo teórico explicativo do papel social e político das Forças Armadas, que permita uma compreensão integral do fenômeno militar, tendo em vista o panorama da complementariedade entre as áreas de conhecimento da Sociologia e da Ciência Política. Nesse ponto, o argumento é de que o isolamento do setor militar não condiz com a necessidade prática de construir vínculos, tanto institucionalmente com o governo e suas entidades, quanto na direção de prestação de contas à sociedade e, por isto, uma análise interdisciplinar e uma visão ampla da atuação das Forças Armadas deve suscitar uma proposição teórica abrangente.

Uma perspectiva extensiva quanto ao papel militar tem alguns exemplos analíticos. Pode ser observada na trindade proposta por Clausewitz (2007), na qual os três elementos da guerra são o governo, as Forças Armadas e o povo, havendo uma interdependência entre estes através da razão, da paixão e da indeterminação e chance, logo, busca-se possuir elementos materiais, conquistar a opinião pública e destruir o Exército inimigo. Também, Reiter & Stam (2002) afirmam que a guerra é uma das virtudes da democracia, que necessita do apoio e consentimento público e da adequação de suas forças. Ainda, Brooks & Stanley (2007) declaram que a efetividade da ação militar depende das relações civis-militares e das bases institucionais. Além disso, nota-se que as tecnologias geram grande impacto na política externa e no conflito armado. Estas interpretações expandem o panorama teórico, contudo, tendo em vista que proposições nesse sentido não são usuais, abre-se espaço para colaboração. Conseqüentemente, a contribuição pretendida pela dissertação é uma reflexão heterogênea, que perpassa dez dimensões analíticas.

Cabe ressaltar que este trabalho não visa a formulação de uma teoria completa, mas sim o levantamento de explicações possíveis. Portanto, o modelo teórico proposto nesta dissertação é o de que o papel social e político das Forças Armadas pode ser sistematizado através da integração das diferentes dimensões analíticas em quatro eixos explicativos. O primeiro é o da interação com a sociedade, que envolve as relações civis-militares, a cultura política e a ética e moralidade. O segundo é o dos recursos necessários para o funcionamento da instituição militar, que abrange o desenvolvimento tecnológico e a economia de defesa. O terceiro é o da governança das Forças Armadas, que compreende o controle civil e o autoritarismo e democracia. Finalmente, o quarto é o da defesa nacional, que abarca a Política Externa e de

Segurança e o confronto militar. Desse modo, ademais desta introdução, este capítulo divide-se em cinco seções. As quatro primeiras dizem respeito a cada um dos eixos explicativos e a última apresenta as considerações finais do capítulo.

#### 4.1 EIXO DA INTERAÇÃO

A transformação hodierna das Forças Armadas reforça que a instituição não é homogênea, mas sim pluralista, onde coexistem setores com características de assimilação e identificação com a sociedade e setores que preservam um costume militar mais tradicional, que pode ser divergente do entendimento civil (MOSKOS, 1970). Atualmente, alguns teóricos entendem que a clivagem entre a cultura política de civis e militares está em ascensão. Assim, dada a natureza do profissionalismo, os militares respondem, em certa medida, a valores, à ética e à moralidade que diferem dos prevaletentes na sociedade. Isto pois os militares, sendo um subsistema da sociedade, caracterizam-se pelo distanciamento da população e por uma subcultura e uma subestrutura distintas, em relação as tarefas, funções e responsabilidades atribuídas às Forças Armadas (RUKAVISHNIKOV; PUGH, 2006).

Para Ricks (1997), este afastamento tem três fontes: (i) a ignorância civil sobre os militares, causada pela ausência da experiência militar própria (especialmente em sociedades sem conscrição); (ii) a politização dos militares junto a uma distanciação dos valores civis; e (iii) o ambiente de segurança pós-Guerra Fria. Já segundo Tapia (2016), alguns fatores que contribuem para esta ocorrência são: (i) a crescente divergência entre valores militares, como a coletividade e o serviço a um bem maior, e valores civis, como a individualidade e rejeição do uso da força; (ii) a diminuição da interação civil-militar rotineira, para além da cidadania dos próprios militares; (iii) a redução do interesse da sociedade por questões militares e de segurança, que ficam fora do debate público e político.

Esta lacuna pode ser necessária e desejável para a eficácia das Forças Armadas (COHEN, 2000). Conforme Savage & Gabriel (1976) sustentam, a estrutura e o funcionamento da organização militar devem ser separados da sociedade. Isto pois, uma mudança nos valores e atitudes dos civis em relação às Forças Armadas e à guerra, se permeada na instituição, pode gerar uma crise nos valores militares tradicionais. Somado a uma liderança inadequada, estes fatores contribuem para o colapso da coesão e da eficiência no combate.

Porém, esta lacuna também pode gerar problemas, quando é larga a ponto de tornar-se um abismo que impede a cooperação civil-militar e coloca uns contra os outros. Por exemplo, a utilização das Forças Armadas no exterior como meio de resolução de conflitos e restauração da paz pode desencadear reações públicas ambivalentes. Enquanto parte do público civil frustra-se pela não eficiência das tropas em solucionar os problemas políticos, alguns militares ressentem-se desta insatisfação ser dirigida a eles e não aos governantes (FEAVER; KOHN, 2000; TAPIA, 2016; RUKAVISHNIKOV; PUGH, 2006). Por outra perspectiva, como na teoria da convergência de Janowitz (1967), alguns autores compreendem que:

A cultura militar de hoje também parece sujeita a mudanças, com um progressivo afrouxamento de muitas regras tradicionais, disciplina, hierarquia, em uma convergência constante com a sociedade civil e seus valores e um consequente abandono do isolacionismo tradicional das forças armadas (CAFORIO, 2006, p. 442, tradução livre<sup>115</sup>).

Soeters, Winslow & Weibull (2006) enxergam, nesse contexto, uma mudança nos papéis e no alicerce da legitimidade, dada a erosão das formas organizacionais antigas, o ajuste orçamentário, a complexidade e imprevisibilidade das operações militares, a cobertura da mídia em tempo real, a ascensão do multiculturalismo, a nova posição das elites militares e as alterações nas relações entre soldados e Estado<sup>116</sup>. Portanto, os autores indagam “como o núcleo tradicional da cultura militar reagirá a esse desenvolvimento: surgirá uma reação conservadora entre o pessoal principal das Forças Armadas ou eles aceitarão gradualmente as mudanças?” (SOETERS; WINSLOW; WEIBULL, 2006, p. 253, tradução livre<sup>117</sup>).

[...] quaisquer missões futuras provavelmente serão concluídas de forma mais eficaz se a participação militar for endossada pela sociedade em geral. Somente quando os soldados e oficiais se sentirem apoiados em sua decisão de servir a seu país tanto no combate tradicional quanto nas operações emergentes de não combate, seu compromisso e desempenho durante essas missões poderão ser desenvolvidos e aprimorados. É o ciclo dinâmico entre a socialização militar e o apoio público que não apenas aumenta a semelhança do sucesso da missão, mas também pode ajudar a diminuir a distância entre a sociedade civil e seus militares (FRANKIE; HEINECKEN, 2001, p. 590-591, tradução livre<sup>118</sup>).

115 Do original em inglês: “Today's military culture also appears subject to change, with a progressive loosening of many traditional rules, discipline, hierarchy, in a constant convergence with civil society and its values and a resulting abandonment of the traditional isolationism of the armed forces”.

116 A “teoria da concordância” explica que as mudanças no âmbito da subordinação militar são dadas em função de diferentes padrões de relações entre a elite governamental, o público em massa e os militares (SCHIFF, 1995).

117 Do original em inglês: “how the traditional core of the uniformed culture will react to this development: will a conservative backlash emerge among core personnel within the military or will they gradually accept the changes?”.

Para Tapia (2016), a interação civil-militar pode ser mensurada para verificar a existência de um reflexo, ou não, da sociedade, em parâmetros como a composição social das Forças Armadas, os valores prevalecentes entre os militares, questões de recrutamento, aceitação ou popularidade da instituição e o nível de debate público sobre segurança, o qual pode avaliar a quantidade e qualidade de publicações acadêmicas e a presença e propagação do tema na mídia. Estes resultados podem indicar, em um espectro, que as Forças Armadas são burocráticas e ineficazes, o ofício é visto como ocupacional e não como um dever que exige sacrifício individual, a alta popularidade se deve a execução de funções não militares, os baixos níveis de aceitação social das Forças Armadas causam problemas de recrutamento e o orçamento e os equipamentos da instituição são insuficientes. No espectro oposto<sup>119</sup>, a clivagem civil-militar desaparece, com valores militares como base moral da sociedade, altos níveis de aceitação promovendo candidaturas à instituição e o enaltecimento das Forças Armadas e seus objetivos predominando na sociedade.

Desse modo, para o autor, o vínculo ideal reside entre esses dois extremos, com a clivagem nas relações civis-militares estreita, o entendimento da necessidade de diferenciação das Forças Armadas, valores militares que são compatíveis com os da sociedade e que estes, mesmo limitantes, não afetem a eficácia das Forças Armadas e sejam benéficos, e não uma ameaça, para a sociedade e o controle civil, a composição social das Forças Armadas sendo representativa da população em geral, a interação civil-militar espontânea, a compreensão popular do papel da instituição, consideração e respeito aos militares, questões de segurança e defesa sendo debatidas e recebendo atenção pública e elites políticas educadas nestes temas, que entendam as necessidades e requisitos dos militares como provedores de segurança e exerçam supervisão eficaz das Forças Armadas (TAPIA, 2016).

As relações civis-militares e a cultura política também são, em certa medida, interpostas pela ligação entre a mídia e as Forças Armadas, visto que a mídia, em parte, configura a imagem social dos militares, moldando as atitudes e reações do público. Por outro lado, os soldados, da mesma forma, podem ser influenciados pela comunicação em massa. Um fator importante para a formação da opinião pública é que esta deveria ser baseada em fatos, os

---

118 Do original em inglês: “any future missions will likely be completed more effectively if military participation is endorsed by society at large. Only when soldiers and officers feel supported in their decision to serve their country in both traditional combat and emerging noncombat operations can their commitment to and performance during these missions be developed and enhanced. It is the dynamic cycle between military socialization and public support that not only increases the likelihood of mission success, but also can help narrow the gap between the civilian society and its military”.

119 Próximo ao “estado guarnição” de Lasswell (1941).

quais apenas uma imprensa livre pode prover, viabilizando a divulgação das informações relevantes. Esta liberdade, então, é vista como um pressuposto da democracia. Entretanto, principalmente em tempos de guerra, as notícias podem ser elaboradas pelos setores de inteligência, desenrolando uma “propaganda psicológica” ou “guerra de informação”<sup>120</sup>. Especialmente em regimes democráticos, a relação entre Estado, instituição militar e sociedade é pertinente para decidir de que maneira o posicionamento popular influi na formulação de políticas públicas e na tomada de decisões a respeito de recrutamento, princípios e missões das Forças Armadas, inclusive quanto às situações de conflitos (CHAN; SAFRAN, 2006; RUKAVISHNIKOV; PUGH, 2006; GALLUP, 2015; TAPIA, 2016).

Ainda, o *status* das relações civis-militares é inerente ao ambiente político, seja ele democrático ou não, e às motivações e objetivos militares, cujas atitudes são fundamentais para a prosperidade do Estado. Em certo ponto, estas relações dependem de diferentes padrões de desenvolvimento econômico e cultural, formas de organização da sociedade, tradições e outros valores presentes na cultura política. Um exemplo é quando há interferência política nas Forças Armadas, situação na qual os militares afastam-se do debate político racional e podem submeter-se a perspectivas e promessas populistas ou nacionalistas de extrema-direita. Outro exemplo cita as sociedades pós-conflitos, onde a população desempenha um papel importante na transformação cultural no âmbito da segurança. A sociedade civil apresenta-se como uma alternativa política emancipatória ao autoritarismo, recorrendo a valores progressistas, a articulação entre os comportamentos políticos e a criação de instituições contra-hegemônicas (EDWARDS; HULME, 1995; COX, 1999; RUKAVISHNIKOV; PUGH, 2006).

Valores democráticos, que supostamente deveriam ser sustentados e protegidos pelas Forças Armadas, estão em risco quando há uso de coerção, em vez de persuasão racional, como método de resolução de conflitos. Portanto, a soberania e o respeito à população devem ser institucionalizados, estabelecendo-se requisitos de transparência e prestação de contas, por parte dos representantes políticos eleitos, na execução de políticas públicas. Nesse sentido, as relações civis-militares afetam o grau no qual esses aspectos serão aplicados e os militares devem identificar e incorporar os valores da sociedade na qual estão firmados. Por outro lado, a perspectiva liberal, como apontada dentro da obra de Huntington (1996), defende que as relações civis-militares preservam os valores democráticos ao derrotar ameaças externas, presumindo uma esfera militar de combate independente das esferas social e política (BURK, 2002; RUKAVISHNIKOV; PUGH, 2006).

---

120 Para mais detalhes, ver a seção sobre confronto militar, no capítulo 3.



De todo modo, os diferentes valores, comportamentos e inclinações políticas entre militares e civis dependem do caráter da relação entre as Forças Armadas, a sociedade e o poder político. Como referência, a fidelidade ao juramento militar é uma expressão de patriotismo, sendo o Exército interpretado como guardião dos valores nacionais e determinante da grandeza da nação. Já o grau de respeito às Forças Armadas demonstrado pelos civis varia de acordo com o país. Conforme as relações civis-militares e a cultura política estabelecidas, em alguns países, os civis têm simpatia com as Forças Armadas; em outros, são indiferentes ou contrários (RUKAVISHNIKOV; PUGH, 2006).

A razão evidentemente reside no fato de que as atitudes em relação aos militares, suas missões e a organização e funcionamento do exército correspondem à evolução do sistema valores-atitudes de toda a nação, à mentalidade da sociedade civil e às percepções populares de ameaças externas, bem como às relações meios de comunicação-militares e o estado atual da economia nacional (RUKAVISHNIKOV; PUGH, 2006, p. 144, tradução livre<sup>121</sup>).

De acordo com Manig (1997), o sistema ideal de relações civis-militares tem como condições a separação de poderes, o pluralismo político e o engajamento da sociedade civil, elementos imprescindíveis para uma sociedade não militarizada e Forças Armadas não politizadas. O modelo de Stewart (1998) de coesão e eficácia aponta vários elementos interconectados: o vínculo horizontal (relações de grupo e camaradagem), o vínculo vertical (coesão entre as diferentes patentes), o vínculo organizacional (relações para a organização militar, valores militares como o patriotismo, tradições militares e história, normas e regras sociais internas), bem como fatores sociais. A análise da profissão militar de Janowitz (1967) enfatiza uma dualidade. De outro modo, para Challans (2007), a ética e a moralidade também se relacionam com civis e militares e seus valores.

[...] o líder combatente “guerreiro” de um lado, com todos os tradicionais valores como coragem, resistência, senso de dever, sacrifício e similares e a orientação vertical para obediência e disciplina dentro da hierarquia; e o gerente racional, de outro, equipado com armas e conhecimentos altamente tecnológicos, vinculado a avaliações de custos-benefícios e orientado horizontalmente para seus pares profissionais, tanto militares quanto civis (NUCIARI, 2006, p. 68, tradução livre<sup>122</sup>).

121 Do original em inglês: “The reason evidently lies in the fact that attitudes toward the military, their missions, and the army's organization and functioning correspond to the evolution of the value-attitudinal system of the entire nation, to the mentality of civilian society, and the popular perceptions of external threats as well as to media-military relations and the current state of the national economy”.

122 Do original em inglês: “[...] the ‘warrior’ combat leader on the one side, with all the traditional values such as courage, hardiness, sense of duty, sacrifice, and the like and the vertical orientation to obedience and discipline within the hierarchy; and the rational manager on the other, equipped with highly technological weapons and expertise, bound to costs-benefits evaluations, and horizontally oriented toward professional peers, military as well as civilian.”.

A retórica atual da ética militar – a busca do *ethos* guerreiro – tornou-se importante para a instituição militar nas últimas décadas, em grande parte devido a alguns problemas morais significativos, alguns novos e outros antigos. O incrível poder da guerra moderna trouxe consigo novos desafios éticos, mas a selvageria dos militares modernos entre as sociedades civilizadas reviveu o antigo desafio moral da barbárie. O potencial pesadelo da guerra nuclear trouxe à tona a ideia de que pode haver limites morais para o potencial destrutivo do homem, mas a guerra destrutiva, guerra indiscriminada, persiste, um tipo de guerra que considera todos os nacionais como combatentes e tem como alvo intencional civis (CHALLANS, 2007, p. 10, tradução livre<sup>123</sup>).

As operações das Forças Armadas facilmente alteram estruturas, regras e treinamentos, porém, modificar a mentalidade, a moralidade e a ética dos militares, das elites políticas e da sociedade em geral torna-se um desafio. Para Rukavishnikov & Pugh (2006), a transformação nas mentalidades civis e militares requer não apenas uma reforma estrutural, mas também uma cultura de supremacia civil e uma confiança no profissionalismo militar. Ainda, a comunidade de políticas de segurança e defesa deve estender-se além dos militares e políticos. Para tanto, inserem-se duas ênfases: (i) o controle e a gestão civil, estabelecidos juridicamente e burocraticamente; e (ii) o engajamento da sociedade, uma mobilização política e social.

Apenas a supremacia civil ou o profissionalismo militar, sozinhos, não garantem a transformação de atitudes. Segundo Huntington (1996), para manter os militares fora da política, atitudes podem ser mudadas recorrendo-se à legitimidade e ao profissionalismo. Entretanto, este profissionalismo pode extrapolar o controle político da instituição, caso entendido como lealdade a alguma autoridade superior, “a nação”. Finer (2017) alerta que há propensão para intervenções militares quando, do ponto de vista da sociedade, há maior nacionalismo e necessidade de um governo central forte. Além disso, padrões de profissionalismo são culturalmente dependentes e frequentemente associados a habilidades e *status* (HILLS, 2000).

“A desmilitarização também pode ser entendida em termos de mudanças de valores e atitudes em relação ao papel central dos militares no sistema de segurança nacional” (CAFORIO, 2006, p. 352, tradução livre<sup>124</sup>). A “secularização dos militares” estabeleceu novos valores sociais, conseqüentemente, as Forças Armadas deixaram de ser vistas como a instituição

123 Do original em inglês: “The current rhetoric of military ethics — the pursuit of the warrior ethos — has become important to the military institution over the last several decades, largely due to some significant moral problems, some new and some old. The incredible power of modern warfare brought with it new ethical challenges, but the savagery of modern militaries among civilized societies revived the old moral challenge of barbarity. The nightmarish potential of nuclear war brought into sharp focus the idea that there may be moral limits to man’s destructive potential, but destructive war, indiscriminate war, persists, a type of warfare that considers all nationals to be combatants and features the intentional targeting of civilians”.

124 Do original em inglês: “Demilitarization may also be understood in terms of value changes and attitudes to the central role of the military in the national security system”.

central nacional (HALTINER, 1985). A relevância passou de importante para não tão importante e o nível de ignorância quanto à instituição aumentou. As atitudes sociais deixaram de ser tão contrárias, como o comportamento ou a ideologia antimilitar (CAFORIO, 2006). Na sociedade pré-Guerra Fria, a população apoiava os militares. Durante a Guerra Fria, o público era ambivalente. A partir do fim do conflito, o sentimento tende à indiferença (MOSKOS, 2000). Uma explicação está no fim da conscrição, que aumenta a distância entre civis e militares, decorrente da redução do tamanho das Forças Armadas após a Segunda Guerra Mundial (HALTINER, 1998; VAN DOORN, 1975; BURK, 1992).

Em contrapartida, no que diz respeito às relações civis-militares, a cultura política, a moralidade e a ética do Terceiro Mundo, quatro argumentos são expostos, em teorias da modernização militar, sobre o favoritismo dos militares: (i) as Forças Armadas são vistas como a instituição mais modernizada e, portanto, seriam capazes de implementar o desenvolvimento econômico; (ii) os líderes militares são considerados menos propensos à corrupção; (iii) a socialização militar é aceita como o meio pelo qual os recrutas transitam de valores mais tradicionais para crenças mais modernas; e (iv) os exércitos são vistos como instrumentos da nova classe média, servindo como a vanguarda do nacionalismo e da reforma social (HARRIES-JENKINS; MOSKOS, 1981). Independentemente da posição do país internacionalmente e da região global, para Harries-Jenkins & Moskos (1981), há uma relação singular entre a população e as Forças Armadas, que se baseia na lealdade afetiva da sociedade. Esta, quando desenvolvida ao extremo, pode intensificar o militarismo ao encorajar a adulação acrítica das virtudes militares.

## 4.2 EIXO DOS RECURSOS

A modernização das Forças Armadas decorre da função de defesa do Estado, que beneficia a sociedade. Por isso, a instituição precisa estar em contínua evolução quanto às suas estruturas e aos recursos necessários para o desempenho de suas atividades (BRIONES PEÑALVER, 2013). O Estado, como possuidor dos meios de travar a guerra, promove um processo mundial de militarização, com aplicação contínua da ciência para o avanço da tecnologia militar (GIDDENS, 1998). Um exército moderno é um “microcosmo” do Estado, já que as Forças Armadas possuem seus próprios sistemas de abastecimento, engenharia, comunica-

ções e educação<sup>125</sup> (FINER, 2017). Segundo Engels (1981), a violência não é um simples ato de vontade pois exige a condição prévia de instrumentos e armamentos que têm de ser produzidos. Assim, a vitória da violência fundamenta-se, também, na produção em geral, logo, no poder econômico e nos meios materiais que são disponibilizados. Desse modo, se sustenta pela invenção e adaptação dos humanos, da engenharia que gerou as armas de fogo à técnica dos soldados ao utilizá-las (ENGELS, 1981).

A dinâmica da mudança, impulsionada pela economia e pelas tecnologias, impacta as estruturas sociais, os sistemas políticos, o poder militar e o equilíbrio internacional. Desse modo, o poder militar baseia-se na riqueza, na base produtiva crescente, em finanças saudáveis e na superioridade tecnológica (KENNEDY, 1991). Kennedy (1991) aponta duas tendências impulsionadas por essa dinâmica de transformação tecnológica e industrial: a desigualdade no crescimento produtivo e os custos espirais das armas e das Forças Armadas. Ambas têm fortes reflexos na economia nacional. Enquanto a primeira estimula a riqueza e a produtividade em um ritmo rápido, formando a prosperidade das sociedades, a segunda consome recursos nacionais, não apenas os investimentos de capital e matérias-primas mas também os cientistas, os engenheiros e a P&D, que passam a dedicar-se à indústria de defesa ao invés do comércio para exportação. Além disso, estas duas tendências provocam implicações socioeconômicas e políticas ao levantar a discussão sobre as prioridades para os gastos nacionais. Para o economista List, a possibilidade da guerra exige uma capacidade industrial, porém, quando parte desta capacidade é gasta com armamentos, tem-se o risco do enfraquecimento da base econômica nacional (KENNEDY, 1991). Qual seria, então, a relação adequada entre força econômica e poderio militar? Surge a controvérsia “canhões contra manteiga”, sendo uma tensão histórica:

[...] entre a busca de segurança estratégica, representada pelo seu investimento nos mais modernos sistemas de armas e seu desvio em grande escala de recursos nacionais para as forças armadas, e, de outro lado, a busca de segurança econômica, representada pela maior prosperidade nacional, que depende do crescimento (que por sua vez é propiciado por novos métodos de produção e criação de riqueza), de maior produção e de uma florescente demanda interna e externa – que podem, todos, ser prejudicados pelos gastos excessivos em armas. Precisamente porque uma estrutura militar desproporcional pode diminuir o ritmo do crescimento econômico e levar a um declínio na parcela nacional de produção manufatureira mundial, e portanto, de

---

125 Entretanto, “a tecnologia é vista como um processo social na qual a técnica propriamente dita (isto é, o aparato técnico da indústria, transportes, comunicação) não passa de um fator parcial. A tecnologia, como modo de produção, como a totalidade dos instrumentos, dos dispositivos e invenções que caracterizam a era da máquina, é assim, ao mesmo tempo, uma forma de organizar e perpetuar (ou modificar) as relações sociais, uma manifestação do pensamento e dos padrões de comportamento dominantes, um instrumento de controle e de dominação” (MARCUSE, 1998, p.74).

*poder*, toda a questão se resume em equilibrar a segurança a curto prazo proporcionada por grandes forças defensivas, contra a segurança a longo prazo oferecida pela produção e renda crescentes (KENNEDY, 1991, p. 423, grifo do autor).

Este balanço entre segurança e produção foi impactado pela transformação econômica no período da Revolução Industrial, um fenômeno ocasionado pelas inovações tecnológicas (FERGUSON, 2016) e que também transformou as relações sociais, dado que o trabalhador passou a ser consumidor. Os avanços tecnológicos do entre guerras tornaram as Forças Armadas ainda mais dependentes da capacidade produtiva nacional. A vitória numa guerra não era concebível sem uma base industrial próspera e uma ampla comunidade científica que pudessem ser mobilizadas pelo Estado (KENNEDY, 1991). “Se o futuro estava (na frase de Stalin) nas mãos dos grandes batalhões, estes por sua vez dependiam cada vez mais da tecnologia moderna e da produção em massa” (KENNEDY, 1991, p. 282).

Durante as décadas que seguiram o fim da Segunda Guerra Mundial, ocorreu um aumento sem precedentes da produção industrial global, favorecido pela recuperação econômica pós-guerra, pelo desenvolvimento tecnológico, pelo gerenciamento planejado dos recursos nacionais e pela industrialização (difundida ao Terceiro Mundo) (BAIROCH, 1982). Na era digital, o desenvolvimento da tecnologia de defesa tem-se tornado cada vez mais focado na análise de informações e no uso de veículos controlados remotamente e robóticos, com a crescente interação entre o militarismo e a inteligência eletrônica (BERNSTEIN; WILSON, 2011).

Percebe-se, portanto, que a relação entre industrialização e transição tecnológica tem efeitos na guerra, em que a importância do industrialismo e da produção em massa de bens de consumo torna-se ainda mais importante (KENNEDY, 1991). A infraestrutura industrial facilita a implementação das tecnologias, fornecendo os meios para a produção e manutenção de equipamentos e suprimentos essenciais para as operações militares (KRESS, 2016). Do mesmo modo, a guerra e os militares impactam o desenvolvimento da economia regional e de novas tecnologias (BERNSTEIN; WILSON, 2011). Quando não há conflitos, permanece uma estreita ligação entre o orçamento de defesa e a inovação tecnológica. Com o passar das décadas, de forma constante ao longo da História, há o crescimento da escala de gastos militares. Isto dada a tendência de complexificação das tecnologias de defesa e do aumento do custo dos sistemas de armamentos modernos, e também das rivalidades internacionais, que tornam os mesmos mais dispendiosos (MATHIAS, 1969; KENNEDY, 1991).

A guerra desponta como um tipo de imperativo econômico que dita o ritmo de

“obsolescência planejada”, dada que a automação da produção poderia gerar uma espécie de redução progressiva do trabalho, o que provocaria a necessidade de um crescimento do setor militar (CARVALHO, 2010). Tem-se, então, a rápida obsolescência dos sistemas de armas vigentes dados os avanços tecnológicos e os novos requisitos militares. Mesmo assim, dada a confiabilidade no poderio militar, estes investimentos continuam sendo vantajosos, apesar dos custos inerentes (DUNNIGAN, 2003).

E se isso era válido (com algumas flutuações de longo prazo) para as guerras e corridas armamentistas do século XVIII, quando a tecnologia das armas só se transformava lentamente, é muito mais válido para o nosso século quando cada geração de aviões, belonaves e tanques é muito mais onerosa do que a anterior (KENNEDY, 1991, p. 420).

O impacto da P&D nos gastos com inovações depende do conhecimento e das tecnologias financiadas pelo setor de defesa. Os investimentos militares em P&D geram efeitos na inovação em geral, em processos, produtos e serviços orientados para o setor civil (SCHMID, 2018). Mowery (2010) indica três meios pelos quais as despesas de defesa podem afetar a inovação civil: (i) através de instituições de pesquisa e de seus membros; (ii) aumentando a demanda para novas tecnologias através das aquisições governamentais; ou (iii) produzindo conhecimento e tecnologias por intermédio da base de inventores existente. De acordo com Bellais & Guichard (2006), a difusão de tecnologia militar depende das organizações de desenvolvimento tecnológico envolvidas e dos direitos de propriedade intelectual. A tecnologia de uso dual pode ser uma solução para manter uma alta tecnologia de defesa e melhorar a competitividade econômica. O estabelecimento de redes civis-militares pode ser uma estratégia para o desenvolvimento de uma tecnologia dual e de uma base industrial (KULVE, 2003).

A colaboração entre a indústria e o setor de defesa é uma aliança técnico-científica baseada na cooperação em P&D. Desse modo, as Forças Armadas contribuem para a transformação econômica, a criação de valor e a troca de conhecimentos (BUENO, 2008). Esse contexto promove o crescimento de empresas ligadas à indústria da defesa, integrando as Forças Armadas e os sistemas de defesa na sociedade, com medidas de inovação (qualidade) e excelência empresarial (responsabilidade social corporativa). Estas relações intraorganizacionais promovem a modernização e profissionalização militar (BRIONES; LABORDA, 2010). Este sistema de conhecimento e inovação gera receitas decorrentes da reestruturação das Forças Armadas e da colaboração civil-militar, o que facilita o bem-estar

socioeconômico (BRIONES PEÑALVER, 2013).

Para desenvolvimentos tecnológicos militares, os atores relevantes incluem empresas de defesa, agências governamentais, serviços militares e o Ministério da Defesa. No setor civil, onde o *know-how* técnico e os ativos necessários para a inovação são frequentemente dispersos entre uma série de empresas, e mesmo quando todos os ativos estão disponíveis dentro de uma empresa, os gerentes geralmente preferem relacionamentos cooperativos com outras firmas para compartilhar riscos e custos (CAGLIANO et al., 2000 apud KULVE; SMIT, 2003, p. 959-960, tradução livre<sup>126</sup>).

Portanto, pode-se inferir que “a aquisição, a cooperação tecnológica internacional e a pesquisa tecnológica nacional pelas forças armadas permitirão o acesso a estados mais avançados da arte da tecnologia, e que isso conduzirá a retornos tecnológicos e maior desenvolvimento nacional” (SILVA; PROENÇA JÚNIOR, 2014, p. 99, tradução livre<sup>127</sup>). Afinal, de acordo com Kennedy (1991), a ascensão e queda das potências, e a alteração do equilíbrio de poder, enfrenta o ritmo do desenvolvimento produtivo, da inovação tecnológica e do crescente custo dos armamentos. Assim, tanto anteriormente quanto agora, persiste o dilema entre o padrão desigual de crescimento econômico (que gera riqueza) e o cenário internacional competitivo, o que força o país a escolher entre uma segurança militar mais imediata e uma segurança econômica a longo prazo.

#### 4.3 EIXO DA GOVERNANÇA

Um pressuposto fundamental das Forças Armadas modernas em qualquer democracia é sua responsabilidade política perante a supremacia civil. Embora a instituição militar seja caracterizada por um relativo alheamento, esta não está desagregada da política e reiteradamente intervêm em assuntos domésticos. O controle democrático diz respeito à função política, à posição dos militares, à integração destes nas democracias, contendo aspectos sociais, institucionais e procedimentais. Portanto, o controle civil é uma condição necessária, mas não suficiente para o controle democrático. O sistema deste último controle é o resultado da interação entre governo, política, história e cultura. Dada esta diversidade, existem diferentes mo-

126 Do original em inglês: “For military technological developments, relevant actors include defence companies, governmental agencies, the military services and the Ministry of Defence. In the civilian sector, where technical know-how and assets required for innovation are often dispersed among a number of companies, and even when all the assets are available within one company, managers often prefer co-operative relationships with other firms in order to share risks and costs”.

127 Do original em inglês: “acquisition, international technological cooperation and domestic technological research by the armed forces will enable access to more advanced states of the art of technology, and that these will lead to technological returns and further national development.”

delos, tanto normativos quanto práticos. Nestes cenários, os militares assumem seu papel como servidores da sociedade civil, funcionários públicos que devem prestar assistência à nação, sendo que as Forças Armadas mantêm certa autonomia institucional, ao mesmo tempo em que as elites políticas exercem o comando através de uma estruturação hierárquica que favorece a população (RUKAVISHNIKOV; PUGH, 2006; HARRIES-JENKINS; MOSKOS, 1981, 1970; BORN, 2006; COTTEY; EDMUNDS; FORSTER, 2001; LUTTWAK, 1999; JOO, 1996). Em síntese, o controle democrático refere-se às normas e padrões que regem as relações entre os militares, a sociedade, as instituições e o poder político, mediadas através da subordinação das Forças Armadas às autoridades eleitas democraticamente.

O controle democrático das forças armadas é uma pré-condição para garantir que a supremacia política das autoridades civis eleitas democraticamente é respeitada; o estado de direito e os direitos humanos são salvaguardados; as forças armadas servem aos interesses da população e gozam de apoio popular e legitimidade; as políticas e capacidades dos militares estão de acordo com os objetivos políticos do país e proporcionais aos seus recursos; e os militares não são mal utilizados para fins políticos (GLISIC; LAMBERT, 2008, tradução livre<sup>128</sup>).

Conforme Born (2006), os objetivos do controle democrático são: (i) proteger os direitos humanos; (ii) alinhar metas políticas e militares; (iii) legitimar o uso da força; (iv) restringir os poderes arbitrários dos militares para evitar um governo autocrático; e (v) equilibrar o imperativo social e funcional para gerenciar o caráter das Forças Armadas. Duas das principais razões para este controle são diminuir a propensão à guerra e justificar o porte de armas para apenas um grupo, legitimando os militares (CARNOVALE, 1997). Contudo, é possível perceber que, na realidade, estas razões são muito mais idealizadas do que concretas.

Especialmente após o fim da Guerra Fria<sup>129</sup>, as derivadas consequências às funções militares no Sistema Internacional e as mudanças nas percepções de segurança e estratégia, tem-se uma maior relevância no que tange a visão sobre o controle democrático das Forças Armadas, não somente entre os países com democracias avançadas, mas também entre aqueles que ainda passam por processos de transição de regime (BORN, 2006). Algumas decorrências desse período foram a onda de democratização e a proliferação de países economicamen-

128 Do original em inglês: “Democratic control of armed forces is a pre-condition for ensuring that the political supremacy of the democratically-elected civilian authorities is respected; the rule of law and human rights are safeguarded; the armed forces serve the interests of the population and enjoy popular support and legitimacy; the policies and capabilities of the military are in line with the country’s political objectives and commensurate with its resources; and the military is not misused for political purposes.”.

129 Para Born (2006), a transição do comunismo para a democracia liberal alterou, conseqüentemente, o controle democrático. Isto pois, durante o comunismo, as Forças Armadas eram lideradas sob a influência de líderes políticos. Em uma democracia liberal, em tese, a instituição militar atua para proteger a constituição e não um partido ou governo específico.



te frágeis (com necessidade, porém, ausência de um controle democrático competente), o uso de normas de gerência dos militares para revigorar a confiança interestatal, a expansão de organizações transnacionais (como a OTAN e a UE) e acordos de paz, prevenção de conflitos e desenvolvimento sustentável que exigem medidas de supervisão das Forças Armadas (GLISIC; LAMBERT, 2008; FEAVER, 1999).

A cadeia de delegação e monitoramento é construída desde o início da estabilização democrática, a partir do momento em que a garantia do governo civil está convencionada, formando um regime político estável e institucionalizado que não ceda à pressão militar. Entretanto, nenhum nível de profissionalismo nas Forças Armadas assegura a conformidade frente ao colapso do regime político civil. Desse modo, o empenho em instaurar o controle civil efetivamente demanda o esforço de manutenção democrática. Em contextos de guerras, o alibi democrático desvanece, dado que a projeção de força e o gerenciamento dos conflitos, via de regra, não apresentam os princípios de transparência e prestação de contas. Todavia, mesmo em democracias consolidadas, o controle democrático pode exercer-se, e frequentemente o faz, tendo em vista interesses pessoais ou partidários e para a supressão da oposição política, assim, apenas uma estrutura de supremacia civil não garante uma transformação de atitudes por parte dos eleitos que objetive a coerência com a democracia (FEAVER, 1999; PERLMUTTER, 1977; RUKAVISHNIKOV; PUGH, 2006). Ainda, a percepção das Forças Armadas sobre assuntos de segurança e defesa e sobre a inserção política pode ser divergente se comparada à da sociedade. Desta forma, a instituição deve ser controlada de modo a assegurar a prossecução dos interesses sociais.

Joo (1996) aponta como instrumentos do controle democrático: (i) a estrutura constitucional elucidativa; (ii) a atribuição parlamentar quanto à legislação e orçamento de defesa; (iii) a transparência na Política de Segurança do Estado; (iv) a responsabilidade hierárquica dos militares, a partir de um órgão civil da administração pública; (v) o profissionalismo nas Forças Armadas que sustente a supremacia civil; (vi) a divisão de tarefas e incumbências políticas e militares; (vii) o papel das Forças Armadas em congruência com as instituições democráticas da sociedade; e (viii) a comunidade de segurança não-governamental composta por acadêmicos, especialistas e assessores de partidos políticos.

Ainda, existem quatro paradigmas/tipos de controle democrático. O primeiro é o controle vertical, o controle parlamentar e governamental exercido pela influência dos líderes po-

líticos e baseado no poder constitucional de controle<sup>130</sup>. O segundo é o controle horizontal, a influência informal e indireta em assuntos de defesa, por meio de instituições sociais<sup>131</sup>, que monitoram as Forças Armadas visando a integração com a sociedade<sup>132</sup>. O terceiro é o autocontrole, o regramento interno das Forças Armadas que garante a obediência, indispensável para a manutenção do monopólio da violência, a salvaguarda da democracia e a internalização de valores democráticos<sup>133</sup>. Além disso, no que diz respeito à temporização, o controle reativo envolve a revisão das políticas de defesa ou auditorias fiscais. O controle proativo indica etapas a serem aplicadas futuramente. Já o controle operacional constitui a intervenção política que ocorre no decorrer das operações militares (GLISIC; LAMBERT, 2008; BORN, 2006).

De acordo com Glisic & Lambert (2008), um sistema eficaz de controle democrático tem como características: (i) o controle civil, onde as autoridades civis têm controle sobre as missões militares, composição, orçamento e políticas de aquisições e a liderança civil define a política das Forças Armadas, apesar dos militares manterem autonomia operacional para atingir as finalidades do Estado; (ii) a governança democrática, que inclui instituições parlamentares e judiciais, forte sociedade civil e mídia independente, os quais supervisionam o desempenho militar, garantindo a prestação de contas e transparência; (iii) a experiência civil, para cumprir a gestão de defesa e as responsabilidades de auditoria, em consonância com a experiência operacional militar; (iii) a não interferência na política doméstica, nem como instituição nem por meio de líderes militares individualmente; (iv) a neutralidade ideológica, não endossando nenhum *ethos* para além da lealdade à nação; (v) o papel mínimo na economia nacional, fornecendo empregos e investindo nos setores econômicos relacionados à defesa, porém, sem competir ou interferir desproporcionalmente no setor industrial civil; (vi) a cadeia de comando eficiente, certificando o cumprimento das leis e regulamentos e o profissionalismo; e (vii) o respeito aos direitos do pessoal militar, tornando os membros livres para exercer sua cidadania. Para a efetivação deste controle em democracias liberais, abre-se espaço para líderes governamentais<sup>134</sup>, especialmente o presidente, e outras partes interessadas, como membros do Parlamento e da administração pública e privada e, também, a fiscalização do Judiciário,

130 Por meio de instrumentos como o controle orçamentário, a legislação, as nomeações de generais, inquéritos parlamentares e poderes de compensação (BORN, 2006).

131 Por exemplo, a mídia, organizações não governamentais, organizações religiosas, institutos de pesquisa, sindicatos militares, institutos de direito civil e militar e provedores de justiça nacionais (BORN, 2006).

132 Este controle é necessário, principalmente, em países que aboliram a conscrição (BORN, 2006).

133 O autocontrole sinaliza a responsabilidade social dos militares e os direitos humanos, oficializados por meio da educação e do treinamento (BORN, 2006).

134 Desta forma, há uma relação assimétrica de poder entre os líderes políticos e militares, onde os primeiros possuem poder formal enquanto os últimos possuem informação, experiência, conexões e alianças (BORN, 2006).

bem como da mídia e das organizações da sociedade civil, conforme mostra o Quadro 2. Assim sendo, estes atributos são implementados através de mecanismos institucionais e não-institucionais (KOHN, 1997; VANKOVSKA, 2000).

O controle democrático é sempre um processo bidirecional de interação entre a elite militar e as autoridades civis (relações militares-governo), bem como entre os militares como um todo e sua sociedade anfitriã em geral (relações militares-sociedade). O governo democrático, a autoridade executiva civil, tem o poder de determinar o tamanho, tipo e composição das forças armadas; definir as doutrinas e conceitos militares e de segurança nacional das reformas militares; propor orçamentos; e assim por diante; para o qual precisa de confirmação pelo legislativo. Nessas atividades, conta com a experiência de especialistas civis e militares. Portanto, os representantes do *establishment* militar sempre têm grande influência no processo de tomada de decisão. E os generais podem – e devem, se necessário – expressar opiniões opostas ou críticas no debate interno sobre as principais opções estratégicas no parlamento e no governo (RUKAVISHNIKOV; PUGH, 2006, p. 136, tradução livre<sup>135</sup>).

**Quadro 2** – Principais funções dos atores envolvidos no controle democrático

	<b>Atores</b>	<b>Papel principal</b>	<b>Funções</b>
<b>Legislativo</b>	Parlamento e comissões relevantes (segurança e defesa, orçamento, etc.)	Legalidade e legitimidade	- Definição das diretrizes básicas da política - Adoção de constituição, leis e supervisão de orçamento por meio de ‘controle de bolsa’, audiência e debates
<b>Executivo</b>	Governo, primeiro-ministro, presidente, conselho nacional de defesa/segurança, ministérios da defesa, das finanças e de assuntos internos e externos	Eficácia e eficiência	- Desenvolvimento e implementação da Política de Segurança - Gestão de planejamento de força e controle financeiro
<b>Judiciário</b>	Tribunal constitucional, supremo tribunal, tribunal de recurso, tribunais inferiores e gabinetes de acusação, ouvidorias e órgãos de auditoria independentes	Estado de direito e respeito pelos direitos humanos	- Proteção da constituição e das leis - Administração da justiça no setor de segurança - Investigação e resolução de reclamações relatadas por cidadãos
<b>Mídia e sociedade</b>	Mídia, organizações não governamentais, institutos de pesquisa, grupos de reflexão, especialistas independentes, partidos políticos e atores corporativos relacionados à segurança	Transparência, responsabilidade, educação e capacitação	- Debate público e supervisão - Desenvolvimento de política de segurança - Treinamento e conscientização - Supervisão financeira

135 Do original em inglês: “Democratic control is always a two-way process of interaction between the military elite and the civil authorities (military-government relations) as well as between the military as a whole and its host society at large (military-society relations). The democratic government, the civilian executive authority, has the power to determine the size, type, and composition of the armed forces; to define the military and national security doctrines and concepts of military reforms; to propose budgets; and so on; for which it needs confirmation by the legislature. In these activities it has to rely on the expertise of civilian and military experts. Therefore, representatives of the military establishment always have great influence on the decision-making process. And generals can—and should, if needed—express opposing or critical views in the internal debate on the main strategic options both in parliament and government”.

<b>Forças Armadas</b>	Inspetoria militar, tribunais militares, Estado-maior, corpo de oficiais e pessoal alistado	Autocontrole, neutralidade e profissionalismo	- Controle interno - Proteção dos direitos humanos - Respeito pelas leis e padrões profissionais
-----------------------	---	---	--

Fonte: adaptado e traduzido de Glisic & Lambert (2008),

Em contrapartida, Janowitz (1960) sugere que, na impossibilidade ou desinteresse de isolar os militares da política nacional, essa inserção e formação seja moderada por representantes dos partidos políticos. Desse modo, “o oficial será favorável ao controle político civil porque ele saberá que os civis apreciam as tarefas e responsabilidades de sua profissão; além do mais, ele será integrado na sociedade civil porque compartilha seus valores comuns” (CAFORIO, 2006, p. 18, tradução livre<sup>136</sup>). Isto pois, quando há instituições fracas no sistema, os militares desenvolvem um senso de serviço público e tutela nacional, a partir de seu treinamento e experiência, em um sentido “suprapolítico”, dada a desconfiança dos políticos profissionais (CAFORIO, 2006; KALDOR, 1976). Assim, a manutenção permanente das Forças Armadas sustenta os objetivos de Política Externa, mas também lida com a desordem doméstica em circunstâncias extraordinárias, quando há incapacidade governamental de resolver problemas internos e apoiar os objetivos nacionais, especialmente nos países nos quais as instituições civis e a identidade nacional não estão completamente desenvolvidas (SILLS, 1972).

Em Estados pós-autoritarismo e pós-conflito, o controle democrático enfrenta desafios: (i) a falta de consenso entre as comunidades e as instituições políticas; (ii) a ausência de legitimidade em instituições civis e militares, com a marginalização da sociedade; (iii) a presença de grupos rebeldes não-integrados às Forças Armadas e grupos armados não estatutários; (iv) a inexistência de capacidade gerencial e supervisão civil e a baixa consciência sobre questões de defesa; (v) a resistência militar à reformas; (vi) a desconfiança pública dos militares, em virtude do histórico de abuso e impunidade; (vii) a carência de recursos; e (viii) a violência residual junto ao comportamento predatório contra a população. Nestes cenários, algumas providências possíveis são: (i) o estabelecimento de mecanismos de reconciliação com a sociedade; (ii) o desarmamento, desmobilização e reintegração de ex-combatentes; (iii) a despolitização do comando militar e a reorientação das funções; e (iv) a reconstrução de capacidades de gestão, supervisão e perícia (GLISIC; LAMBERT, 2008).

<sup>136</sup> Do original em inglês: “the officer will be favorable to civilian political control because he will know that civilians appreciate the tasks and responsibilities of his profession; in addition, he will be integrated in civil society because he shares its common values”.

Tendo isto em vista, infere-se que, mesmo tratando-se de sociedades democráticas avançadas, uma organização militar absolutamente apolítica é a-histórica e irreal. Os soldados profissionais representam as lealdades institucionais e corporativas, mas, também, interesses pessoais. Por conseguinte, as Forças Armadas são uma constante preocupação em seja qual for a sociedade, cabendo às instituições que administram o controle democrático a verificação dos parâmetros dentro dos quais os militares podem mediar interesses políticos e sociais (SARVAS, 1999; SARKESIAN, 1981).

#### 4.4 EIXO DA DEFESA

Para Clausewitz (2007), a guerra pode ser entendida de quatro pontos de vista de principais: (i) a guerra como atividade humana, a perspectiva do soldado; (ii) a guerra como disputa entre exércitos, a perspectiva da estratégia; (iii) a guerra como instrumento de política nacional, a perspectiva do estadista; e (iv) a guerra como comportamento social, a perspectiva do observador não-participante. Desse modo, a relação entre guerra e política existe por causa dos conflitos de interesses dos Estados. Portanto, a Política Externa e de Segurança e o confronto militar são empregados para promover os objetivos do país, tanto de sobrevivência quanto de conquista nacional, derrubando ou restaurando o equilíbrio de poder e resolvendo, maiores ou menores, disputas.

A retroalimentação entre a Política Externa e de Segurança e o confronto armado é expressa na doutrina militar dos países. Esta fundamenta-se nas capacidades militares atuais do Estado, abordando o contexto estratégico da aplicação da força e unindo os aspectos de comando para a obtenção da vitória com o menor custo possível. Ainda, indica os planos sobre como e quando, para quais propósitos e em que condições deve-se empregar a violência. Portanto, a doutrina é a institucionalização do funcionamento das operações militares, mas também se relaciona com a estratégia, para planejar o alcance de metas específicas, e com a tática, designando as diferentes técnicas para a utilização de armamentos e unidades militares no campo de batalha. A construção doutrinária considera a história, a tecnologia, a existência de ameaças, os recursos e as decisões políticas quanto às missões das Forças Armadas. A título de exemplo, esta breve seção apresentará alguns aspectos das últimas doutrinas militares dos Estados Unidos, lembrando que o propósito argumentado pela Política Externa e de Segurança do país é a defesa da constituição, para impedir a guerra por meio da dissuasão e, na falha

desta, obter uma vitória rápida e decisiva dentro e fora do teatro de operações (SAGAN, 2000; HOIBACK, 2013; USA, 1993).

Após a Guerra do Vietnã, o Exército dos Estados Unidos passou por uma reorganização administrativa. A partir disso, em 1973, foi criado o Comando de Treinamento e Doutrina do Exército dos Estados Unidos (*United States Army Training and Doctrine Command – TRADOC*), instituição que assumiu, desde então, a formulação doutrinária do Exército do país. Em 1976, surgiu a Doutrina da Defesa Ativa para lidar com a probabilidade das forças da OTAN no Fronte Central da Europa serem atacadas pelas forças (quantitativamente superiores) do Pacto de Varsóvia, dada a nova ordem de letalidade das armas. Esta doutrina é descrita como uma estratégia defensiva de atrito, para posterior ataque em profundidade sobre as reservas inimigas, ressaltando as vantagens da guerra blindada e da combinação das Armas. Entretanto, não havia consenso sobre a efetividade desta a longo prazo e, por isso, esta foi substituída (LOCK-PULLAN, 2006; MEARSHEIMER, 1981/1982; TRIZOTTO, 2018)

A doutrina sucessora é a da Batalha AeroTerrestre (*AirLand Battle*), inserida no *Field Manual 100-5*, original de 1982, quando o TRADOC estava sob o comando do General Don Starry. A Batalha AeroTerrestre salienta os ataques simultâneos na frente de combate, aplicando (como na Defesa Ativa) a profundidade na retaguarda do adversário e a coordenação próxima das Forças, principalmente a aérea e a terrestre. A novidade é que estes ataques se caracterizam pelas manobras de ação indireta e os ataques aéreos decapitantes e de interdição, baseando-se nas tecnologias do computador, do sicílio e da fibra óptica. A primeira aplicação em massa desta doutrina ocorreu na Guerra do Golfo de 1990-1991, especialmente na Operação Tempestade no Deserto (*Desert Storm*), no Iraque, cuja intenção primária era destruir a Força Aérea do país e sua infraestrutura de defesa (USA, 1993; TRIZOTTO, 2018; BEAL, 2017).

Em 2001, por meio do *Field Manual 3-0*, inseriu-se a Doutrina das Operações de Espectro Total (*Full Spectrum Operations*) pra enfrentar os potenciais adversários que constituem tanto forças terrestres militares quanto paramilitares. Nesta conjuntura, alegou-se que estas forças buscavam reter o poder, coagir e controlar suas populações e expandir sua influência para além de suas fronteiras. A resposta estadunidense foi o estabelecimento da presença e implantação direta, bem como de uma reação rápida e flexível, tendo como princípios a iniciativa, a agilidade, a profundidade, a sincronia e a versatilidade. Estas operações são consideradas decisivas por abordarem ações ofensivas, defensivas, de estabilização e de suporte. Os

elementos indispensáveis para esta doutrina são a manobra, a liderança, o poder de fogo, a proteção, a consciência situacional e a informação, para abranger áreas terrestres, aéreas, marítimas, subterrâneas, psicológicas e bio e cibertecnológicas (USA, 2001).

Já a Batalha MultiDomínio (*Multi-Domain Battle*) foi oficializada pelo General David G. Perkins, em 2018, e tem como objetivos: (i) ganhar acesso, em conjunto com aliados, às áreas estratégicas, para obter uma vantagem operacional e proporcionar uma logística, um poder de fogo e um suporte de comando e controle adequados; (ii) estabilizar (no sentido de evitar a fratura) a estrutura operacional, a partir do domínio aéreo e terrestre; e (iii) permitir a manobra e os outros elementos indispensáveis (como citados acima) para habilitar a liberdade de ação de forças-tarefa. Esta doutrina reitera a estrutura de retaguarda, proximidade e profundidade da Batalha AeroTerrestre, mas expande-a, no contexto do espaço físico-geográfico, para as áreas de suporte estratégico, operacional e de fogo. Além disso, a Batalha MultiDomínio manifesta suas capacidades, também, nos níveis da guerra no ciberespaço, gerando um conflito de alta intensidade (PERKINS; HOLMES, 2018).

#### 4.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

O modelo teórico proposto neste capítulo objetiva explicar o papel social e político das Forças Armadas. O eixo da interação com a sociedade demonstra o vínculo das Forças Armadas com a população. O afastamento entre estas partes pode trazer vantagens e desvantagens, havendo uma clivagem ideal que gera a compatibilização das relações entre militares e civis. Esta interação é afetada pelo papel da mídia, do ambiente político, dos valores culturais, da ética e da moralidade (alteradas conforme a conjuntura), que promovem a transformação das atitudes, tanto das Forças Armadas quanto da sociedade. O eixo dos recursos necessários para o funcionamento da instituição indica que a tecnologia e a economia colocam-se de maneira bidirecional entre os militares e a sociedade civil, sendo que o incremento de ambas é favorável aos dois lados. Ainda, a modernização das Forças Armadas é reflexo, também, das transformações nestes fatores, geradas através da cooperação científica e da produção industrial.

O eixo da governança das Forças Armadas integra o controle democrático, que busca alinhar a política militar e o sistema político, diminuindo a propensão a conflitos e regimes autoritários. As modificações nas percepções de segurança e nas funções militares no pós-Guerra Fria incitaram processos de democratização que exigem uma cadeia de comando e

monitoramento, valendo-se de instrumentos como a legislação, a transparência, a hierarquia e o envolvimento da mídia e do Judiciário, fatores a serem implantados em países após conflitos. Por fim, o eixo da defesa nacional é mais diretamente associado aos militares e é evidenciado por meio da doutrina militar. No caso dos Estados Unidos, a partir de 1976, sucederam-se as doutrinas da Defesa Ativa, da Batalha AeroTerrestre, das Operações de Espectro Total e da Batalha MultiDomínio.



## 5 CONCLUSÃO

O desenvolvimento desta dissertação analisou o papel social e político das Forças Armadas, visando a proposição de um modelo teórico explicativo. Ao discutir a relação entre os militares, a sociedade e a política, buscou-se compreender a instituição a partir de uma interpretação ampla, tendo em vista a conjuntura de ascensão política e de modificação do propósito social dos militares. Esta conclusão intenta retomar brevemente os principais aspectos elencados nos capítulos anteriores. Espera-se que, no decorrer do trabalho, esses papéis tenham sido examinados satisfatoriamente.

O capítulo 1 abordou o papel social das Forças Armadas. Este restringe-se, em sua essência, ao nível interno de atuação dos militares, uma vez que sua ingerência, bem como as consequências decorrentes desta, refletem-se diretamente na sociedade. A instituição militar incorpora um sistema social, cuja importância e finalidade repercute a atual orientação ocupacional, uma disposição de negócios, habilidades e interesses individuais. As convergências e divergências com a sociedade perpassam a hodierna reestruturação das Forças Armadas, em relação à autoridade, à descentralização e autonomia, ao profissionalismo, ao recrutamento e à extensão de seu tamanho.

As relações civis-militares proporcionam tensões, mas também harmonia entre as Forças Armadas e a sociedade. Estas relações englobam a identidade e independência institucional, o vínculo com o regime político, a supremacia civil e a tendência neutra ou partidária dos militares. As diferentes atribuições dos líderes militares, dos civis, das organizações domésticas e internacionais e o dever cidadão interferem na dinâmica de conflito e cooperação entre as partes. A ética e a moralidade das Forças Armadas implicam o *ethos* guerreiro, o caráter e o comportamento dos militares, como a hierarquia e a disciplina. A coesão e a eficácia da instituição abarcam a ideologia, como o patriotismo, a obediência, a honra e o *status*, seja em uma linha política ou latente e abstrata. Todos estes elementos retratam condições sociais e são concomitantes. Estes fatores envolvem a razão, o espírito, a coragem, a virtude e as responsabilidades.

O desenvolvimento tecnológico, visto ao longo da história, resulta do avanço das tecnologias, tanto civis quanto militares, e da inovação, seja sustentada ou disruptiva. Este desenvolvimento altera-se conforme há cooperação ou concorrência entre a sociedade e as Forças Armadas. O trabalho conjunto viabiliza as tecnologias de uso dual, o maior progresso (media-

do pelas transições tecnológicas) da Pesquisa & Desenvolvimento e da ciência, a transferência das tecnologias entre os setores militares e civis (por meio do *spin-in* e do *spin-off*) e a velocidade da difusão destas ferramentas. A economia de defesa representa o elo entre poder e riqueza, dadas as capacidades militares e administrativas e as lógicas territoriais e capitalistas. O contraste entre os diferentes países espelha a desigualdade nos níveis de produtividade e nas taxas de crescimento econômico. A economia de guerra incorpora a mobilização dos recursos nacionais para o combate. Por outro lado, a indústria de defesa (que corresponde, por exemplo, ao orçamento, aos suprimentos e às aquisições) considera os recursos nacionais necessários à guerra e que, da mesma forma, são vantajosos em períodos pacíficos. A expansão deste meio é ofertada através do complexo militar-industrial.

O capítulo 2 tratou do papel político das Forças Armadas. Este desenvolve-se nos âmbitos interno e externo. A cultura política diz respeito aos valores da população, como o militarismo, o patriotismo, o conservadorismo e o altruísmo. A socialização e o ambiente sociopolítico impactam o profissionalismo e o desempenho dos militares. A confiança nas Forças Armadas manifesta-se na legitimidade institucional. Nesse sentido, a opinião pública delinea os incentivos e constrangimentos aos governantes, no que tange as questões militares.

O controle civil é a estrutura que garante a soberania popular e a supremacia civil sob as Forças Armadas, o qual pode ser aplicado mediante o profissionalismo, a legislação e a cadeia de comando. Este controle pode ser subjetivo, pela maximização do poder social, ou objetivo, pela autonomia e separação da política. A rigidez desta gestão relaciona-se com a intensidade das ameaças internas e externas. A especialização dos militares, as restrições constitucionais, a burocratização e a interação com outras agências são alguns mecanismos para efetivar este monitoramento. O autoritarismo e democracia conduzem o sistema político e o emprego da força. O pretorianismo, os regimes militares e os golpes de Estado utilizam a coerção e a vigilância e intervêm na política, alegando a garantia da ordem e o combate à ameaças. As transições políticas e os processos de democratização estabelecem direitos e instituições reguladoras, como os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Nesse contexto, a democracia liberal é solidificada pelas eleições e a elite militar no poder materializa discursos autoritário-populistas.

A Política Externa e de Segurança, rodeada pelo Sistema Internacional, confere a defesa dos interesses nacionais e representa-os em organizações políticas internacionais, um multilateralismo diplomático que fornece, por exemplo, ajuda humanitária e a manutenção de

operações de paz, ou em coalizões securitárias, um multilateralismo militar para travar guerras ou interferir em crises e conflitos internos de outros países. A reestruturação e renovação das Forças Armadas e a transformação militar nas décadas recentes, por conseguinte, produziram as novas missões militares. O confronto militar originou-se em conjunto com as civilizações e concretizou, pelo exercício ofensivo e defensivo, a expansão e proteção de territórios. As gerações da guerra moderna atravessaram a tática de linhas e colunas, a guerra de posições, a guerra de manobra e a guerra descentralizada. Os princípios da guerra absoluta e o escalonamento da guerra real foram sucedidos pela guerra total, que afeta diretamente a sociedade civil, e pela exploração dos componentes psicológicos e comportamentais. Em voga até os dias de hoje, estes somaram-se ao avanço de uma geração, caracterizada pela hibridez e pela rede, com a introdução de atores não-estatais, de novas tecnologias, especialmente as alusivas à informação, e do ciberespaço.

O capítulo 3 expôs o modelo teórico proposto nesta dissertação, que explica o papel social e político das Forças Armadas recorrendo a uma sistematização em quatro eixos. O eixo da interação com a sociedade conecta as relações civis-militares, a cultura política e a ética e moralidade. Esta interação expressa a afinidade e as clivagens entre militares e civis, o que remete aos valores, à legitimidade, à politização, à cidadania e às predileções da população e das Forças Armadas. Estes parâmetros são influenciados pela mídia, pelo cenário político, pela cultura, pela ética, pelo *ethos*, pela mentalidade e pela moralidade militar. O eixo dos recursos necessários para o funcionamento da instituição associa o desenvolvimento tecnológico e a economia de defesa. A força econômica, proveniente da produção, e o poderio militar, baseado nos sistemas de armas, devem equilibrar-se para dosar o crescimento da renda e a segurança estratégica. A industrialização e o investimento na pesquisa, na inovação e nos produtos civis e bélicos fomenta a retroalimentação entre os meios tecnológicos e econômicos, que é benéfica para a população e para os militares.

O eixo da governança das Forças Armadas liga o controle civil e o autoritarismo e democracia. Nesta perspectiva, este abrange o controle democrático, que integra noções normativas e práticas, balanceando a autonomia e a subordinação, protegendo direitos e poderes e acomodando fins políticos e militares, com o intuito de minimizar o autoritarismo e os conflitos armados. A cadeia de delegação das funções é reiterada por diversos instrumentos, legalizados ou não, e inclui atores dos três poderes, da mídia e da instituição militar. Em circunstâncias autoritárias e conflituosas deve-se providenciar a instauração de supervisão e perícias, a

reconciliação com a sociedade e o desarmamento e despolitização dos combatentes. O eixo da defesa nacional concatena a Política Externa e de Segurança e o confronto militar. A doutrina militar declara esta junção ao reconhecer os objetivos políticos e prescrever a efetuação destes nas operações militares. Para elucidar esta confluência, indicou-se as últimas doutrinas dos Estados Unidos, que são a Defesa Ativa, a Batalha AeroTerrestre, as Operações de Espectro Total e a Batalha MultiDomínio.

Por este percurso, a investigação do papel social e político das Forças Armadas pretendeu enfatizar que estas reiteradamente relacionam-se com a sociedade e comprometem-se com o sistema político. Tendo em vista a aproximação do militarismo aos partidos políticos e governos, os graus distintos de engajamento social dos militares em cada nação e o impacto da transformação militar na instituição e no modo de combate, esta dissertação considerou pertinente assimilar e discorrer sobre a relevância contemporânea das Forças Armadas.

O modelo teórico proposto neste trabalho precisa, no entanto, ser validado empiricamente. Pesquisas futuras podem analisar o envolvimento da instituição militar com a sociedade e a política em distintos países, levando a um estudo empírico *cross-national*, a partir das dimensões e do modelo teórico. Ainda, é plausível servir-se deste modelo para conduzir estudos de caso, regionais ou globais. Além disso, a abordagem interdisciplinar permite o estudo de questões institucionais, de valores e políticas públicas, de democracia e eleições, de discursos e regimes autoritários, entre outras, contribuindo com avanços teóricos e empíricos no conhecimento do papel, sempre em mutação, das Forças Armadas na sociedade e na política.

## REFERÊNCIAS

- AGUERO, F. **Soldiers, Civilians, and Democracy**: Post-Franco Spain in Comparative Perspective. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1995.
- ALBERTS, David S.; GARSTKA, John J.; STEIN, Frederick P. **Network centric warfare**: developing and leveraging information superiority. Washington D.C.: National Defense University Press, 1999.
- ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney. **The civic culture**: political attitudes and democracy in five countries. Newbury Park: Sage, 1989.
- ARCHER, Christon I.; FERRIS, John R.; HERWIG, Holger H. **World History of Warfare**. Lincoln: University of Nebraska Press, 2008.
- ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações**. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2002.
- ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX**: Dinheiro, Poder e as Origens de Nosso Tempo. São Paulo: Editora Unesp, 1996.
- BACHMAN, Jerald G.; SIGELMAN, Lee; DIAMOND, Greg. Self-selection, socialization and distinctive military values: attitudes of High School Seniors. **Armed Forces & Society**, v. 13, n. 2, 1987, p. 169-187.
- BAIROCH, P. International Industrialization Levels from 1750 to 1980. *Journal of European Economic History*, v. 11, ed. 2, 1982.
- BAYLIS, John et al. **Strategy in the Contemporary World**: an introduction to strategic studies. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- BEAL, Luana Isabelle. **A Blitzkrieg e a Transição Tecnológica**: decorrências para a Alemanha nos níveis do planejamento de guerra. 2017. 90 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- BELLAIS, R.; GUICHARD, R. Defense Innovation, Technology Transfers and Public Policy. **Defence and Peace Economics**, v. 17, n. 3, 2006, p. 273-286.
- BELLIN, E. The Robustness of Authoritarianism in the Middle East: Exceptionalism in Comparative Perspective. **Comparative Politics**, v. 36, n. 2, 2004, p. 139-157.
- BENOIT, Emile. **Defence and Economic Growth in Developing Countries**. Lexington: Lexington Books, 1973.

- BERNSTEIN, Michael A.; WILSON, Mark R. New perspectives on the history of the military-industrial complex. **Enterprise and Society**, v. 12, n. 1, 2001, p. 1-9.
- BIDDLE, Stephen. **Military power**: explaining victory and defeat in modern battle. Princeton: Princeton University Press, 2004.
- BLAIR, Dennis C. Military Support for Democracy. **Prism**, v. 3, n. 3, 2012, p. 3-16.
- BLAND, D. L. A unified theory of civil-military relations. **Armed Forces & Society**, v. 26, n. 1, 1999, p. 7-25.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade**: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BORN, Hans. Democratic Control of Armed Forces: Relevance, Issues, and Research Agenda. In: CAFORIO, Giuseppe (Ed.). **Handbook of the Sociology of the Military**. New York: Springer, 2006, p. 151-166.
- BOUCHARD, J. **Command in Crisis**: Four Case Studies. New York: Columbia University Press, 1991.
- BOYD, John. **Patterns of Conflict**. Apresentado pela primeira vez em 1986. Disponível em: <<http://www.ausairpower.net/JRB/poc.pdf>>. Acesso em: 03 de março de 2021.
- BRADFORD, Alfred S. **With Arrow, Sword, and Spear**: A History of Warfare in the Ancient World. London: Praeger Publishing: 2001.
- BRIONES PEÑALVER, Antonio Juan. The economics of security and defence: Transfer of knowledge and innovation related to the defence industry. **Revista del Instituto Español de Estudios Estratégicos**, v. 2, 2013, p. 1-22.
- BRIONES, A. J.; LABORDA, F. Capacidades de innovación tecnológica en empresas relacionadas con la Industria de Defensa. **Revista de Economía Industrial**, v. 378, 2010, p. 135-146.
- BROOKS, Risa A.; STANLEY, Elizabeth A. **Creating Military Power**: The Sources of Military Effectiveness. Redwood City: Stanford University Press, 2007.
- BRUNEAU, Thomas C.; MATEI, Florina Cristiana. **The Routledge Handbook of Civil-Military Relations**. London: Routledge, 2013.
- BRZOSKA, Michael. Trends in global military and civilian research and development (R&D) and their changing interface. **Proceedings of the International Seminar on Defence Finance and Economics**, 2006, Nova Deli, p. 1-25.

- BUENO, E. La Sociedad del Conocimiento: Una realidad inacabada. In: MICHELI, J.; MEDELLÍN, E.; HIDALGO, A.; JASSÓ, J. (Coords.). **Conocimiento e Innovación: Retos de la Gestión Empresarial**. Ciudad de México: Plaza y Valdés Editores, 2008, p. 25-55.
- BURK, James. The Decline of Mass Armed Forces and Compulsory Military Service. **Defense Analysis**, v. 8, n. 1, 1992, p. 45-49.
- \_\_\_\_\_. The citizen soldier and democratic societies: a comparative analysis of America's revolutionary and civil wars. **Citizenship Studies**, v. 4, 2000, p. 149-165.
- \_\_\_\_\_. Theories of Democratic Civil-Military Relations. **Armed Forces & Society**, v. 29, n. 1, 2002, p. 7-21.
- BUSZA, E. Transition and civil-military relations in Poland and Russia. **Communist Post-Communist Studies**, v. 29, n. 2, 1996, p. 167-184.
- CAFORIO, Giuseppe (Ed.). **Handbook of the Sociology of the Military**. New York: Springer, 2006.
- CAPARINI, Marina; FLURI, Philipp. Mapping Civil Society in Defence and Security Affairs: An Agenda for Research. **The Quarterly Journal**, v. 1, n. 4, 2002, p. 51-62.
- CARR, Edward Hallett. **The Twenty Year's Crisis, 1919-1939: An Introduction to the Study of International Relations**. London: The Macmillan Press LTD, 1939.
- \_\_\_\_\_. **Nationalism and After**. London: Macmillan & Co. LTD, 1945.
- CARVALHO, Débora Cristina de. **O Estado Beligerante: um estudo da formação do conceito na obra de Fred J. Cook e Herbert Marcuse**. 2010. 278 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara.
- CASTRO, Henrique C. de Oliveira de; SANTOS, Débora de Oliveira; BEAL, Luana Isabelle. A insatisfação política e a ascensão do autoritarismo-populista: uma análise da América do Castro, Henrique Carlos de Oliveira de. **Cultura política comparada: democracia e mudanças econômicas: Brasil, Argentina e Chile**. Brasília: Verbena, 2014.
- CHALLANS, Timothy L. **Awakening Warrior: Revolution in the Ethics of Warfare**. Albany: State University of New York Press, 2007.
- CHAN, Steve; SAFRAN, William. Public Opinion as a Constraint against War: Democracies' Responses to Operation Iraqi Freedom. **Foreign Policy Analysis**, v. 2, n. 2, 2006, p. 137-156.
- CLAUSEWITZ, Carl Von. **On War**. New York: Oxford University Press, 2007.
- COATES, Charles H.; PELLEGRIN, Roland J. **Military Sociology: A Study of American Military Institutions and Military Life**. University Park: Social Science Press, 1965.

- COHEN, E. **Supreme Command: Soldiers, Statesmen, and Leadership in Wartime**. New York: The Free Press, 2002.
- COHEN, Eliot A. Why the Gap Matters. **The National Interest**, n. 61, 2000, p. 38-48.
- COMTE, Auguste. **Cours de Philosophie Positive**. Turin: UTET, 1967.
- COOK, Fred J. The Warfare State. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 351, 1964, p. 102-109.
- COTE, Owen. **The Politics of Innovative Military Doctrine: The US Navy and Fleet Ballistic Missiles**. 395 f. 1996. Tese (Doctor of Philosophy in Political Science) – Massachusetts Institute of Technology, Cambridge.
- COTTEY, A.; EDMUNDS, T.; FORSTER, A. **Democratic Control of the Military in Post-communist Europe: Guarding the Guards**. Basingstoke: Palgrave, 2001.
- COVARRUBIAS, Jaime García. Os Três Pilares de Uma Transformação Militar. **Military Review**, v. LXXXVII, n. 6, 2007, p.16-24.
- COWAN, R., FORAY, D. Quandaries in the economics of dual technologies and spillovers from military to civilian research and development. **Research Policy**, v. 24, n. 6, 1995, p. 851-868.
- COX, R. Civil society at the turn of the millennium: prospects for an alternative world order. **Review of International Studies**, v. 25, n. 1, 1999, p. 3-28.
- CREAVEN, Sean. **Marxism and Realism: a materialistic application of realism in social sciences**. London: Routledge, 2000.
- D'HONDT, Jacques. **Hegel y el hegelianismo**. Ciudad de México: Publicaciones Cruz O., 2010.
- DAHLING, J.; WHITAKER, B.; LEVY, P. The Development and Validation of a New Machiavellianism Scale. **Journal of Management**, n. 35, 2009, p. 219-257.
- DAMROSCH, L. Constitutional control over war powers: a common core of accountability in democratic societies?. **University of Miami Law Review**, v. 50, oct., 1995, p. 181-99.
- DANDEKER, Christopher. Building flexible forces for the 21st century: key challenges for the contemporary armed services. In: CAFORIO, Giuseppe (Ed.). **Handbook of the Sociology of the Military**. New York: Springer, 2006, p. 405-416.
- DANOPOULOS, Constantine. Introduction. In: DANOPOULOS, Constantine; ZIRKER, Daniel (Eds.). **The military and society in the former Eastern bloc**. Boulder: Westview Press, 1999, p. 2-7.



- DEPP, Alex. Hybrid War: Old Concept, New Techniques. **Small Wars Journal**, online, 2 de março de 2015. Disponível em: <smallwarsjournal.com/jrnl/art/hybrid-war-old-concept-new-techniques>. Acesso em: 15 de março de 2021.
- DESCH, Michael C. Soldiers, States, and Structures: the end of the Cold War and the weakening of U.S. civilian control. **Armed Forces & Society**, v. 24, n. 3, 1998, p. 389-405.
- DUFFIELD, John S. Political Culture and State Behavior: Why Germany Confounds Neorealism. **International Organization**, v. 53, n. 4, p. 765-803, 1999.
- DUNNE, J. Paul; SKÖNS, Elisabeth. The Military Industrial Complex. In: TAN, Andrew (Ed.). **The Global Arms Trade**. London: Routledge, 2010.
- DUNNIGAN, James F. **Digital Soldiers**. Nova Iorque: St. Martin's Press, 1996.
- \_\_\_\_\_. **How to Make War**. New York: Harper Collins, 2003.
- EASTON, David. **A Systems Analysis of Political Life**. New York: John Wiley, 1965.
- ECKSTEIN, Harry. **Congruence Theory Explained**. UC Irvine: Center for the Study of Democracy, 1997.
- EDWARDS, M.; HULME, D. (Eds.). **Non-governmental organisations – performance and accountability: beyond the magic bullet**. London: Earthscan, 1995.
- EISENHOWER, Dwight D. Farewell Address. **New York Times**, 18 de janeiro de 1961, p. 22.
- ELRON, Efrat; SHAMIR, Boas; BEN-ARI, Eyal. Why Don't They Fight Each Other? Cultural Diversity and Operational Unity in Multinational Forces. **Armed Forces & Society**, v. 26, n. 1, 1999, p. 73-97.
- ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring: Herr Eugen Dühring's Revolution in Science**. London: Lawrence & Wishart Limited, 1936.
- \_\_\_\_\_. O Papel da Violência na História. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich; LENIN, Vladimir. **Escritos Militares**. São Paulo: Global Editora, 1981, p. 151-160.
- FARRELL, Theo. Strategic culture and American Empire. **SAIS Review**, v. 25, n. 2, 2005, p. 3-18.
- FARRELL, Theo; TERRIFF, Terry (Eds.). **The Sources of Military Change: Culture, Politics, Technology**. London: Lynne Rienner Publishers, 2002.
- FEAVER, Peter D. Crisis as Shirking: An Agency Theory Explanation of the Souring of American Civil-Military Relations. **Armed Forces & Society**, v. 24, n. 3, 1998, p. 407-434.
- \_\_\_\_\_. Civil-military relations. **Annual Review of Political Science**, v. 2, 1999, p. 211-241.

- \_\_\_\_\_; KOHN, Richard H. The Gap: Soldiers, Civilians and their Mutual Misunderstanding. **The National Interest**, n. 61, 2000, p. 29-37.
- FINER, Samuel. **The Man on Horseback: The Role of the Military in Politics**. Abingdon: Routledge, 2017.
- FLÜCKIGER, Samuel. Armed forces, civil society and democratic control: concepts and challenges. **International Peace Bureau**, feb. 2008, p. 1-31.
- FOWLER, Eric Stephen. **Culture and Military Effectiveness: How Societal Traits Influence Battle Outcomes**. 2016. 253 f. Dissertation (Doctor of Philosophy) - Graduate Program in International Studies, Old Dominion University, Norfolk.
- FRANKIE, Volker; HEINECKEN, Lindy. Adjusting to peace: military values in a cross-national comparison. **Armed Forces & Society**, v. 27, n. 4, 2001, p. 567-595.
- FUKUYAMA, Francis. Reconsidering the Transition Paradigm. **Journal of Democracy**, v. 25, n. 1, 2014, p. 86-100.
- GALASTRI, Leandro. A violência política no pensamento de Antonio Gramsci (Quaderni del carcere: 1929-1935). **Revista de Ciências Sociais**, v. 50, n. 2, 2019.
- GALLUP, George. How important is public opinion in time of war?. **Proceedings of the American Philosophical Society**, v. 159, n. 4, 2015, p. 440-444.
- GAUBATZ, Kurt T. **Elections and War: The Electoral Incentive in the Democratic Politics of War and Peace**. Stanford: Stanford University Press, 1999.
- GIDDENS, Anthony. **The Nation-State and Violence: Volume Two of a Contemporary Critique of Historical Materialism**. Cambridge: Polity Press, 1985.
- \_\_\_\_\_. **Política, Sociologia e Teoria Social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo**. São Paulo: Editora Unesp, 1998.
- GILPIN, Robert. **War and Change in World Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.
- GLISIC, Jamina; LAMBERT, Alexandre. Democratic Control of Armed Forces. **Geneva Centre for the Democratic Control of Armed Forces Backgrounder**, v. 5, 2008, p. 1-7.
- GOFFMAN, Erving. **Asylums, Essays on the Social Situation of Mental Patients and Other Inmates**. New York: Doubleday, 1961.
- \_\_\_\_\_. **Strategic Interaction**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1969.
- GRAMSCI, Antônio. **Cuadernos de la cárcel: Tomo 3**. Cidade do México: Ediciones Era, 1984.

- \_\_\_\_\_. **Cuadernos de la cárcel**: Tomo 4. Ciudad de México: Ediciones Era, 1986.
- GUMMETT, P. (Ed.). **Future relations between defence and civil science and technology** (SPSG Review Paper). London: Science Policy Support Group, 1991.
- HALLIDAY, Fred. **Repensando as Relações Internacionais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
- HALTINER, K. **Milizarmee**: Bürgerleitbild oder angeschlagenes Ideal. Frauenfeld: Verlag Huber, 1985.
- \_\_\_\_\_. The definite end of the mass army in Western Europe?. **Armed Forces & Society**, v. 25, n. 1, 1998, p. 7-36.
- HAMMES, Colonel T. X. Fourth generation warfare evolves, fifth emerges. **Military Review**, may-jun. 2007, p. 14-23.
- HARRIES-JENKINS, Gwyn; MOSKOS, Charles C. The Theory and Politics of Civil-Military Relations. **Current Sociology**, v. 29, n. 3, 1981, p. 43-73.
- HARRISON, Mark. The Economics of World War II: an overview. In: HARRISON, Mark (Ed.). **The Economics of World War II**: Six Great Powers in International Comparison. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- HARTLEY, Thomas; RUSSETT, Bruce. Public Opinion and the Common Defense: Who Governs Military Spending in the United States?. **American Political Science Review**, v. 86, n. 4, 1992, p. 905-915.
- HENDERSON, Rebecca; CLARK, Kim B. Architectural Innovation: The Reconfiguration of Existing Product Technologies and the Failure of Existing Firms. **Administrative Science Quarterly**, v. 35, n. 1, 1990, p. 9-30.
- HENDRICKSON, D. **Reforming Defense**: The State of American Civil-military Relations. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1988.
- HENDROX, Cullen S.; YOUNG, Joseph K. State Capacity and Terrorism: A Two-Dimensional Approach. **Security Studies**, v. 23, n. 2, 2014, p. 329-363.
- HERZ, Mônica; HOFFMANN, Andrea Ribeiro. **Organizações Internacionais**: histórias e práticas. São Paulo: Elsevier Editora Ltda., 2004.
- HEUSER, Beatrice. **The Strategy Makers**: Thoughts on War and Society from Machiavelli to Clausewitz. Santa Barbara: Praeger, 2010.
- HILLS, A. Security Sector Reform and Some Comparative Issues in the Police-Military Interface. **Contemporary Security Policy**, v. 21, n. 3, 2000, p. 1-26.

- HOBBS, Thomas. **Leviatã, ou Matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Martin Claret, 2014.
- HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOIBACK, Harald. **Understandig Military Doctrine: a multidisciplinary approach**. New York: Routledge 2013.
- HOLSTI, K. J. **The State, War, and the State of War**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- HOMAN, Kees. Civilian Control of the Military. In: KAYHAN, Mert; HARTOG, Merijn (Eds.). **Promoting Good Governance in the Security Sector: Principles and Challenges**. Groningen: The Centre of European Security Studies, 2013, p. 83-93.
- HUNTINGTON, Samuel. **A terceira onda: a democratização no final do século XX**. São Paulo: Ática, 1994.
- \_\_\_\_\_. **O soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1996.
- INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. **Modernização, mudança cultural e democracia**. São Paulo: Editora Verbena, 2009.
- JANOWITZ, Morris. **O soldado profissional: estudo social e político**. Rio de Janeiro: Edições Grd, 1967.
- JELLINEK, Georg. **Allgemeine Staatslehre**. Heidelberg: Springer-Verlag, 1929.
- JOHNSTON, A. I. Thinking about strategic culture. **International Security**, v. 19, n. 4, 1995, p. 32-64.
- JOO, R. The Democratic Control of Armed Forces. **Chaillot Paper**, v. 23, 1996, n.p.
- KALDOR, Mary. The military in development. **World Development**, v. 4, n. 6, 1976, p. 459-482.
- KANT, Immanuel. **Para a paz perpétua**. Rianxo: Instituto Galego de Estudos de Segurança Internacional e da Paz, 2006.
- KATZENSTEIN, Peter. **The culture of national security: norms and identity in world politics**. New York: Columbia University Press, 1996.
- KEEGAN, John. **A History of Warfare**. Nova Iorque: Vintage: 1993.
- KENNEDY, Gavin. **The Military in the Third World**. London: Gerald Duckworth & Co., 1974.

- KENNEDY, Paul. **Ascensão e Queda das Grandes Potências**: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000. Rio de Janeiro: Campus, 1991.
- \_\_\_\_\_. **Engenheiros da Vitória**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- KEOHANE, Robert O. **After Hegemony**: Cooperation and Discord in the World Political Economy. Princeton: Princeton University Press, 1984.
- KIER, E. Culture and military doctrine: France between the wars. **International Security**, v. 19, n. 4, 1995, p. 65-93.
- KIER, Elizabeth. **Imagining War**: French and British Military Doctrine between the Wars. Princeton: Princeton University Press, 1997.
- KIRSHIN, Yu Ya. The Army in a Democratic Society and Democracy in the Army. **The Journal of Slavic Military Studies**, v. 6, n. 1, 1993, p. 3-20.
- KLINGEMANN, Hans-Dieter. Unterstützung für die Demokratie: Eine globale Analyse für die 1990er Jahre. In: LAUTH, Hans-Joachim; PICKEL, Gert; WELZEL, Christian (Eds.). **Demokratiemessung: Konzepte und Befunde im internationalen Vergleich**. Wiesbaden: Springer Fachmedien Wiesbaden, 2000, p. 266-297.
- KOHN, Richard H. **The Forgotten Fundamentals of Civilian Control of the Military in Democratic Government**. Combridge: John M. Olin Institute for Strategic Studies, 1997.
- KRAMER, Andrew; GORDON, Michael. Ukraine Reports Russian Invasion on a New Front. **The New York Times**, online, 27 de agosto de 2014. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2014/08/28/world/europe/ukraine-russia-novoazovsk-crimea.html>>. Acesso em: 15 de março de 2021.
- KRESS, Moshe. **Operational Logistics**: the Art and Science of Sustaining Military Operations. London: Springer, 2016.
- KULVE, Haico Te; SMIT, Wim A. Civilian-military cooperation strategies in developing new technologies. **Research Policy**, v. 32, n. 6, 2003, p. 955-970.
- LANG, K. Military organizations. In: MARCH, J. G.(Ed.). **Handbook of Organizations**. Chicago: Rand McNally, 1965, p. 838-878.
- \_\_\_\_\_. **Military Institutions and the Sociology of War**: a review of the literature with annotated bibliography. Beverly Hills: Sage, 1972.
- LASSWELL, Harold D. The Garrison State. **American Journal of Sociology**, v. 46, n. 4, 1941, p. 455-468.

- LEGRO, J. W. Culture and preferences in the international cooperation two-step. **American Political Science Review**, v. 90, n. 1, 1996, p. 118-137.
- LÊNIN, Vladimir. **Imperialismo, fase superior do capitalismo**. São Paulo: Global, 1987.
- LIND, William S. Understanding Fourth Generation War. **Military Review**, v. 84, n. 5, 2004, p. 12-19.
- LIND, William S. et al. The Changing Face of War: into the fourth generation. **Marine Corps Gazette**, Quantico, v. 73, n. 10, 1989, p. 22-26.
- LISSAK, Moshe. Modernization and Role – Expansion of the Military in Developing Countries: A Comparative Analysis. **Comparative Studies in Society and History**, v. IX, 1967, p. 249-255.
- LITTLE, Roger William (Ed.). **Handbook of Military Institutions**. Beverly Hills: Sage, 1971, p. 13-51.
- LOCK-PULLAN, Richard. **US intervention policy and army innovation: from Vietnam to Iraq**. New York: Routledge, 2006.
- LOTCHIN, Roger W. The Political Culture of the Metropolitan-Military Complex. **Social Science History**, v. 16, n. 2, 1992, p. 275-299.
- LUDENDORFF, Erich. **A Guerra Total**. Rio de Janeiro: Editorial Inquérito, 1941.
- LUTTWAK, E. N. From Vietnam to Desert Fox: Civil-military relations in modern democracies. **Survival**, v. 41, n. 1, 1999, p. 99-112.
- MACKENZIE, D. **Inventing Accuracy: A Historical Sociology of Nuclear Missile Guidance**. Cambridge: MIT Press, 1990.
- MACKINDER, Halford J. **Democratic Ideals and Reality**. New York: W. W. Norton, 1962.
- MANDEL, Robert. The privatization of security. **Armed Forces & Society**, v. 28, 2001, p. 129-151.
- MANIG, W. Problems of transformation of the defence establishments in Central and Eastern Europe. In: VON BREDOW, W.; JÄGER, T.; KÜMMEL, G. (Eds.). **European Security**. Basingstoke: Macmillan, 1997.
- MANIGART, Philippe. Restructuring of the Armed Forces. In: CAFORIO, Giuseppe (Ed.). **Handbook of the Sociology of the Military**. New York: Springer, 2006, p. 323-344.
- MANNITZ, Sabine. **The “Democratic Soldier”**: Comparing Concepts and Practices in Europe. Geneva: The Geneva Centre for the Democratic Control of Armed Forces, 2013.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **A Arte da Guerra**. Porto Alegre: L&PM Editores, 2008.

- \_\_\_\_\_. **O Príncipe**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial**: o homem unidimensional. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1973.
- \_\_\_\_\_. Algumas implicações sociais da tecnologia moderna. In: KELLNER, Douglas (Ed.). **Tecnologia, Guerra e Fascismo**. São Paulo: Editora Unesp, 1998.
- MARTINS, José Miguel Quedi. **Digitalização e Guerra Local**: Como Fatores do Equilíbrio Internacional. 2008. 327 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- \_\_\_\_\_. Estado Contemporâneo e Transição Tecnológica. In: **IV Seminário CEGOV**, 2013, Porto Alegre.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Lisboa: Editorial Avante, 1997.
- MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1996. v. 1. t. 2.
- MATHIAS, P. **The First Industrial Nation**: an economic history of Britain 1700-1914. London: 1969.
- MCNEILL, William. **The Pursuit of Power**: Technology, Armed Force, and Society since A.D. 1000. Chicago: University of Chicago Press, 2013.
- MEARSHEIMER, John J. Maneuver, Mobile Defense and the NATO Central Front. **International Security**, v. 6, n. 3, winter 1981/1982, p. 104-122.
- \_\_\_\_\_. **A Tragédia da Política das Grandes Potências**. Lisboa: Gradiva, 2001.
- MEIJER, Rozetta T. **The Role of the Military in Political Transitions**: Egypt: a Case Study. 2014. 78 f. Thesis (Master in Political Science) – Faculty of Social & Behavioral Sciences, Leiden University, Leiden.
- MILITARISM. In: American Heritage Dictionary of the English Language. 5 ed. Boston: Houghton Mifflin Harcourt, 2016.
- MILLS, C. Wright. **A Elite do Poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- MOISÉS, José Álvaro. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 66, 2008, p. 11-46.
- MOLAS-GALLART, J. Which way to go? Defence technology and the diversity of dual-use technology transfer. **Research Policy**, v. 26, 1997, p. 367-385.

- MORROW, James D. Alliances: Why Write Them Down?. **Annual Review of Political Science**, v. 3, 2000, p. 63–83.
- MOSCA, Gaetano. **The Ruling Class**. New York: McGraw-Hill Book Company, 1965.
- MOSKOS, Charles C. **The American Enlisted Man: the rank and file in today's military**. New York: Russell Sage Foundation, 1970.
- \_\_\_\_\_. The American Combat Soldier in Vietnam. **The Journal of Social Issues**, v. 31, n. 4, 1975, p. 25-37.
- \_\_\_\_\_. Institucional/Occupational Trends in Armed Forces: an update. **Armed Forces & Society**, v. 12, n. 3, 1986, p. 377-382.
- \_\_\_\_\_. Towards a postmodern military: The United States as a paradigm. In: MOSKOS, Charles C.; WILLIAMS, John Allen; SEGAL, David R. (Eds.). **The Postmodern Military: Armed Forces after the Cold War**. New York: Oxford University Press, 2000, p. 14-31.
- MOWERY, D. C. Chapter 29 – Military R&D and Innovation. In: HALL, B. H.; ROSENBERG, N. (Eds.). **Handbook of the Economics of Innovation**. Amsterdam: North Holland Publishing Company, 2010.
- MURRAY, Williamson. Armored Warfare. In: MURRAY, Williamson; MILLETT, Allan (Eds.). **Military Innovation in the Interwar Period**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- NATH, Tarini. The Un (Objective) Civilian Control Model. **Arts and Social Sciences Journal**, v. 9, n. 5, 2018, p. 1-5.
- NATIONAL ACADEMIES. **Facilitating Interdisciplinary Research**. Washington D.C.: National Academies Press, 2004.
- NELSON, Keith L. The “Warfare State”: History of a Concept. **Pacific Historical Review**, v. 40, n. 2, 1971, p. 127-143.
- NORDLINGER, Eric A. Soldiers in mufti: the impact of military rule upon the economic and social change in the non-western states. **American Political Science Review**, v. 64, n. 4, 1970.
- \_\_\_\_\_. **Soldiers in Politics: Military Coups and Governments**. New York: Prentice-Hall, 1977.
- NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. **Cultural backlash: Trump, Brexit, and authoritarian populism**. New York: Cambridge University Press, 2019.



NUCIARI, Marina. Models and Explanations for Military Organization: An Updated Reconsideration. In: CAFORIO, Giuseppe (Ed.). **Handbook of the Sociology of the Military**. New York: Springer, 2006, p. 279-298.

O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Phillippe C. Schmitter. **Transitions from Authoritarian Rule: Tentative Conclusions about Uncertain Democracies**. Baltimore: Johns Hopkins Press, 1986.

O'HANLON, Michael E. **The science of war: defense budgeting, military technology, logistics, and combat outcomes**. Princeton: Princeton University Press, 2009.

OSTROM, Charles W.; MARRA, Robin F. U.S. defense spending and the soviet estimate. **American Political Science Review**, v. 80, 1986, p. 819-841.

PAGE, Benjamin; SHAPIRO, Robert. Effects of public opinion on policy. **American Political Science Review**, v. 77, 1983, p. 175-190.

PARSONS, Talcott; PLATT, Gerald M. **The American University**. Cambridge: Harvard University Press, 1973.

PEREZ, Carlota. Technological revolutions and techno-economic paradigms. **Working Papers in Technology Governance and Economic Dynamics**, n. 20, 2019, p. 1-26.

PERKINS, David G.; HOLMES, James M. Multidomain Battle: Converging Concepts Toward a Joint Solution. **Joint Force Quarterly**, n. 88, 2018, n.p. Disponível em: <ndupress.ndu.edu/Publications/Article/1412174/multidomain-battle-converging-concepts-toward-a-joint-solution>. Acesso em: 28 de março de 2021.

PERLMUTTER, Amos. The Praetorian State and the Praetorian Army: Toward a Taxonomy of Civil-Military Relations in Developing Polities. **Comparative Politics**, v. 1, n. 3, 1969, p. 382-404.

\_\_\_\_\_. **The Military and Politics in Modern Times: On Professionals, Praetorians, and Revolutionary Soldiers**. New Haven: Yale University Press, 1977.

PIERCE, Captain Terry C. **Warfighting and disruptive technologies: Disguising innovation**. Oxford: Taylor & Francis, 2004.

POSEN, Barry. **The Sources of Military Doctrine: France, Britain, and Germany between the World Wars**. New York: Cornell University Press, 1984.

PRESSFIELD, Steven. **The Warrior Ethos**. New York: Black Irish Entertainment LLC, 2011.

- PRZEWORSKI, Adam. Some Problems in the study of the transition to democracy. In: O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C.; WHITEHEAD, Laurence (Eds.). **Transitions from Authoritarian Rule: Prospects for Democracy. Part III.** Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1896, p. 47-63.
- PYE, Lucien W. Armies in the process of political modernization. **European Journal of Sociology**, n. 2, v. 2, 1961, p. 82-92.
- RAPONE, Leonardo. **O jovem Gramsci: cinco anos que parecem séculos 1914-1919.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.
- REICHARDT, Charles S.; COOK, Thomas D. **Qualitative and Quantitative Methods in Evaluation Research.** Beverly Hills: Sage Publications, 1979.
- REITER, Dan; STAM, Allan C. **Democracies at war.** Princeton: Princeton University Press, 2002.
- RICKS, T. The widening gap between the military and society. **Atlantic Monthly**, v. 280, n. 1, 1997, p. 67-78.
- ROMAN, Peter J.; TARR, David W. Military professionalism and policy making. In: ROSEN, Stephen Peter. **Winning the Next War: Innovation and the Modern Military.** New York: Cornell University Press, 1991.
- RUBINSTEIN, R. A.; KELLER, D. M.; SCHERGER, M. E. Culture and interoperability in integrated missions. **International Peacekeeping**, v. 15, n. 4, 2008, P. 540-555.
- RUTTAN, V. W. **Is War Necessary for Economic Growth?** Oxford: Oxford University Press, 2006.
- SAGAN, Scott D. The Origins of Military Doctrine and Command and Control Systems. In: LAVOY, Peter R.; SAGAN, Scott D.; WIRTZ, James J. **Planning the Unthinkable: how new powers will use nuclear, biological, and chemical weapons.** Ithaca: Cornell University Press, 2000. p. 16-46.
- SARTORI, Giovanni. From the Sociology of Politics to Political Sociology. In: LIPSET, Seymour Martin (Ed.) **Politics and the Social Sciences.** New York: Oxford University Press, 1969.
- SARVAS, Stefan. Professional Soldiers and Politics: a case of Central and Eastern Europe. **Armed Forces & Society**, v. 26, n. 1, 1999, p. 99-118.
- SAVAGE, Paul L.; GABRIEL, Richard A. Cohesion and Disintegration in the American Army: An Alternative Perspective. **Armed Forces & Society**, v. 2, 1976, p. 340-376.

- SCHARRE, Paul. Spectrum of What?. **Military Review**, nov.-dec. 2012, p. 73-79.
- SCHIFF, R. Civil-military relations reconsidered: a theory of concordance. **Armed Forces & Society**, v. 22, n. 1, 1995, p. 7-24.
- SCHMID, Jon. The Diffusion of Military Technology. **Defence and Peace Economics**, v. 29, n. 6, 2018, p. 595-613.
- SHILS, E.; JANOWITZ, M. Cohesion and disintegration in the Wehrmacht in World War II. **Public Opinion Quarterly**, v. 12, 1948, p. 280-315.
- SHINSEKI, Eric K. Introduction to the Warrior Ethos. **US Army Values and Ethics Track**, section 1, 2003, p. 110-119.
- SIEBOLD, Guy L. Core issues and theory in Military Sociology. **Journal of Political and Military Sociology**, v. 29, p. 140-159, 2001.
- SILLS, D. L. (Ed.). **International Encyclopedia of Social Science**. New York: The Macmillan Company & The Free Press, 1972.
- SILVA, Édison Renato; PROENÇA JÚNIOR, Domicio. An outline of military technological dynamics as restraints for acquisition, international cooperation and domestic technological development. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 57, n. 2, 2014, p. 99-114.
- SIMMEL, G. **The Sociology of Georg Simmel**. New York: Free Press, 1950.
- SKOCPOL, Theda. **States and Social Revolutions**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.
- SMITH, Hugh. **On Clausewitz: A Study of Military and Political Ideas**. New York: Palgrave Macmillan, 2004.
- SMITH, Louis. **American Democracy and Military Power: ; A Study of Civil Control of the Military Power in the United States**. Chicago: University of Chicago Press, 1951.
- SOETERS, Joseph L.; WINSLOW, Donna J.; WEIBULL, Alise. **Military Culture**. In: CAFORIO, Giuseppe (Ed.). **Handbook of the Sociology of the Military**. New York: Springer, 2006, p. 237-254.
- SPENCER, Herbert. **Principi di sociologia**. Turin: UTET, 1967.
- SPIELBERGER, C. (Ed.). **Encyclopedia of Applied Psychology**. San Diego: Elsevier, 2004.
- STANDISH, Reid. Inside a European Center to Combat Russia's Hybrid Warfare. **Foreign Policy**, online, 18 de janeiro de 2018. Disponível em: <[foreignpolicy.com/2018/01/18/inside-a-european-center-to-combat-russias-hybrid-warfare](http://foreignpolicy.com/2018/01/18/inside-a-european-center-to-combat-russias-hybrid-warfare)>. Acesso em: 15 de março de 2021.

- STEWART, N. K. *The South-Atlantic Conflict of 1982: A Case Study on Military Cohesion*. **U.S. Army Research Institute for the Behavioral Social Studies**, Research Report 1469, Alexandria, 1988.
- STOLTENBERG, Jens. Zero-sum? Russia, Power Politics, and the Post-Cold War Era. [Entrevista concedida a] David Ignatius. **Brussels Forum**, Brussels, online, 20 de março de 2015. Disponível em: <nato.int/cps/en/natohq/opinions\_118347.htm>. Acesso em: 15 de março de 2021.
- STOUFFER, Samuel et al. **The American Soldier: Adjustment During Army Life**. New York: Science Editions, 1950.
- Sul e da Europa. **Revista Debates**, v. 14, n. 3, 2020, p. 99-125.
- SUNDHAUSSEN, Ulf. The military: A threat to democracy?. **Australian Journal of Politics and History**, v. 44, n. 3, 1998, p. 329-349.
- SZAFRANSKI, Richard. Neocortical Warfare: The Acme of Skill?. In: ARQUILLA, J; RONDFELDT, D (Eds.). **Athena's Camp: Preparing for Conflict in the Information Age**. California: Rand Corporation, 1997.
- TAPIA, Salvador Sanchez. Defining a Model for Analysis of Civil-Military Relations Patterns. In: **International Politican Science Association World Congress (IPSA)**, 24th, 2016, Poznan, p. 1-26.
- THIELE, Ralph D. The New Colour of War: Hybrid Warfare and Partnerships. **ISPSW Strategy Series**, v. 49, n. 383, oct. 2015, p. 1-12.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. **De la démocratie en Amérique**. Paris: Gailimard, 1951.
- TONER, James. *The American Military Ethic: a meditation*. New York: Praeger, 1992.
- TRIZOTTO, Laís Helena Andreis. **A Guerra do Iraque e a Transformação Militar nos Estados Unidos Da América**. 2018. 133 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- USA – United States of America. **FM 100-5: Operations**. Fort Leavenworth: Department of the Army, 1993.
- \_\_\_\_\_. **FM 3-0: Operations**. Fort Leavenworth: Department of the Army, 2001.
- VAN CREVELD, Martin. **Technology and War: From 2000 B.C. to the Present**. Nova Iorque: Free Press: 1991.
- VAN DOORN, J. **The Soldier and Social Change**. Beverly Hills: Sage, 1975.

- VAN EVERA, Stephen. **Guide to Methods for Students of Political Science**. New York: Cornell University Press, 1997.
- VANKOVSKA, Biljana. NATO war over Yugoslavia: Civilian control in focus. **Research Paper Copenhagen Peace Research Institute**, 2000.
- VASSILIOU, Marius S.; ALBERTS, David S.; AGRE, Jonathan R. **C2 Re-Envisioned: the Future of the Enterprise**. New York: CRC Press, 2015.
- VICENTE, Kim. **Homens e Máquinas**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.
- VISENTINI, Paulo G. Fagundes; PEREIRA, Analúcia D. **História do mundo contemporâneo: da Pax Britânica do século XVIII ao Choque das Civilizações do século XXI**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- VLADIMIR O. RUKAVISHNIKOV AND MICHAEL PUGH. Civil-military relations. In: In: CAFORIO, Giuseppe (Ed.). **Handbook of the Sociology of the Military**. New York: Springer, 2006, p. 131-150.
- VOETEN, Erik. The Political Origins of the UN Security Council's Ability to Legitimize the Use of Force. **International Organization**, v. 59, 2005, p. 527-557.
- VON HLATSKY, Stéfanie; BREEDE, H. Christian. The cultural variable in foreign and defence policy. **Canadian Foreign Policy Journal**, v. 22, n. 2, 2016, p. 103-107.
- WATKINS, Frederick Mundell. **The Encyclopedia of the Social Sciences**. New York: 1934.
- WATSON, Bradley C. S. The Western Ethical Tradition and the Morality of the Warrior. **Armed Forces & Society**, v. 26, n. 1, 1999, p. 55-72.
- WEBER, Max. A Política como Vocação. In: WEBER, Max. **Ensaio sobre Sociologia**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1971, p. 55-89.
- \_\_\_\_\_. **Wirtschaft und Gesellschaft: Grundriss Der Verstehenden Soziologie**. Tübingen: Mohr Siebeck, 2002.
- WELCH, C. (Ed.) **Civilian Control of the Military**. New York: State Univ. New York Press, 1976.
- WELZEL, Christian. **Freedom Rising: Human Empowerment and the Quest for Emancipation**. New York: Cambridge University Press, 2013.
- WIJK, Rob de. Hybrid Conflict and the Changing Nature of Actors. In: LINDLEY-FRENCH, Julian; BOYER, Yves (Eds.). **The Oxford Handbook of War**. Oxford: Oxford University Press, 2012, n.p.
- WILLIAMS, Paul D. (Ed.). **Security Studies: an introduction**. Oxford: Routledge, 2008.

WOLFORD, Scott. **The Politics of Military Coalitions**. New York: Cambridge University Press, 2015.

YAKOVLEFF, Michel. The foundations of morale and ethics in the Armed Forces: some revealing variations among close allies. **Armée de terre**, v. 2, n. 6, 2007, p. 177-197.